

FÁBIO RICARDO SILVA BESERRA

**ESPAÇO, INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL:  
A INDÚSTRIA DE CALÇADOS NA REGIÃO DO CARIRI - CE**

Fortaleza  
2007

FÁBIO RICARDO SILVA BESERRA

**ESPAÇO, INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL:  
A INDÚSTRIA DE CALÇADOS NA REGIÃO DO CARIRI - CE**

Dissertação de mestrado apresentada à  
Coordenação do Mestrado Acadêmico em  
Geografia, do Centro de Ciências e Tecnologia,  
da Universidade Estadual do Ceará, como  
requisito para obtenção de título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Zenilde Baima Amora

Fortaleza  
2007

B577e

Beserra, Fábio Ricardo Silva

Espaço, indústria e reestruturação do capital: a indústria de calçados na região do Cariri – CE / Fábio Ricardo Silva Beserra. Fortaleza, 2007.

123p.; il.

Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baima Amora.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

1. Geografia humana. 2. Espaço. 3. Indústria de calçados – região do Cariri – Ceará. 4. Reestruturação do capital. 5. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

CDD: 338.40918131

FÁBIO RICARDO SILVA BESERRA

**ESPAÇO, INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL:  
A INDÚSTRIA DE CALÇADOS NA REGIÃO DO CARIRI - CE**

Dissertação de mestrado apresentada à  
Coordenação do Mestrado Acadêmico em  
Geografia, do Centro de Ciências e Tecnologia,  
da Universidade Estadual do Ceará, como  
requisito para obtenção de título de Mestre.

Nota: 10,00

Aprovada em: 18 / 05 / 2007

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Zenilde Baima Amora – Orientadora  
Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE

---

Prof. Dr. José Meneleu Neto  
Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE

---

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio  
Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC

*À minha mãe, Sunamita,  
A ela devo tudo o que sou.  
Ao meu pai, Austregésilo,  
Pelas lições ensinadas.*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por terem dado o que de melhor possuíam para que eu pudesse chegar até aqui. Estou certo de que, se possível, se doariam muito mais. Especialmente quero agradecer à minha mãe, pela paciência, renúncia e pelas longas horas de silêncio, contribuindo para a realização do trabalho.

À minha irmã, Fabiana, e ao meu cunhado, Paulo Henrique (o mais novo membro da família). Foram amigos certos, nas horas incertas.

À doutora Zenilde Baima Amora que, aceitando me orientar no último ano do mestrado, contribuiu de forma decisiva para a realização deste trabalho. Sua sensibilidade crítica, ao ler pacientemente o trabalho, suas incansáveis horas de conversa me ajudando a trilhar caminhos que em algumas horas pareciam tortuosos, e o seu afago, carinhoso e amigo, muito ajudaram para que chegasse até aqui. Terminei esta etapa da pesquisa certo de que, mais do que uma professora e orientadora, ganhei uma amiga.

Aos grandes amigos. Edilson Júnior, sem dúvida, mais do que um co-orientador desta dissertação. Professor, tutor, orientador mas, sem dúvida, amigo. Incansável em suas indicações bibliográficas, em seu rigor metodológico e em sua paixão geográfica.

À Cláudia Grangeiro, por estimular o pensamento com idéias simples, com humildade e com a dignidade rara nos seres humanos hoje. Essa “geógrafa física mais humana” a quem conheci e com quem pude, e posso, dialogar por horas incansáveis, ao som de Cartola, ainda que pelo mundo virtual.

Aos amigos Lara Rafaela e Marcus Vinícius. Não tenho palavras para agradecer-lhes por me proporcionarem momentos tão agradáveis na companhia de vocês e por muitas vezes terem suportado minhas crises existenciais. A Lara, pela sensibilidade e doçura. Ao Marcus, pela seriedade e companheirismo. Espero continuarmos sempre juntos essa caminhada geográfica que escolhemos para nossas vidas.

À Érika Brito, essa mais nova amiga. Seu silêncio fala muitas vezes por mil palavras.

Ao Diego Gadelha, pelas conversas, estudos, leituras, discussões... e pelos cartogramas finais e figuras. Torço para que possamos caminhar juntos nesta leitura geográfica que se propõe crítica.

À Thalita Castelo Branco, minha salvação no idioma francês. Tanta generosidade e atenção nos momentos de aflição jamais poderão ser esquecidos.

A todos os professores e professoras que colaboraram, de algum modo, com a realização desta dissertação: Ao professor Ruy Moreira, que gentilmente aceitou participar do seminário do MAG. Ao professor José Meneleu, que, além do seminário, compôs a banca examinadora para a defesa da dissertação. Ao professor Manoel Fernandes, pela atenção na qualificação, juntamente com o professor José Levi, que além da qualificação também compôs a banca examinadora. À professora Adelita Carleial, orientadora no primeiro ano de trabalho.

Ao Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE, sobretudo à pessoa do professor Luiz Cruz, o meu muito obrigado.

A todos e todas que a mente exausta não me permitiu lembrar, meu perdão e muito obrigado.

## RESUMO

Em *Espaço, Indústria e Reestruturação do Capital: A Indústria de Calçados na Região do Cariri – CE*, analisa-se o processo de formação e desenvolvimento da indústria de calçados na Região do Cariri, localizada ao sul do Estado do Ceará. Esta indústria tem sua origem a partir da segunda metade do século XIX, em moldes artesanais e utilizando o couro como matéria-prima principal. Nos dias atuais a Região alcança destaque nacional, situando-se entre os três maiores produtores calçadistas do País e tendo sua produção distribuída por diversos lugares do mundo. A investigação privilegia os últimos 20 anos. Nesse período, a produção calçadista é alvo de uma sensível expansão, associada a uma série de transformações. A análise se propõe crítica e tem como perspectiva entender a indústria como atividade produtiva capaz de transformar o conteúdo do espaço geográfico. Este espaço é visto não como um palco da atividade humana, mas como uma produção histórica e social, condição e meio de toda a atividade humana. Este espaço é produto das relações alicerçadas na divisão do trabalho, vigente no sistema sociometabólico do capital. Nossos procedimentos metodológicos buscaram dar conta de registros, dados, indicadores, entre outros, elementos que foram fundamentais para a escolha das decisões, hipóteses e técnicas adotadas. Ainda foram realizadas entrevistas com alguns dos principais agentes do processo analisado. Também foram indispensáveis as pesquisas de natureza empírica, nas quais, com a apreensão da paisagem, pôde-se seguir na análise da produção do espaço regional caririense. Deste modo, o contato com a realidade pesquisada foi um instrumento metodológico fundamental no sentido de resistir à tentação de esquecer o conjuntural em nome de uma leitura generalizante. Acredita-se, ao realizar esta pesquisa, contribuir para o entendimento da realidade do Ceará, sobretudo no que concerne à atividade industrial e nas novas configurações do espaço cearense que essa atividade produz. Certos de que a discussão está longe de ser esgotada, a torcida é para que este trabalho auxilie no avanço das pesquisas analíticas sobre os rumos que tomam a industrialização no território cearense.

Palavras-chave: industrialização, reestruturação do capital, espaço, Região do Cariri, indústria calçadista, trabalho.

## RÉSUMÉ

Dans L'Espace, L'Industrie et la Réorganisation du Capital : L'Industrie de Chaussures dans la Région du Cariri - CE, s'analyse le processus de formation et le développement de l'industrie de chaussures dans la Région du Cariri, localisée au sud de l'état du Ceará. Cette industrie a son origine à partir de la seconde moitié du siècle XIX, dans des moules artisanaux et en utilisant le cuir comme matière première principale. Actuellement, la Région atteint proéminence nationale, se plaçant entre les trois plus grands producteurs de chaussures du pays et en ayant sa production distribuée par de diverses places du monde. La recherche privilégie les derniers 20 années; dans cette période, la production de chaussures a souffert (et vient en souffrant encore actuellement) une sensible expansion associée à une gamme de transformations. L'analyse se propose critique et a comme met en perspective comprendre l'industrie comme activité productive capable de transformer le contenu de l'espace géographique. Cet espace n'est pas vu comme une scène de l'activité humaine, mais comme une production historique et sociale, une condition et un moyen de toute l'activité humaine. Cet espace est produit des relations fondées dans la division du travail, en vigueur dans le système de production capitaliste. Nos procédures méthodologiques ont cherché envisager des registres, des données, des indicateurs, entre autres, éléments qui ont été fondamentaux pour le choix des décisions, d'hypothèses et de techniques adoptées. En outre, ont été réalisées des entrevues avec certains des principaux acteurs du processus analysé. Aussi ont été indispensables les recherches de nature empirique, à partir de l'appréhension du paysage nous avons pu suivre dans l'analyse de la production de l'espace régional originaire de la région du Cariri. Donc, le contact avec la réalité cherchée a été un instrument méthodologique fondamental dans le but de résister à la tentation d'oublier le conjoncturel au nom d'une lecture que fait de la généralisation. Nous croyons, à déréaliser cette recherche, être en contribuer à l'accord de la réalité originaire du Ceará, surtout dans laquelle concerne à l'activité industrielle et dans les nouvelles configurations de l'espace originaire du Ceará que cette activité produit. Certains dont la discussion est loin d'être épuisée, nous tordons pour que notre travail assiste dans l'avance des recherches analytiques sur les itinéraires qui prennent l'industrialisation dans le territoire originaire du Ceará.

Mots clés: industrialisation, réorganisation du capitale, espace, Région du Cariri, industrie de chaussures, travail.

## LISTA DE FIGURAS

01 – Localização da Região do Cariri no Estado do Ceará.....	18
02 – Taxa de urbanização das cidades do CRAJUBAR.....	21
03 – Polarização do CRAJUBAR.....	35
04 – Concentração industrial por bairro, em Juazeiro do Norte.....	63
05 – Número das indústrias de calçados do CRAJUBAR.....	86
06 – Número de trabalhadores das indústrias de calçados do CRAJUBAR.....	86

## LISTA DE TABELAS

01 – PIB a preços de mercado (R\$ mil).....	22
02 – Quantidade de estabelecimentos industriais calçadistas por número de funcionários no CRAJUBAR – 2006.....	85
03 – População economicamente ativa da região do Cariri, por município.....	101

## LISTA DE FOTOS

1 – Empresa apoiada pelo Asimow: CECASA.....	41
2 – Empresas apoiada pelo Asimow: IMOCASA.....	42
3 – Empresas apoiada pelo Asimow: IBACIP.....	44
4 – Instalações iniciais do Distrito Industrial do Cariri.....	47
5 – Curtume Santo Agostinho.....	64
6 – Indústria calçadista do Cariri.....	65
7 – Indústria calçadista do Cariri.....	66
8 – Expansão imobiliária em Juazeiro do Norte.....	75
9 – Produção artesanal de calçados.....	88
10 – Loja de calçados de couro.....	88
11 – Sapataria em Juazeiro do Norte.....	89
12 – Instrumentos de trabalho de seu “Espedito Seleiro”.....	90
13 – Espedito Seleiro e sua oficina (1).....	90
14 – Espedito Seleiro e sua oficina (2).....	91
15 – Indústria calçadista que utiliza o couro sintético como matéria-prima.....	93
16 – Trabalhador da indústria de calçados.....	94
17 – Trabalhadoras das indústrias de calçados.....	95
18 – Trabalhadores das indústrias de calçados.....	96
19 – Galpão de indústria calçadista.....	97

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 – A FORMAÇÃO DO ESPAÇO INDUSTRIAL CEARENSE.....	17
1.1 – A Região do Cariri: breves considerações.....	17
1.2 – A produção do espaço industrial cearense como reprodução do capital... 23	
1.3 – O processo de industrialização do Cariri: a indústria calçadista.....	29
1.3.1 – Dos primórdios.....	29
1.3.2 – De 1960 a 1980: industrialização planejada.....	36
2 – A INDÚSTRIA CALÇADISTA CARIRIENSE.....	50
2.1 – Uma nova fase na organização política e econômica do Ceará.....	50
2.2 – A abertura econômica e a expansão capitalista no território cearense.....	54
2.3 – A reestruturação do capital no Ceará e a indústria calçadista no Cariri.....	58
2.3 – O Cariri cearense: a síntese das múltiplas determinações.....	67
3 – OS TRABALHADORES DOS CALÇADOS NO CARIRI.....	78
3.1 – O Trabalho: tema da pesquisa geográfica.....	78
3.2 – Do sapateiro ao operário fabril: os trabalhadores das indústrias de calçados do Cariri.....	84
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
APÊNDICES.....	120

## INTRODUÇÃO

Em *Espaço, Indústria e Reestruturação do Capital: A Indústria de Calçados na Região do Cariri - CE*, analisamos o processo de formação e desenvolvimento da indústria de calçados na Região, que se localiza ao sul do Estado do Ceará. Esta indústria tem origem na segunda metade do século XIX, em moldes artesanais e utilizando o couro como matéria-prima principal. A produção calçadista no Cariri contribui com peso significativo para a posição do Ceará entre os três maiores produtores de calçados.

A investigação detém-se, sobretudo, nos últimos 20 anos. Nesse período, a produção calçadista contabilizou (e contabiliza ainda nos dias atuais) uma sensível expansão associada a uma série de transformações. Estas vão desde a entrada de materiais sintéticos para a composição do calçado, com a substituição do couro na maioria das empresas por outras matérias-primas, até o reordenamento do chão da fábrica, com a reestruturação do processo produtivo propriamente dito e a inclusão de novas máquinas e novos meios de controle do trabalho.

É, também, nesse momento que a Região passa mais intensamente por um reordenamento territorial cuja lógica é a do mercado, sendo a orientação o crescimento da indústria e do consumo. Dessa forma, as indústrias de calçados alcançam novos mercados, quer nacionais, quer internacionais, expandindo sua produção e fazendo da Região, e do Estado, um pólo produtor e um mercado competitivo da produção mundial.

A essas metamorfoses, que se dão especificamente no âmbito da produção e da realização, associa-se outro conjunto de mudanças no plano político-econômico estadual, nacional e mundial, intimamente relacionados.

Na esfera estadual, estamos nos referindo à chegada, ao controle do Estado, de uma burguesia industrial, com clara orientação neoliberal, que objetivava imprimir uma feição moderna e desenvolvimentista à máquina estatal, capaz de cumprir os pré-requisitos básicos de uma sociedade produtora de mercadorias.

Enquanto isso, o contexto nacional era o da abertura, econômica e política, conseqüência da redemocratização do País e das exigências impostas pela mundialização do capital, intensificada desde os anos 1970.

A escolha pela indústria de calçados da Região do Cariri como objeto de estudo justifica-se por diversos motivos, dentre os quais citamos aqueles que

consideramos de maior relevância. Em primeiro lugar, a produção calçadista cariense vem de longa tradição, trazendo consigo uma riqueza cultural que remonta à época do cangaço e que se perpetua até os dias atuais, com significativo reconhecimento dentro dos eventos de importância nacional, e mesmo internacional, como as feiras voltadas para promoção da indústria calçadista.

Em segundo lugar, esta indústria se desenvolve ao ponto de atualmente alcançar uma produção em escala cuja demanda extrapola os limites brasileiros, alcançando países do Mercosul, da Europa, bem como os Estados Unidos. Como destacaremos no decorrer do trabalho, o Cariri cearense é hoje o 5º maior produtor em volume de pares de calçados do Brasil e o 1º produtor em número de pares de sandálias.

Em terceiro, ao analisarmos a indústria calçadista, encontramos uma organização que longe está de ser uniforme e homogênea. A multiplicidade, a heterogeneidade e o encontro de diferentes momentos do tempo no espaço industrial cariense permite visualizarmos, no lugar, a reprodução de um fenômeno que lhe é específico, com suas particularidades históricas. Estas particularidades, entretanto não anulam as leis gerais do processo de produção espacial, as determinações da totalidade, fazendo da região um lugar do convívio dialético do global e do local.

Deste modo, buscamos compreender os processos de formação e transformação da produção calçadista que ali se materializam, analisando o perfil das indústrias, a rede de relações e o fluxo que se estabelece no território, bem como a dinâmica das relações de trabalho e das classes hegemônicas e hegemônicas na indústria.

A análise se propõe crítica e tem como perspectiva entender a indústria como atividade produtiva capaz de transformar o conteúdo do espaço geográfico. Este espaço é visto não como um palco da atividade humana mas como uma produção histórica e social, condição e meio de toda a atividade humana. Este espaço é produto das relações alicerçadas na divisão do trabalho, vigente no sistema sociometabólico do capital.

Nossos procedimentos metodológicos buscaram dar conta de registros, dados, indicadores, entre outros, elementos que foram fundamentais para a escolha das decisões, hipóteses e técnicas adotadas. Ainda foram realizadas entrevistas com alguns dos principais agentes do processo analisado. Também foram

indispensáveis as pesquisas de natureza empírica, nas quais, com a apreensão da paisagem, pudemos seguir na análise da produção do espaço regional caririense. Deste modo, o contato com a realidade pesquisada foi um instrumento metodológico fundamental no sentido de resistir à tentação de esquecer o conjuntural em nome de uma leitura generalizante.

A organização do trabalho em capítulos obedece à estrutura a seguir apresentada.

No primeiro capítulo, tecemos algumas considerações no sentido de esclarecer o que estamos considerando como Região do Cariri. Iniciando com a análise do processo histórico e geográfico de ocupação, estão evidenciadas suas particularidades no território cearense.

Dando continuidade, descrevemos também a formação da indústria cearense, com ênfase na produção do seu espaço industrial. Buscamos assim, entender a produção do espaço industrial com base nas contradições inerentes à lógica do capital.

Para tanto, estabelecemos como marco inicial de transformação de matérias-primas em mercadorias, a segunda metade do século XIX, momento em que a produção artesanal se encontrava atrelada às atividades agropecuárias. Este modelo se reproduzirá até os anos 1950. Desde então, um novo momento surgirá, quando ocorrerá uma dita *industrialização planejada* pelos grandes órgãos de desenvolvimento do governo, estendendo-se até meados dos anos 1980. Por fim, chegamos aos dias atuais, procurando mostrar as mudanças e permanências que caracterizam a indústria cearense.

Ainda neste capítulo, é abordada, de modo mais específico a formação da indústria calçadista no Cariri, quando são enfocadas prioritariamente suas peculiaridades no contexto cearense. É contemplado, portanto, o período de industrialização que parte do final do século XIX, quando o *mote* da produção ainda era o artesanato, para alcançar os anos 1980, quando se esgotam os planos industrializantes elaborados pelos órgãos governamentais de planejamento.

O período que compreende os últimos vinte anos é apresentado no capítulo 2. A discussão se inicia pelas transformações político-econômicas ocorridas na década de 1980 no Ceará, sobretudo quando uma burguesia industrial assume o Governo do Estado, tendo como representante, naquela ocasião, o empresário Tasso Jereissati. Esse grupo se apresenta como aquele que possui um “projeto

civilizatório” para o Ceará, no qual o desenvolvimento e a modernização do Estado seriam seus maiores objetivos.

Cabe ressaltar que, naquele momento, não somente o Ceará passava por mudanças, mas também o território brasileiro. Isso porque, no contexto nacional, se verificava a abertura econômica, que marcava o período de redemocratização do País, desfecho de anos de ditadura militar e, também, a abertura econômica, objetivando fazer do Brasil um lugar competitivo mediante a mundialização do capital.

Tornou-se evidente como as políticas em escala nacional se associavam àquelas de plano local, buscando dar ao Ceará, de semelhante modo, esta dimensão de lugar competitivo no capitalismo global. Para tanto, foram elaboradas políticas públicas e realizados investimentos na modernização da agricultura, na criação de infra-estrutura para tornar o Estado um pólo turístico e, principalmente, a realização de programas de atração de indústrias vindas de fora do Ceará, bem como de investimentos em projetos industriais locais.

Refletimos como essa gama de eventos se concretiza e, de forma particular, reestrutura (e vem reestruturando) as indústrias calçadistas da Região do Cariri. A análise detalhada de como se configura essa indústria e de como estabelece uma rede de relações com o próprio lugar, com o restante do território cearense, com o país e o mundo, constitui o cerne do capítulo.

Na análise, traçamos o perfil das indústrias de calçados e estabelecemos uma divisão entre elas do seguinte modo: 1) unidades artesanais, onde se mantém a tradição da produção calçadista do couro remetida ao início do século XX e que conserva a maioria de suas características; 2) unidades fabris pequenas e médias, possuidoras de uma produção dita “moderna” e concentradas na confecção de produtos sintéticos; e, por fim 3) a Grendene, uma empresa isolada do contexto histórico caririense, que chega ao Ceará por meio dos programas de atração industrial, patrocinados pelo Governo estadual.

No final da seção, apresentamos algumas características que particularizam a industrialização no Cariri dentro do território cearense e que, ao mesmo tempo, fazem dela um espaço capturado pelo ajuste espacial da produção capitalista.

Concomitantemente, são analisadas como as três principais cidades descritas no processo em voga, que formam a conurbação CRAJUBAR, se

desenvolvem e como sua forma urbana se modifica, na medida em que, em algum grau, ali chega o processo de modernização.

O quarto capítulo discorre sobre os trabalhadores das indústrias calçadistas. Longe de esgotar a discussão a propósito do tema, descrevemos analiticamente a dinâmica desenvolvida pela força de trabalho utilizada na produção calçadista, quer artesanal, quer industrial.

Partindo da discussão acerca da abordagem do *trabalho* na Geografia, apresentamos breve resgate acerca do modo como a temática foi e é tratada pela Ciência Geográfica. Nosso objetivo se constitui em perceber como, no processo geral de produção, os trabalhadores desenvolvem relações de trabalho e estas relações desencadeiam a produção do espaço; de outro modo, a necessidade de compreender o trabalho em sua natureza presente e captá-lo em sua expressão espacial, portanto em sua territorialidade. Consideramos fundamental, ao discutir a indústria, problematizar sobre o trabalho e seus trabalhadores, sobretudo no período atual, quando se reestruturam o capital, a produção e as relações de trabalho.

Ainda nesse segmento, empreendemos a discussão sobre como se configuram os trabalhadores dos calçados no Cariri e como se dividem nas indústrias calçadistas, analisando as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, na formação e “capacitação” dessa mão-de-obra, de sua divisão etária e sexual, a sua mobilidade, bem como da importância do saber-fazer. Verificamos que, de acordo com o tipo de produção que desenvolve, a indústria requer um trabalhador com perfil específico.

Trata ainda, esse módulo, do crescimento da oferta de emprego no setor industrial na Região do Cariri, bem como no Ceará, que se apresenta de forma relevante nos últimos anos, conseqüência da inserção do território nas razões da reestruturação do capital e da produção mundial e da divisão territorial do trabalho no Brasil.

Acreditamos, ao realizar esta pesquisa, contribuir para o entendimento da realidade cearense, sobretudo no que concerne à atividade industrial e nas novas configurações do espaço cearense que essa atividade produz. Certo de que a discussão está longe de ser esgotada, torcemos para que nosso trabalho auxilie no avanço das pesquisas analíticas sobre os rumos que tomam a industrialização no território cearense, e seus desdobramentos, no que tange à leitura da paisagem e à produção do espaço geográfico.

# 1 – A FORMAÇÃO DO ESPAÇO INDUSTRIAL CARIRIENSE

“Essa parte do texto eu ainda estou maquinando  
Tem que ser direto e epidêmico”  
**Desafiando Roma – Mundo Livre S/A**

## 1.1 – A Região do Cariri: Breves Considerações

A Região do Cariri compreende porções dos Estados da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará. O que a define, *a priori*, é a presença da Chapada do Araripe, traço marcante da composição morfoestrutural dessa região (BARROS, 1964).

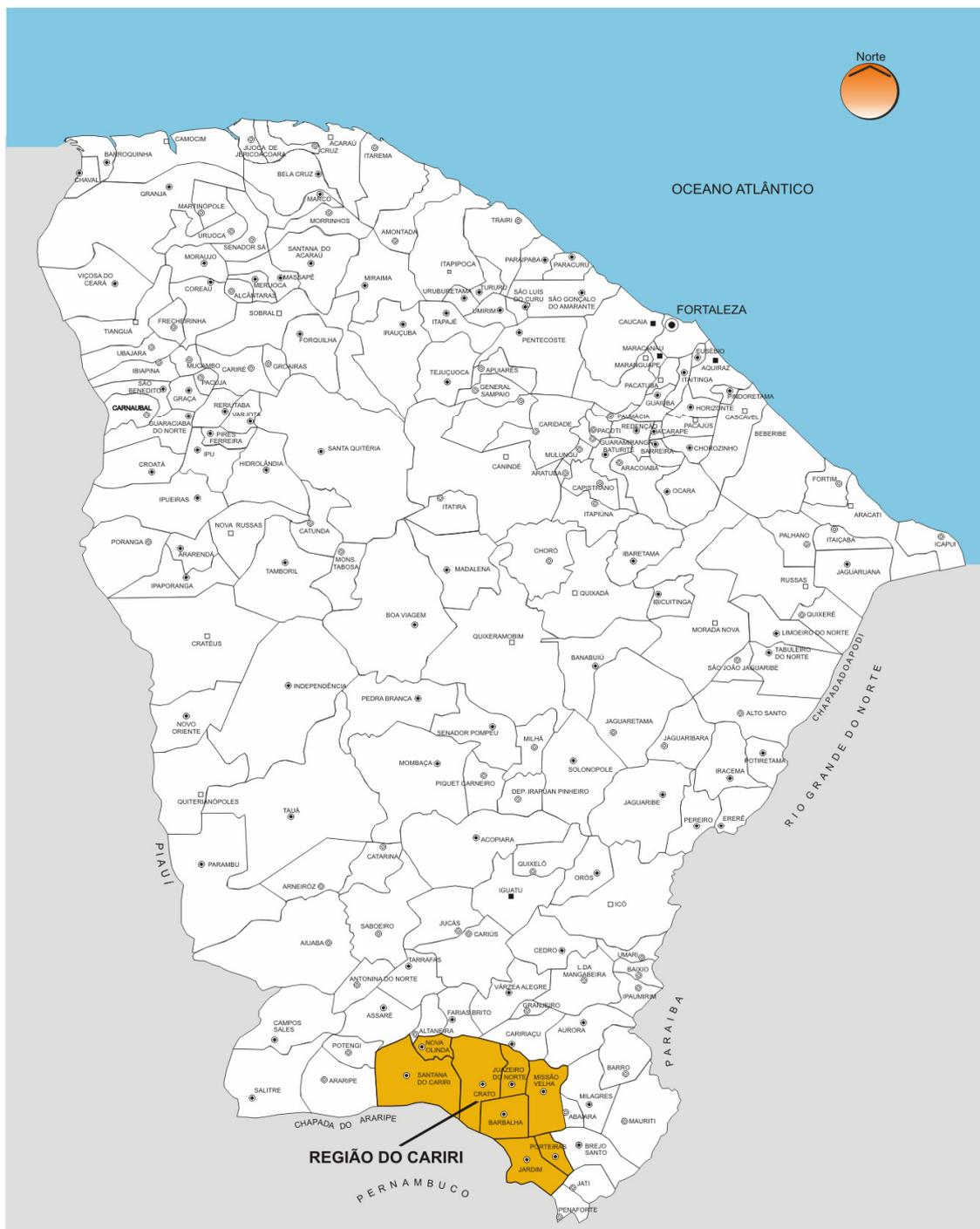
Nosso recorte, entretanto, é o da Região do Cariri cearense, localizada ao sul do território cearense (figura 1), sendo composta por oito municípios, segundo divisão proposta pelo IBGE (2000) em microrregiões<sup>1</sup>. Embora tenhamos escolhido o recorte adotado pelo IBGE, existem outras propostas para a delimitação dessa região, feita pelos órgãos governamentais e centros de pesquisas<sup>2</sup>.

Essa região se particulariza no contexto cearense, bem como no nordestino, por suas características naturais que foram fatores condicionantes para sua ocupação inicial. Não somente este aspecto, porém, é suficiente para definir o Cariri, que desde sua formação desenvolve intensa rede de relações por meio da qual são geradas especificidades econômicas, políticas e culturais. Este mosaico é indispensável para a compreensão da região como formação sócio-espacial. Situada entre a Depressão do Cariri Cearense e a Chapada do Araripe (SOUZA, 2000), a região possui climas úmido e subúmido, com níveis de

---

<sup>1</sup> Divisão em microrregião geográfica, compreendendo a Região do Cariri os seguintes municípios: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri.

<sup>2</sup> Estudo importante acerca delimitação do Cariri cearense é o realizado por Diniz (1989), que considera Crato e Juazeiro do Norte como um subsistema urbano e regional do Nordeste. Outras delimitações, tanto institucionais como acadêmicas, que, tendo por base critérios diferenciados, consideram, em geral, a presença de uma centralidade urbana a partir da conurbação Crato – Juazeiro do Norte – Barbalha. Muitas dessas delimitações têm como metodologia os estudos dos fluxos de população e de atividades econômicas. Como exemplo, podemos citar a delimitação das regiões funcionais urbanas de 1972, do IBGE, além de outras realizadas pela extinta Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC). Mais recentemente foi realizada nova proposta Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará (IPECE).



**FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DO CARIRI NO ESTADO DO CEARÁ**  
**FONTE: ADAPTADO DO PDDU DE JUAZEIRO DO NORTE**

precipitações médias anuais chegando a 900 mm. Tais características fazem da Região uma exceção dentro do Estado do Ceará, que tem 93% do seu território encravado no semi-árido, fazendo de suas particularidades geomorfológicas, climáticas, pedológicas e hídricas fatores contribuintes para a construção e organização do espaço regional.

O povoamento do Cariri data do primeiro quartel do século XVIII, quando criadores de gado provenientes da Bahia e de Pernambuco para ali transportaram suas reses, atraídos pela fertilidade do solo e pela presença de maiores recursos hídricos. A região impunha-se, então, como oásis no meio da imensa área seca dos sertões nordestinos.

Neste processo de ocupação, o Município do Crato logo aufere destaque, por ser um dos primeiros aglomerados urbanos a surgir. Sua relevância se deu por ter se tornado “o principal centro de comercialização da produção de apreciável área agrícola... [e], também, o foco de distribuição de produtos importados para a mesma região e para as áreas sertanejas que a circundam”. (BARROS, 1964). Dentre os produtos agrícolas produzidos, destacavam-se o arroz, o feijão, o algodão mas, principalmente, a cana-de-açúcar e a mandioca (para a produção da rapadura e da farinha). Ao final do século XVIII, Crato tornara-se a cidade mais importante da Região, a “Pérola do Cariri” (DINIZ, 1989), o que perduraria até o Padre Cícero e Juazeiro do Norte entrarem em cena no contexto regional.

Albuquerque (2004) ressalta a dificuldade de reconstruir a história da ocupação e desenvolvimento do Cariri. Pelo acervo existente, porém, segundo o autor, é possível compreender o desenvolvimento da formação econômico-social regional<sup>3</sup>. Esta formação era composta, em sua fase inicial, por pequenos proprietários de terras que tinham como prioridade fundamental produzir alimentos para o sustento familiar, principalmente a rapadura e a farinha. Essas pequenas propriedades se originavam essencialmente por meio do desmembramento por herança.

Dentre estes pequenos proprietários, era possível distinguir aqueles que se diferenciavam dos demais pelo fato de poderem comercializar o excedente de sua produção com outras áreas do interior do Ceará e de outros estados vizinhos. Estes se transformariam, em pouco tempo, nos grandes proprietários e também nos principais líderes políticos das redondezas.

A relevância política da região vem desde o período colonial, intensificando-se com a ascensão do Padre Cícero como patriarca de Juazeiro do

---

<sup>3</sup> No acervo existente, é possível perceber uma relevante bibliografia eminentemente geográfica. Além dos autores já citados (BARROS, 1964; DINIZ, 1987), existem outros importantes nomes, como o de PETRONE, Pasquale. **Contribuição ao estudo da região do Cariri, no Ceará**. Boletim Paulista de Geografia, 19. São Paulo: 1954 e SANTOS, Lindalvo Bezerra. **Reconhecimento geográfico de parte do sertão nordestino**: estudo da zona de influência da cachoeira de Paulo Afonso. Rio de Janeiro: IBGE/CNG 1952.

Norte. Segundo Della Cava (1976), o Padre tornou-se um dos chefes políticos mais importantes do Nordeste. Ainda em seu quadro político, é marcante o papel da oligárquica família Bezerra de Menezes (LEMENHE, 1995). Nos dias atuais, o Cariri representa um dos mais importantes redutos eleitorais do Ceará.

As características culturais da Região caririense são também significativas. Novamente o Padre Cícero é aqui enfocado por ser ele o responsável pelo desenvolvimento de um dos maiores centros religiosos do Nordeste<sup>4</sup>. Em torno da questão religiosa, e além dela, existe ainda um número relevante de romancistas, poetas populares, escritores de cordéis e grupos folclóricos.

Segundo Gonçalves (2004), parte desse arcabouço cultural-religioso recebia forte influência de Pernambuco, pelo fato dos “jovens, filhos de médios comerciantes e profissionais liberais, estudarem nos seminários religiosos e na faculdade de direito de Olinda” (GONÇALVES, 2004:25). Ao voltarem para seu lugar de origem, esses jovens traziam consigo traços característicos da cultura pernambucana, imbricando-os aos traços culturais caririense.

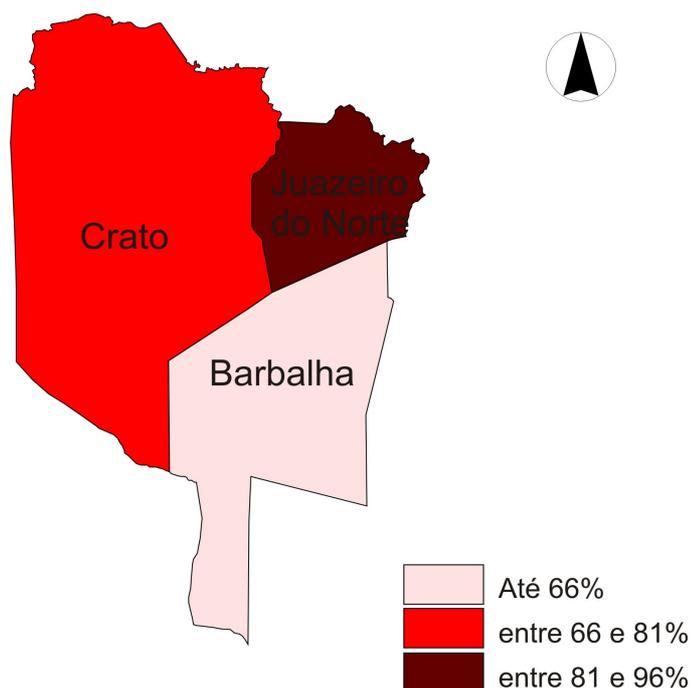
O período compreendido entre o século XIX e a segunda metade do século XX marca profundamente a constituição do Cariri como formação sócio-espacial no sul cearense. É a partir da segunda metade do século XX, porém, sobretudo após os anos 1970, que a Região ganha maior destaque dentro do Ceará, como veremos mais adiante.

O Cariri se destaca por ser a segunda maior aglomeração urbana do Ceará, ficando atrás somente da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2000), a região conta com uma população de 472.189 habitantes, cuja taxa de urbanização é de 75,79%. Deste total, os municípios de Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte agregam 363.810 habitantes, ou seja, 76,72% do total da população caririense, um dos motivos pelos quais os três municípios resultaram na aglomeração hoje conhecida por CRAJUBAR<sup>5</sup> (figura 02).

---

<sup>4</sup> Juazeiro do Norte é hoje o segundo maior centro religioso do País, ficando atrás somente de Aparecida do Norte, em São Paulo.

<sup>5</sup> Juntamente com o crescimento populacional, a expansão urbana, o desenvolvimento de atividades comerciais, industriais e de serviços (como educação e saúde), dentre outros, contribuem para a compreensão do fenômeno de conurbação que ocorre entre estes três municípios. A sigla CRAJUBAR surge, segundo os moradores da região, de uma antiga fazenda que se situava numa porção que abarcava territórios dos três municípios.



**FIGURA 02 – TAXA DE URBANIZAÇÃO DAS CIDADES DO CRAJUBAR**  
**FONTE: IBGE, 2000.**

Segundo estudo realizado pelo IBGE, publicado em 1987, o CRAJUBAR foi considerado uma capital regional, situada na zona de influência simultânea de Recife e Fortaleza. Sua área de atuação extravasa o Cariri, bem como o território cearense, penetrando Pernambuco, Piauí e Paraíba.

A região ocupa o segundo lugar no *ranking* da economia estadual, à sua frente se posicionando apenas a Região Metropolitana de Fortaleza, sendo, portanto, considerável o papel econômico e político desempenhado por uma burguesia local. Mais uma vez, destacando os três mais importantes municípios que formam o CRAJUBAR, o valor do PIB destes alcançou em 2003 a soma de R\$ 1.026.392.000,00 (IPECE, 2005) representando 3,6% do PIB estadual naquele ano. Da participação dos setores da economia, os serviços são aqueles que apresentam maior índice, seguido pela indústria e, por fim, o setor agropecuário.

**TABELA 1: PIB A PREÇOS DE MERCADO (R\$ MIL) - 2003**

Barbalha	155.363.000
Crato	287.134.000
Juazeiro do Norte	718.884.000
TOTAL	1.161.381.000
Cariri	1.235.250.000
Ceará	28.425.176.000

**FONTE: IPECE (2005)**

Esse total divide-se por setor de atividade do seguinte modo: as atividades agropecuárias respondem por 13% em Barbalha, 19% no Crato e 0,7% em Juazeiro do Norte; os serviços, 56,8%, 58,2% e 68,2%; e a indústria, 30,2%, 22,9% e 31,1%, respectivamente.

Não obstante a maior relevância que apresentam as atividades terciárias na composição dos PIB's municipais e, conseqüentemente, do PIB regional (uma vez que o CRAJUBAR define o peso do PIB na região), a indústria ocupa hoje lugar de destaque nessa composição econômica. Cabe salientar que, ao retrocedermos 30 ou 40 anos, perceberemos que o PIB industrial tinha menos significância, hoje vista a maior importância relativa das atividades agropecuárias.

Também partimos do fato de que, na sociedade capitalista, a indústria assume o papel dirigente da economia, subordinando, criando e redefinindo uma série de outras atividades. Ainda com o desenvolvimento do processo de industrialização, a produção atomizada tende a ser eliminada, transformando-se o processo produtivo numa produção seriada de máquinas e processos divididos e integrados.

Portanto, interessa-nos apreender uma particularidade dentro deste todo, a saber, o setor calçadista caririense, que ali se desenvolve desde a segunda metade do século XIX. Inicialmente ocorrendo de forma artesanal, a Região alcança nos dias atuais a condição de área de maior concentração de micro e pequenas empresas calçadistas do Estado do Ceará e sendo considerado um dos três maiores pólos produtores calçadistas do País, juntamente com o Vale dos Sinos (RS) e Franca (SP).

Na busca de compreender o atual momento da produção industrial do Cariri e a produção do seu espaço, é necessário reaver seu processo de desenvolvimento. Para tanto, partimos da apreensão do desenvolvimento industrial

do Ceará para, em seguida, nos atermos ao Cariri, desvelando suas particularidades no território cearense.

## **1.2 – A produção do espaço industrial cearense como reprodução do capital**

Refletir sobre a atividade industrial no Ceará é fazê-lo sob a perspectiva de uma atividade econômica possuidora de uma significativa dimensão espacial, uma vez que, em sua realização, envolvem-se grupos sociais, objetos e fluxos.

Na Geografia, *grosso modo*, duas abordagens teóricas podem ser realizadas (AMORA, 2005:369). A primeira é aquela de cunho mais descritivo, cujo objetivo é identificar os fatores de localização industrial. Esta é a metodologia utilizada para os estudos da Geografia Industrial Clássica.

Outra perspectiva, mais crítica e que ultrapassa a lógica formal, busca entender a produção do espaço industrial com suporte das contradições inerentes à lógica do capital. Dentro deste campo teórico-metodológico, a relação espaço-indústria é apreendida nas contradições do modo de produção capitalista, destacando-se o papel dos agentes que produzem o espaço e do espaço como produto das relações sociais. De outra forma, a apreensão da relação espaço-indústria só pode ocorrer pela leitura da produção do espaço, que aqui compreendemos como o *locus* da “reprodução das relações sociais de produção” (LEFÉBVRE, 1976:26); produção em sentido amplo, não simplesmente na lógica economicista.

Esta leitura é indissociável da apreensão da historicidade, isto é, a apreensão dos processos que alimentam a produção do espaço no tempo (e vice-versa) ou, como diria Santos (2004), quando o espaço torna o tempo concreto, quando no espaço é possível apreender as diferentes e sucessivas materialidades do tempo. À proporção que conhecemos as formas de materialização do tempo, na mesma medida apreendemos as formas de estruturação, apreensão e articulação do espaço, isto é, sua produção.

Amora (1978; 1994; 2004), na busca de compreender a industrialização cearense, propõe fazê-lo com base na divisão do processo em três períodos de

implantação industrial, períodos estes que correspondem a momentos distintos da divisão internacional e nacional do trabalho.

O primeiro período se inicia em fins do século XIX e estende-se até os anos 1950. Neste momento, as primeiras indústrias instaladas serão a têxtil, a de beneficiamento de sementes e a do curtimento do couro, ou seja, indústrias voltadas para o aproveitamento da produção agrícola.

O processo ocorreu de forma espontânea, realizado por grupos locais que ou dispuseram de recursos próprios ou os buscaram na própria região, não lançando mão de financiamentos nacionais ou investimentos externos.

Amora (1978) destaca, no primeiro momento, dois ramos da atividade industrial: o têxtil e o do couro. A indústria têxtil, por ter sido a primeira instalada no Estado, bem como para os demais centros urbanos nordestinos, para onde convergia a produção algodoeira. Ainda segundo a autora, “esta é a primeira indústria a ser desenvolvida em países subdesenvolvidos, não só pela presença de mercados, mas também por serem tecnicamente mais simples” (AMORA, 1978:19).

Com relação ao couro, com a implantação de curtumes, surgiram várias pequenas fábricas de calçados. Sua importância também é histórica e geográfica, porque aqui se desenvolve a “civilização do couro”, ou seja, o gado, além de fornecer o alimento, fornecia o couro, importante matéria-prima utilizada na confecção de artigos diversos, dentre os quais os calçados.

Ao analisar o processo de industrialização no Ceará e no Nordeste, Amora conclui, acerca do primeiro momento, que

As indústrias implantadas nesta fase, o foram em função do setor primário. Não só surgiram indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas para exportação, como também aquelas voltadas para o atendimento do mercado criado pela própria economia exportadora [...] o comportamento da indústria e dos serviços, numa economia voltada para a exportação produtos primários, é uma função direta da situação desse setor, ou seja, do mercado criado pela produção de bens exportados. Daí terem sido criadas, em centros como Fortaleza, indústrias tradicionais, mais precisamente têxteis, que produziam tecidos grosseiros para atender um mercado regional de baixo poder aquisitivo. Em outras palavras, a estrutura econômica vigente no Nordeste, contribuindo para a manutenção de baixos salários, condicionou a implantação de indústrias tradicionais de baixa produtividade, produtoras de bens de consumo simples e de baixo preço (AMORA, 1978:20).

Por volta dos anos 1950 esta indústria entraria em crise, em virtude do avanço tecnológico que tornava a estrutura existente obsoleta, conseqüentemente

encarecendo o custo de produção. Contribuiu também para a crise o desenvolvimento dos transportes, que permitiu a integração econômica do País, enfraquecendo a posição da indústria tradicional local no mercado regional. Outro fator, este infra-estrutural, que prejudicou de modo significativo a industrialização cearense foi a deficiência do fornecimento de energia elétrica, o que só seria resolvido em 1967, com a chegada da energia de Paulo Afonso à capital cearense<sup>6</sup>.

O segundo período de industrialização do Ceará é caracterizado pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que se caracteriza pela canalização de recursos oriundos de outras regiões do País, sobretudo do Sudeste, em direção ao Nordeste<sup>7</sup>.

Coube à SUDENE investir na modernização das indústrias já existentes e implantação de novos investimentos industriais. Segundo Amora (1978), o que se verificou para o Estado do Ceará, sobretudo para Fortaleza, foi uma transformação da estrutura industrial<sup>8</sup>. Com a atuação das políticas de incentivos fiscais, há maior participação de novos ramos da indústria, principalmente o metalúrgico. A composição desse ramo, entretanto, está orientada principalmente para o fornecimento de material de embalagem para as fábricas de beneficiamento de produtos agrícolas. Portanto, “é uma atividade complementar da indústria tradicional e que não se enquadra no rol das atividades mais dinâmicas, ao contrário das indústrias que se instalaram em Pernambuco e mais ainda na Bahia”. (AMORA, 1978:91).

Conclui-se, do exposto, que a política industrializante desenvolvida pela SUDENE não foi capaz de alterar de modo significativo o perfil industrial cearense, embora tenha contribuído para sua dinâmica, com a diversificação da produção. Deste modo, manteve-se a mesma estrutura industrial existente antes da política da

---

<sup>6</sup> No Cariri, a energia vinda de Paulo Afonso chega primeiro, no ano de 1963.

<sup>7</sup> A SUDENE surge como produto do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado no Governo de Juscelino Kubitschek, justificando sua criação pela necessidade de desenvolver o Nordeste e minimizar as desigualdades sócio-econômicas existentes entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro. Vale lembrar que a SUDENE é extinta em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso (em detrimento da criação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE). Com o governo Lula há a idéia de recriação da SUDENE, proposta esta alvo de muitas controvérsias.

<sup>8</sup> De acordo com a autora, ao mesmo tempo em que há uma mudança na estrutura industrial de Fortaleza, uma vez que é perceptível uma modernização do ponto de vista da técnica e também a inserção de capitais vindos de fora. Do mesmo modo há uma permanência, devido ao fato destas inovações e investimentos ocorrerem em setores já existentes na composição industrial do Estado, a exemplo da indústria têxtil e do beneficiamento de produtos alimentares, como a castanha-de-caju, e da pesca.

SUDENE, com o predomínio das atividades industriais que utilizavam matérias-primas locais e que absorviam maior quantidade de mão-de-obra.

Para Pereira Júnior (2005), é dessa fase (principalmente durante os anos 1960) que o Governo Estadual se mobiliza no intuito de aparelhar o Ceará para maior acesso aos investimentos regionais e aos investimentos externos. Inicialmente, concentra-se maior esforço no aperfeiçoamento das condições infra-estruturais para, em seguida, o Estado buscar facilitar a penetração dos mecanismos de produção e reprodução capitalista do espaço cearense.

Outra vez são as palavras de Amora que sintetizam os resultados desse período, ao dizer que

A nova dinâmica industrial criou uma demanda de insumos industrializados ou semi-industrializados, adquiridos doravante, em outras regiões do país, alterando, desta forma, as relações econômicas e espaciais. Com relação ao mercado, as indústrias implantadas desencadeiam novos fluxos: a maior parte da produção de manufaturados destina-se ao consumo nacional, contrariamente a fase anterior cuja produção era absorvida pelo comércio local e regional, a exemplo dos tecidos de algodão. Em síntese, a indústria se desenvolve no Ceará a partir deste período, sob a égide da SUDENE, especializa-se, no geral, em dois grandes setores produtivos: os produtos manufaturados que tem como destino o mercado nacional e os produtos beneficiados destinados à exportação (AMORA, 2005:375).

O terceiro período inicia-se com os anos 1980, quando surgem diversas transformações no contexto político e econômico nos cenários mundial e nacional. A abertura política e econômica nacional, a redução do Estado interventor e a maior autonomia dos governos estaduais caracterizam este período e interferem diretamente na industrialização cearense.

Com a ascensão de uma burguesia industrial, ligada ao Centro Industrial do Ceará (CIC), ao Governo do Estado são postas em prática ações voltadas para dotar o Ceará de condições de infra-estrutura preconizadas como viabilizadoras do desenvolvimento. Essas ações visam ao mesmo tempo à atração de indústrias e à materialização de estratégias de incremento do turismo e do agronegócio.

No que tange à indústria, essas estratégias se desenrolam no momento da denominada “guerra fiscal”, o que Santos e Silveira (2001:112) denominam de “guerra dos lugares”. Com a “guerra fiscal”, os estados buscam compensar a escassez de recursos financeiros por meio da atração de investimentos. Como veremos no decorrer deste texto, no Ceará, e no plano das atividades industriais,

isso se materializou com o Programa de Promoção Industrial e Atração de Investimentos.

Ao olharmos, nos dias atuais, a configuração industrial cearense, é possível apreender algumas características que mostram, ao mesmo tempo, uma dinâmica de permanências e mudanças. Do ponto de vista dos setores industriais aqui desenvolvidos, há uma permanência: são aqueles que tradicionalmente já estavam estabelecidos no Estado, a saber, o de produtos alimentares, têxtil, vestuário, artefatos de tecido e, sobretudo, calçados. Ao observarmos, entretanto, o destino da produção, verificamos alterações com o aumento sensível da exportação destes produtos, principalmente para os Estados Unidos e para a Europa.

Ainda é possível perceber esse jogo de permanência/mudança em relação à distribuição das indústrias no território cearense. A concentração na Região Metropolitana de Fortaleza continua significativa, sobretudo quando, em 1999, a Região incorpora novos municípios, dentre os quais Horizonte e Pacajus, lugares onde se desenvolvia um crescente processo de industrialização<sup>9</sup>. Ao mesmo tempo, com os programas de industrialização, o Governo procura incentivar sua interiorização, alegando minimizar as desigualdades econômicas no interior do Estado. O resultado alcançado pelas políticas de atração e atividade industrial, entretanto só conseguem chegar a parcelas do território que já possuíam algum grau de dinamismo em seus setores da economia. Destacam-se a Região do Cariri, no sul do Estado, o Município de Sobral, no norte, Iguatu, na porção centro-sul, Russas, na região do Baixo-Jaguaribe.

Por fim, um último par dessa combinação permanência/mudança é identificado com relação aos capitais aqui existentes. Como permanência convém enfatizar o peso da atuação dos capitais locais, que na indústria se dividem em dois grupos: 1) aquele composto pela burguesia industrial que, na década de 1980, assume o controle do Governo do Estado perpetuando-se até os dias atuais; 2) outra parte da burguesia industrial local, com menor quantidade de capitais acumulados, mas que desenvolvem seus negócios e concentram parte significativa dos capitais locais.

A mudança acontece com a chegada de capitais exógenos, isto é, aqueles que trazem suas indústrias para o Estado pelos fatores já citados, além da

---

<sup>9</sup> Para detalhes, ver Pereira Júnior, que descreve acerca do processo de industrialização nos Municípios de Horizonte e Pacajus (2005).

descentralização dos setores produtivos desde os anos 1980, quando sucede uma nova regionalização das indústrias por segmentos no território nacional. A produção industrial torna-se mais complexa, novas áreas são incorporadas ao processo produtivo enquanto aquelas já consolidadas ganham dinamismo diferente do registrado em períodos anteriores<sup>10</sup>.

O formato que toma essa nova divisão regional do trabalho no Brasil é este: a indústria do Sudeste, cada vez mais se integrando às do Sul, formando o “polígono industrial”<sup>11</sup> (alcançando, inclusive, o Mercosul), onde vão prevalecer as indústrias de capitais, metal-mecânica, por exemplo, somada às de bens duráveis. Conseqüência disso: vão se dispensando nessa região as indústrias de não duráveis, o que promoverá uma transferência dessas indústrias, para outras regiões no País que já possuíssem alguma tradição em setores não-duráveis (calçadista e têxtil) a exemplo do Ceará<sup>12</sup>.

Moreira (2006) reforça esta asserção, ao afirmar a região Nordeste como aquela onde se difundem a agroindústria<sup>13</sup> e as indústrias de não duráveis, onde se combinam os feitos das políticas estratégicas dos pólos a uma forma própria de agroindústria, a fruticultura irrigada, criando um espaço regional bastante diversificado.

O Estado do Ceará não foge ao conjunto de transformações pelas quais passa o Nordeste nos anos 1980/90. Uma vez esgotado o modelo industrializante promovido pela Sudene, na década de 1980, o Estado promove políticas públicas

---

<sup>10</sup> Para detalhamento acerca da localização industrial no Brasil anterior ao período a que nos referimos ver Moreira (1985, 2003, 2004), Santos e Silveira (2004), Mamigonian (2002).

<sup>11</sup> Moreira (2004), se apropria, para sua classificação, deste conceito de “polígono industrial”, proposto por DINIZ, Clélio Campolina (2002), em *A Nova Configuração Urbano-Industrial no Brasil*, in: *Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

<sup>12</sup> Já a região amazônica constitui outra a compor essa nova divisão regional do trabalho no Brasil, onde se vai definindo uma “fronteira biotecnológica”. Esta se estende desde a floresta amazônica até boa parte da região Centro-Oeste, domínio do Cerrado, que também se destaca pela grande biodiversidade. De acordo com Moreira (2006), é ali “[...] onde o futuro começa a ser construído, na medida em que, em função da engenharia genética, centro nervoso da produção industrial... a indústria vai começar a se desenvolver”. O Centro-Oeste apresenta-se como outra região, cuja especialidade industrial é a agroindústria, formando mais especificamente o complexo agroindustrial. Nessa região, surge uma série de atividades autônomas de natureza industrial e terciária, atuando como ramos especializados e voltados para complementar a atividade principal, ou seja, a agroindústria.

<sup>13</sup> O Nordeste também se transforma numa região de referência da agroindústria, com produção voltada para o Exterior e com grandes estabelecimentos agroindustriais espalhados por seu espaço regional. Para detalhes, ver os trabalhos de ELIAS, Denise, da Universidade Estadual do Ceará, que vem estudando o agronegócio no Nordeste Brasileiro e no Estado do Ceará em particular. Entre seus trabalhos, destacamos ELIAS, D. S. *Globalização e Agricultura: a Região de Ribeirão Preto*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2003 e ELIAS, D. S. (Org.); FURTADO, J. L. S. (Org.). *Modernização Excludente*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. .

que buscam inserí-lo no circuito da produção e do consumo globalizados. Estas se pautariam no fortalecimento da industrialização, na modernização da produção agrícola, no investimento massivo no turismo e na construção de toda uma infraestrutura necessária para dar fluidez à produção e ao consumo. O Governo Estadual teria uma participação fundamental, principalmente porque sua liderança então estava nas mãos da classe burguesa industrial dominante no território cearense. Importante é perceber que, embora o modelo de desenvolvimento via industrialização por meio da SUDENE tenha chegado ao seu fim, é esse mesmo modelo que será adotado pelo Governo do Estado, que lançará mão de outros recursos para dar cabo a essa tarefa.

Nosso esforço é o de mostrar como a Região do Cariri se insere nesse processo de formação industrial cearense, quais suas identidades e particularidades em relação à industrialização do Estado. O ponto de partida que aqui tomamos é a segunda metade do século XIX, quando ainda o que havia na região eram verdadeiras oficinas em sua produção artesanal. Alcançamos a segunda metade do século XX, descrevendo a industrialização planejada para, por fim, no segundo capítulo, apresentar a formação industrial atual do Cariri cearense.

### ***1.3 – O Processo de Industrialização do Cariri: a Indústria Calçadista***

#### ***1.3.1 – Dos Primórdios***

Em sua formação, a implantação industrial no Cariri decorreu da expansão da agricultura. A cana-de-açúcar, a pecuária bovina e o algodão constituíram os principais componentes da dinâmica econômica e social da região sendo, ao longo de sua história, responsáveis pelo desenvolvimento de atividades correlatas, inclusive nos setores secundário com as agroindústrias (os engenhos) e a produção do charque.

A chegada da cana-de-açúcar ao Cariri, na primeira metade do século XVIII, impulsiona a economia da região que se torna pólo canavieiro, sendo a rapadura seu principal produto. Nesse contexto, o Município do Crato liderava a produção, juntamente com Barbalha, contando com a maioria dos engenhos. Segundo Della Cava (1966), eram 90, e seriam mais de 200 no século XIX, de

acordo com Diniz (1987), existentes na região. Foram o açúcar e o engenho grandes responsáveis pela formação sócio econômica do Cariri.

Na segunda metade do século XIX, entretanto, registram-se mudanças significativas na região, sobretudo com a expansão da cultura algodoeira. A crescente necessidade européia de matérias-primas, como o algodão, transformava, paulatinamente, a economia de muitas áreas interioranas, que deixaram de ser apenas de subsistência, ingressando na produção comercial exportadora.

À mesma época verificou-se a chegada de comerciantes e de capital novo, sobretudo no Crato, em virtude do declínio geral da cidade de Icó, situada ao centro-sul do Estado e por onde passava a Estrada Geral do Jaguaribe<sup>14</sup>, importante via de comunicação e de escoamento do gado e entrada dos gêneros de primeira necessidade. Estes comerciantes, ao chegarem ao Crato, instalam suas lojas, farmácias permanentes e, pouco depois, casas de luxo relativo às condições da época (os sobrados), denotando ser esta uma classe possuidora de recursos. As novas atividades geraram demanda de serviços públicos mais amplos nos setores de transportes, saúde e, principalmente, educação, vindo o Crato a se tornar o principal centro de educação da região.

Nos anos de 1870, o povoado de Juazeiro do Norte surge de maneira mais incisiva no desenvolvimento da história e da Geografia do Cariri. Isso porque em 1872 chega ao povoado, que à época ainda conservava os traços de uma fazenda de cana-de-açúcar, o Padre Cícero. Não nos deteremos aqui na história do Padre, analisada por vários autores, dentre os quais destacamos Ralph Della Cava em *Milagre em Joazeiro*, mas apenas nas conseqüências principais daquilo que ficou conhecido como “o fenômeno Padre Cícero”, e que consideramos serem as seguintes: 1) o aumento do contingente populacional, útil como mão-de-obra; 2) a influência política, religiosa e ideológica do Padre Cícero (DELLA CAVA, 1966; BARROS, 1994) e; 3) conseqüência dos dois primeiros, o aumento no excedente da produção (que deu ao Cariri o título de “*Celeiro do Ceará*”) e no potencial de desenvolvimento industrial que estava restrito às fábricas de beneficiamento e às empresas de cerâmica.

---

<sup>14</sup> A Estrada Geral do Jaguaribe partia da região do Aracati, transpondo o rio Jaguaribe, atravessando as cidades de Russas e Icó, depois indo à direção do rio Salgado, ultrapassando a chapada do Araripe, finalmente alcançando o médio São Francisco. Os gêneros alimentícios que ali passavam serviam para abastecer o interior do Ceará durante os primeiros períodos administrativos.

Importante se faz aprofundar a análise acerca do aumento do contingente populacional que afluiu para o Cariri. No período em que ocorreu este aumento (de 1850 a 1915), sérias dificuldades se abatiam sobre a força de trabalho no território cearense. Neste intervalo, situaram-se quatro das mais graves secas que assolaram o Estado (1878, 1898, 1900 e 1915) e que foram responsáveis, em parte, pela emigração de cerca de meio milhão de sertanejos (DELLA CAVA, 1966:142). Ainda outro fator contribuiu para a emigração: a abertura dos seringais nas regiões subpovoadas do Amazonas e do Pará. Ambas as regiões necessitavam de uma força de trabalho altamente flexível e barata, a fim de atender às exigências, em expansão, da borracha, de que o Brasil se tornara o maior produtor mundial.

É exatamente neste contexto de emigração acelerada no território cearense que o Cariri, sobretudo Juazeiro do Norte, vai constituir uma exceção, em face da atração exercida pelo fenômeno Pe. Cícero, que alcança a fama do “*czar da mão-de-obra*” (DELLA CAVA, 1966:143). Ainda outro atrativo é a fertilidade do vale com suas fontes perenes de água. Nem os empreendimentos agrícolas do Vale do Cariri, nem os subseqüentes programas de obras públicas, financiados no Nordeste pelo Governo Federal, teriam progredido se não fosse a força de trabalho arregimentada através da fé no Padre e em sua influência política sobre a Cidade.

O contingente populacional que afluiu ao Cariri, principalmente após 1910, foi fundamental para o desenvolvimento das primeiras fábricas artesanais na região. Estas se desenvolveram, sobretudo, para atender às necessidades de consumo da população local em ascensão e pela incapacidade das limitadas áreas rurais de Juazeiro do Norte na absorção de migrantes nas atividades agrícolas. A princípio, as atividades econômicas consistiam na construção de casas e na manufatura de artigos de uso doméstico, confeccionados com matéria-prima local. Com o influxo dos romeiros, estimulou-se a manufatura de fogos de artifício e de artigos religiosos e recordações, o que já dava a Juazeiro do Norte um papel de destaque como centro religioso. Conseqüentemente, com a habilidade dos povos e as necessidades do sertão, produziram-se instrumentos rurais típicos, como enxadas e pás, mas, também, facas, punhais, revólveres, balas e pólvoras. A presença do couro vai fazer surgir os *artesanos do couro* que produzirão, além dos calçados, uma série de outros produtos utilizados no meio rural, como cintos, arreios, selas, chapéus etc.

De acordo com Rabello (1967), há um aspecto peculiar na produção artesanal de Juazeiro do Norte: sua produção extrapola o aspecto utilitário, uma vez

que eram produzidos, também, objetos para o culto religioso a fim de suprir o mercado de fiéis que se ampliava.

O crescimento destas atividades fez com que Juazeiro do Norte fosse chamada de “*cidade oficina*”. Os artesãos se mudam de suas casas e instalam oficinas espaçosas e equipadas de máquinas, localizando-se no centro da Cidade, para ficarem no alcance dos novos assalariados, que aumentavam, e da freguesia em geral. Ainda é Rabello quem apreende: “*Por toda parte residências oficinas. Ruas residenciais ou de comércio ainda abrigam oficinas de artesãos, sobretudo as mais organizadas – as dos ourives e dos sapateiros*”.(1967:72).

Um detalhe apreendido pelo autor diz respeito à produção de calçados, que não se resumia simplesmente à confecção das rústicas sandálias de rabicho, utilizando o couro curtido no local. Materiais outros, como peles finas, vaquetas, pelícas e camurças, eram utilizados para a confecção de sapatos e bolsas de qualidade superior destinado às senhoras de maior posse.

Entre a dinâmica das atividades agrícola, industrial e de comércio, percebemos que há todo um mosaico relacional que nos permite apreender o processo de formação sócio-espacial da região. Partindo da atividade agrícola, que se caracterizava como de subsistência e com algum excedente destinado à troca, é fato comum entre os estudiosos que, nem todos aqueles que afluíam para o Cariri a ela se adequavam. Isto por dois fatores: o primeiro, pelas limitadas áreas rurais que inviabilizavam o acesso de todos à atividade agrícola, e o segundo, pelo fato de que muitos daqueles que ali chegavam já eram artesãos que, pelos motivos mais diversos, foram levados a migrar para a Região.

No que tange à atividade industrial, não é possível falar em indústria propriamente dita até fins do século XIX. Na verdade, o que havia eram verdadeiras oficinas, geralmente localizadas na parte central dos povoados e que utilizavam principalmente a mão-de-obra familiar, despojadas de qualquer divisão interna do trabalho. As ferramentas utilizadas para o fabrico eram rudimentares e de propriedade dos donos do próprio empreendimento, que também dominava o processo de produção e detinha o conhecimento da técnica de produção.

Estas oficinas se ligavam a um setor especializado do comércio que, de início, apenas distribuía a sua produção e, mais tarde, passa a financiá-la e controlá-la, determinando uma crescente diferenciação social no seio do artesanato: donos de oficinas, uns independentes e outros submetidos aos comerciantes e

financiadores, e um maior número de artífices que recebiam salários. A dinâmica do comércio, bem como sua expansão, produziam, além de uma diversificação nas relações de troca, uma diversificação da produção artesanal.

O Jornal *Correio de Juazeiro*, em sua edição do dia 27 de fevereiro de 1949, publicou manchete com o título: “*Mãos que produzem milagres*”, aludindo às pequenas indústrias de Juazeiro do Norte (RAMOS, 2000). Numericamente eram 108 as de sapataria e artefatos de couro; 75 de ourivesaria; 87 de facas e artefatos de ferro; seguindo a lista por indústrias de móveis, fogos e explosivos, além de indústrias alimentícias.

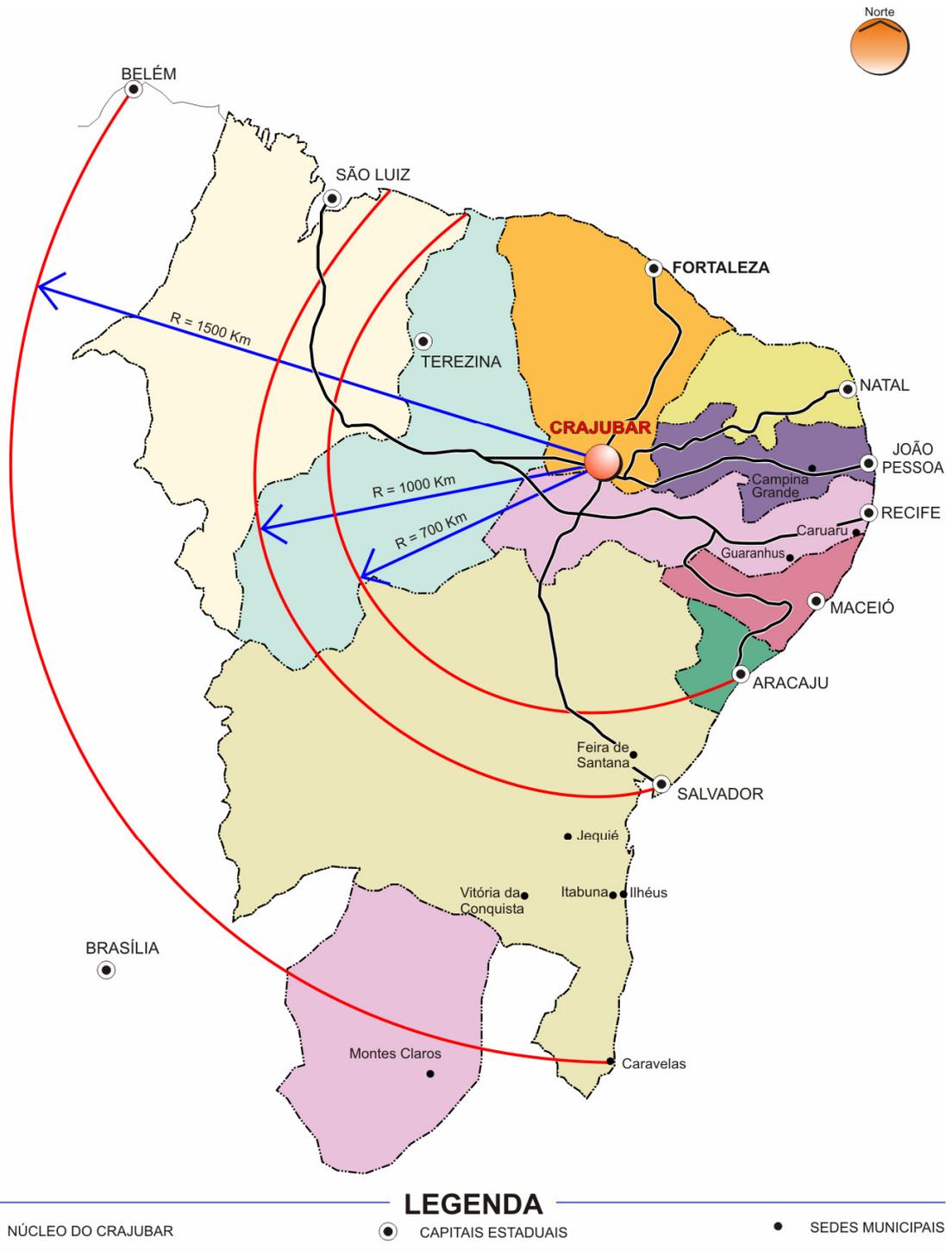
Ao fim da primeira metade do século XX, uma série de alterações é sentida na região em consequência da dinâmica da produção do espaço caririense. Ocorrem mudanças nos mais diversos planos: econômico, social, político, cultural. No plano político, a independência de Juazeiro do Norte, com sua elevação à categoria de município em 1911, foi, sem dúvida, o acontecimento mais marcante. Também relevantes foram a importância e o poder de barganha alcançado pelo Cariri no contexto da política cearense, sobretudo com a dinâmica dos Municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, num processo que mais tarde resultaria na conurbação CRAJUBAR.

No cenário econômico viu-se espalhar o sistema de trabalho assalariado com um relativo aumento no preço da mão-de-obra. Também se valorizou o preço das terras, até mesmo daquelas menos férteis, situadas na região do Cariri, como um todo. Mercados consumidores de produtos da região foram criados em outras partes do Nordeste pela grande força de trabalho engajada na construção de ferrovias e açudes. Crato e Barbalha firmaram-se como centros tradicionais da cana-de-açúcar do Vale, embora, segundo Della Cava(1966), o algodão tenha transformado a terra vermelha num manto de neve, atingindo seu auge nos anos 1930. Ainda em 1921, foi instalado no Crato um banco, o primeiro do sertão nordestino, bem como a primeira associação regional de produtores agrícolas voltados para a exportação (a Associação Agrícola do Cariri), com sede no Crato.

Em 1926, chegou a Juazeiro do Norte e ao Crato a estrada de ferro, proporcionando a ligação ferroviária com a capital do Estado, via Baturité. O escoamento da produção regional, quer agrícola quer mineral, fazia-se basicamente por essa via de circulação (DINIZ, 1989).

A vida social também mudou. As festividades religiosas tradicionais da Cidade começaram lentamente a ceder lugar às festividades seculares. Instituições educacionais começaram a se expandir. Em 1923, Juazeiro do Norte já dispunha de quatro escolas primárias, financiadas pelo Estado e pelo Município, e de um grande número de escolas particulares, enquanto a cidade do Crato mantinha instituições de ensino secundário de níveis mais avançados.

Estas mudanças permitiram formar uma nova configuração territorial, mais concentrada, sobretudo nos municípios da tríade, e também mais dinâmica. A distância entre os três municípios cada vez mais diminuiu, conseqüência da sua expansão urbana. Juazeiro do Norte, o mais novo dos municípios, apresenta-se como o mais promissor, conseqüência de seu crescimento populacional e do desenvolvimento de um comércio dinâmico e da atividade industrial. Crato acompanha-o em sua trajetória, enquanto Barbalha mantém um ritmo mais lento no processo. A localização favorável, na porção central do Nordeste brasileiro (figura 3), permitindo o desenvolvimento de relações com diversos municípios do Ceará e de outros estados, principalmente Pernambuco, Paraíba e Piauí, apresenta-se como característica importante para o Cariri no desenvolvimento de sua industrialização.



**FIGURA 3 – POLARIZAÇÃO DO CRAJUBAR**  
**FONTE: ADAPTADO DO PDDU DE JUAZEIRO DO NORTE**

### **1.3.2 – De 1960 a 1980: a industrialização planejada**

Fase nova no processo de industrialização surge na década de 1960 e apresenta três marcos importantes: 1) nos anos 1960, é posta em prática a política de industrialização da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e outra, no plano estadual, elaborada pela CODEC (Companhia de Desenvolvimento do Ceará) visando a industrialização no interior do Estado, tendo o Cariri sido escolhido para a implementação de uma proposta denominada Projeto Asimow<sup>15</sup>; 2) nos anos 1970, surgem empresas que utilizavam matérias-primas outras que não o couro para a produção de calçados e, por fim; 3) o início dos anos 1980, com a tentativa de implantação do Distrito Industrial do Cariri.

Para compreendermos este período, cabe retrocedermos à década de 1950, quando a questão regional ganha destaque no Brasil, conseqüência do aprofundamento das desigualdades sócio econômicas existentes entre o Sudeste e o Nordeste brasileiros. Na busca de promover o desenvolvimento regional, o então presidente Juscelino Kubitschek criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Segundo Araújo (2000:143), tratava-se de “tirar a economia nordestina do estado de letargia em que mergulhara a partir da crise do seu complexo agroexportador, baseado na produção açucareira”.

A industrialização era apresentada como o elemento central da proposição do GTDN, vista como a única saída para combater o atraso do Nordeste e promover uma dinâmica que conduzisse ao crescimento do PIB regional. O objetivo primordial seria intensificar os investimentos industriais, visando a criar, no Nordeste, um centro autônomo de expansão manufatureira.

Produto do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), a SUDENE seria o órgão que colocaria em prática as propostas do grupo para alcançar o desenvolvimento do Nordeste. A industrialização seria a condição *sine qua non*, segundo preconizava a SUDENE, para o desenvolvimento da Região e a conseqüente desconcentração espacial da riqueza no território brasileiro ao lado de um movimento de integração econômica do Nordeste aos movimentos mais

---

<sup>15</sup> “O Projeto Asimow existia originalmente como uma idéia do professor Morris Asimow no sentido de buscar a industrialização planejada das regiões menos favorecidas, situadas no interior de países em desenvolvimento. O professor Asimow pertencia aos quadros do Departamento de Engenharia da Universidade da Califórnia (UCLA)” (SOARES e ROCHA, 1989:254-255).

gerais da economia nacional (ARAÚJO, 1995; BONFIM, 1997; 2001; OLIVEIRA, 1990). Isto porque, dentre outros fatos, os anos 1956-1960 mostraram a industrialização como força propulsora da economia brasileira, sobretudo com a implantação das indústrias de bens de capital e de consumo durável, concentradas na Região Sudeste (MOREIRA, 1979; MOREIRA, 2004).

Inicialmente, o projeto SUDENE apresentava-se como aquele capaz de proporcionar resposta em termos de melhoramento das condições do Nordeste, no sentido de debilitar o centro das pressões sociais, portanto, uma política originalmente definida por meio de questões sociais (MOREIRA, 1979). Em 1959 é então criada por lei a SUDENE, facilitada por dois fatores: 1) emergência da seca de 1958, que provocou profunda comoção popular e que se deu justamente no momento de maior euforia do crescimento industrial do País; e 2) porque os documentos não faziam menção estrita e específica à reforma agrária, deixando sossegados os grupos tradicionais da oligarquia agrária. Segundo Moreira,

O certo, sem dúvida, é que parece ter havido um acordo tácito entre setores para que a estrutura agrária se mantivesse inalterada, tendo o desenvolvimento regional que se situar, portanto, num quadro alheio às exigências de reformas estruturais, já que nenhum setor no poder era sensível a mudanças desta natureza.(1979:53).

O sistema de incentivos projetado pela SUDENE inicia com estímulos voltados para a isenção de impostos e taxas de importação de máquinas e equipamentos para a indústria nordestina. Mais tarde, seria ampliado, incluindo a dedução nas declarações de Imposto de Renda para outros projetos.

O mais conhecido destes incentivos foi o sistema 34/18<sup>16</sup> que se caracterizava, segundo Guimarães Neto e Galindo (s/d):

1) pela possibilidade de a pessoa jurídica descontar, na sua declaração de rendimento, parcela do Imposto de Renda (até 50%) para a aplicação em projetos de interesse para o desenvolvimento regional;

2) pela obrigatoriedade de contrapartida de recursos próprios;

3) pela obrigatoriedade em contrapartida de vincular tais recursos a projetos submetidos à SUDENE, dentro de prazos determinados, sob pena de reversão dos recursos para o Tesouro Nacional.

---

<sup>16</sup> Ficou conhecido desta forma por conta dos artigos 34 da Lei 3995, de 14 de dezembro de 1961, e do artigo 18 da Lei 4.239 de 17 de junho de 1963.

Em 1974 foi criado o FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), contendo alterações significativas e se apresentando como substituto do 34/18. O FINOR seria alvo da última modificação, em 1991, resultando nas seguintes características:

- 1) criação de instrumentos legais mais adequados para permitir ao governo a recuperação dos recursos indevidamente aplicados;
- 2) vinculação de aplicações dos recursos nos novos projetos a itens específicos dos investimentos fixos;
- 3) aplicação dos recursos sob a forma de debêntures, conversíveis ou não, em ações; e
- 4) estreita vinculação da aprovação dos projetos às prioridades da política regional.

Para Abu-El-Haj (1997, 2002), o 34/18 e o FINOR representam duas fases de intervenção do Estado brasileiro no Nordeste, ambas com efeitos contraditórios. Na primeira, foram incentivados investimentos em indústrias de capitais intensivos ligados organicamente ao “complexo industrial estatal”. Embora tendo alcançado o objetivo de atrair firmas nacionais, “houve uma inconsistência entre os objetivos programáticos traçados nos documentos da SUDENE (o uso de matéria-prima local e de mão-de-obra nordestina) e a forma de concretização dos investimentos”. (ABU-EL-HAJ, 1997:329). A ênfase de investimentos em indústrias de capital intensivo causou uma expansão da produção sem afetar a estrutura econômica e as relações políticas e sociais nem, muito menos, alterar o quadro da geração de empregos. Importante é reforçar o fato de na primeira fase, o Ceará ficou em posição de desvantagem em relação aos Estados de Pernambuco e Bahia, maiores beneficiados do 34/18<sup>17</sup>.

O FINOR, ainda segundo Abu-El-Haj (1997, 2002), entrou em cena na segunda fase de industrialização do Ceará, afirmando o rompimento com o desenvolvimentismo tradicional que se preocupava com a geração de emprego por meio de investimentos na indústria pesada e de capital intensivo. Tendo como

---

<sup>17</sup> Importante se faz destacar a diferença dos investimentos que foram feitos nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, que resultaram em diferentes espaços industriais. Enquanto que, nos dois primeiros, houve maior investimento de capital exógeno que propiciou a instalação de uma indústria de capital intensivo, no Ceará, a predominância será a de capitais locais, o que talvez explique, em grande parte, o fato de vantagens locais e de articulação com um quadro econômico local resulte num tipo de indústria muito parecida ao longo do tempo. Uma indústria que estará, de fato, associada, historicamente, à agropecuária, a exemplo dos calçados e têxteis. Para detalhes ver Ferreira (1983).

princípios direcionadores a *concorrência* e a *competitividade*, adotou a lógica de mercado, buscando inserir uma nova ética empresarial moderna no setor privado nordestino e uma melhor inserção da indústria regional no mercado internacional e nacional. Diferentemente do 34/18, o segundo momento tem seu maior efeito no Ceará. Segundo Abu-El-Haj,

O apoio à indústria tradicional de médio porte, moderna e altamente competitiva condicionou o surgimento de um empresariado autônomo no poder local e das instituições tradicionais do Estado brasileiro. O novo empresariado cearense, gradualmente, se transformou num crítico do modelo de intervenção governamental (Abu-El-Haj, 1997:331).

Como já acentuamos, inicialmente foram os Estados da Bahia e de Pernambuco os mais beneficiados com a política de incentivos da SUDENE, ficando o Ceará em terceiro lugar no *ranking* regional. Em 1962<sup>18</sup>, na tentativa de promover maior desenvolvimento industrial no território cearense, o Governo Estadual, atuando segundo os critérios do I PLAMEG (Plano de Metas Governamentais), criou a CODEC, agência estadual de desenvolvimento industrial destinada a trabalhar em conjunto com as demais instituições estaduais e regionais voltadas direta ou indiretamente para questões relativas ao desenvolvimento da economia industrial.

A CODEC contribuiu para uma série de incentivos, que incluíam a isenção de impostos, adiantamento dos financiamentos concedidos pela SUDENE e participação acionária na empresa, dentre outros, conseguindo “reverter o quadro passivo em que a indústria cearense havia se inserido no princípio da década de sessenta(...) no ano de 1969, a SUDENE havia liberado para o Estado do Ceará cerca de 100 aprovações de projetos industriais(...) metade através do apoio da CODEC” (SOARES e ROCHA, 1989:253).

A grande questão que perpassou toda a CODEC, no entanto, foi a **localização industrial**. Na ânsia de fazer do Ceará um estado atrativo, o órgão optou pelo caminho de reforçar o ponto mais forte da estrutura espacial do território cearense, a Região Metropolitana de Fortaleza. Embora tenha beneficiado algumas

---

<sup>18</sup> Ano em que Virgílio Távora assume o Governo do Estado do Ceará. Segundo o que afirma Parente (2002) duas características marcam seu governo: 1) a de artífice de acordos políticos selados com o reconhecimento de sua autoridade e 2) a de *modernizador*, por inserir a idéia de planejamento nas ações administrativas objetivando mudar o perfil econômico do Ceará que, até então, era o de uma economia vulnerável, dependente da agricultura. Seu objetivo era o de transformar essa economia em uma predominantemente industrial.

idades do interior do Estado, dentre elas Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, como veremos adiante, em termos relativos, não possibilitou uma participação industrial mais efetiva do interior do Estado.

A CODEC, por meio de projetos, buscou efetivar uma industrialização planejada nas regiões menos favorecidas. O ASIMOW, de autoria do professor Morris Asimow, foi um destes projetos elaborados na busca do desenvolvimento da Região Caririense, fruto de um convênio entre a UCLA (Universidade da Califórnia) e a UFC (Universidade Federal do Ceará), sendo custeado pela Fundação Ford e pela USAID. O projeto visava à implantação de pequenas e grandes indústrias, capazes de promover o desenvolvimento de uma região subdesenvolvida.

A Região do Cariri foi escolhida para a realização do Projeto, por apresentar um conjunto de vantagens consideradas expressivas, tais como sólida tradição agrícola e comercial, por ser um centro cultural regional do Estado, ter acesso à energia de Paulo Afonso (a Região do Cariri foi a primeira, no Ceará, a se beneficiar com a energia elétrica) e, por fim, ser o segundo centro econômico do Ceará.

Outra característica que se apresentou como indissociável às refrocidadas para a escolha do Cariri pelo projeto ASIMOW foi, sem dúvida, a política. O fim da década de 1950 e início da década 1960 são marcados, no Cariri, pela ascensão da família Bezerra de Menezes ao poder político. Aduato Bezerra como deputado estadual e seus dois irmãos, Humberto e Orlando Bezerra, respectivamente, como prefeito e vereador de Juazeiro do Norte (LEMENHE, 1995)<sup>19</sup>. A família Bezerra de Menezes é uma das mais tradicionais da região, tendo iniciado seu legado na condição de médios proprietários de terra, passando ao estado de proprietários de usina de beneficiamento de algodão e alcançando a posição de maiores industriais da região<sup>20</sup> (conseqüentemente, também, eram os maiores empregadores de trabalhadores assalariados), além de banqueiros. Para Lemenhe (1995:97), “identificam-se certas especificidades em relação ao padrão clássico de coronelismo de base agrária”, ao analisar a trajetória dos Bezerras e sua relação com a região, o

---

<sup>19</sup> A vida política da família se inicia nos anos 1950-60, sobretudo numa base local. Ao longo dos anos 1970, destaca-se o crescimento em suas lideranças e, finalmente, no início dos anos 1980 mostram-se os sinais de quebra na sua hegemonia. O momento áureo foi em 1975, quando Aduato é indicado Governador do estado do Ceará.

<sup>20</sup> Os Bezerras iniciam suas atividades industriais com o beneficiamento do algodão e a extração de óleos vegetais. Anos depois, quando da transferência gradual de seus negócios para a Capital do Estado, passariam a atuar na indústria têxtil e também nas atividades bancárias.

seu território de domínio. Para a família, que concentrava grande parte de seus negócios no Cariri, era interessante não apenas receberem incentivos e investimentos para seus próprios estabelecimentos, mas, também, outros que pudessem proporcionar o maior desenvolvimento da região e, conseqüentemente, legitimar sua atuação política, quer no contexto regional, quer no plano estadual.

Junto com técnicos do BNB, a equipe do Projeto ASIMOW deslocou-se para o Cariri, a fim de investigar as oportunidades industriais mais adequadas para a Região, respeitando as vocações locais. Como resultado, foi sugerida a implantação dos seguintes empreendimentos: 1) fábrica de telhas e tijolos, 2) fábrica de cimento, 3) fábrica de doces, 4) beneficiamento do milho, 5) confecção de sapatos, 6) montagem de rádios transistorizados.

A firma-modelo proposta pelo projeto era a da sociedade anônima (com grau expressivo de fragmentação do capital), com planta e tecnologia indicada pela UCLA e com gerência dos acionistas que tivessem prestado cursos de formação gerencial também naquela universidade americana.



FOTO 1: EMPRESA APOIADA PELO ASIMOW: CECASA

Embora estas características fossem bastante distintas das agências de planejamento regional e estadual, o ASIMOW associou-se a elas no sentido de acelerar seu propósito específico de industrialização da região do Cariri. Assim, todos os benefícios dos incentivos dos artigos 34/18 e os proporcionados pela CODEC passaram a fazer parte do arsenal do projeto ASIMOW.

Para Soares e Rocha (1989:259), o Projeto Asimow.

[...] apresentou uma trajetória um tanto contraditória em sua atuação na região do Cariri. Extremamente bem sucedido em relação à capacidade de provocar impactos que motivassem a industrialização na região do Cariri, não obteve sucesso em preservar as conquistas realizadas em termos de implantações. Seu conteúdo inovador foi decisivamente obstruído pelo seu conceito de firma-modelo – excessivamente ortodoxo e apologético – inadequado para as condições vigentes, à época, na Região do Cariri.



**FOTO 2: EMPRESA APOIADA PELO ASIMOW: IMOCASA**

Os resultados foram diversos. A indústria de sapatos conseguiu funcionar como empresa limitada; a fábrica de cimentos só seria implantada em 1967, aprovada pela SUDENE, sem modificações substanciais em seu projeto. As fábricas de rádios, tijolos e beneficiamento do milho iniciaram suas produções em 1963, com impacto inicial relativamente promissor. As fábricas de alimentos e rádios, porém,

não suportariam as pressões concorrenciais exercidas por firmas situadas fora do Cariri. Enquanto durou, o Asimow foi responsável pela implantação de 75% do total dos investimentos feitos na Região e equivalente a 67% das implantações realizadas em Fortaleza no mesmo período<sup>21</sup> (SOARES E ROCHA, 1989).

Outros fatores elencados pela Fundação para o Desenvolvimento Tecnologia, Educação e Comunicação (FUNDETEC, 1999) para a falta de êxito do ASIMOW foram: superdimensionamento das plantas, falha na elaboração dos projetos com insuficiência de estudos preliminares e a escassez de recursos humanos qualificados.

Por fim é necessário considerar que o modelo proposto pelo Projeto Asimow, o de firmas-modelo em sociedades anônimas, com o capital dividido em ações e a responsabilidade dos sócios ou acionistas limitada ao preço da emissão das ações subscritas ou adquiridas, não agradou aos capitalistas porque estes agem de forma individualista. Especificamente no Cariri, as empresas familiares (as sociedades limitadas) eram aquelas que prevaleciam (e ainda prevalecem nos dias atuais, como se perceberá ao longo do trabalho), sobretudo pela facilidade na constituição e simplicidade de seu funcionamento e, também, por permitir maior controle do capital gerado.

Passada essa experiência, na década de 1970, há uma mudança no produto e na produção calçadista da região. Com as mudanças suscitadas pelo FINOR e com o próprio rumo que estavam tomando o sistema capitalista e suas regras de competitividade, houve a necessidade do uso de novos produtos e de maquinarias mais modernas. De semelhante modo, se fazia necessário o planejamento da atividade produtiva que possibilitasse aumentar a produtividade, implicando obtenção de maiores margens de lucros e, assim, a manutenção ou acréscimo de taxas de lucros mínimas requeridas para a realização da atividade econômica. Segundo Araújo (2006), com o Município de Juazeiro do Norte despontando como o segundo maior centro comercial do Ceará, surgem empresas produtoras de sandálias microporosas e de placas de borracha de EVA<sup>22</sup>, matéria-

---

<sup>21</sup> Foram implantadas no Cariri, pelo projeto ASIMOW, as seguintes empresas: CECASA (1962) – fabricação de ladrilhos, telhas e manilhas, localizada em Barbalha; IESA (1963) – fabricação de máquinas de costura, rádios e motores elétricos, localizada em Juazeiro do Norte; IBACIP (1963) – fabricação de cimento Portland, em Barbalha; LUNA (1963) – fabricação de calçados, em Juazeiro do Norte; INAESA (1962) – produção de alimentos enlatados, no Crato; IMOCASA (1962) – empresa beneficiadora de milho, no Crato.

<sup>22</sup> EVA: etil – vinil – acetato.

prima básica para a fabricação de calçados. Há uma modernização na atividade produtiva com a entrada de novos equipamentos a fim de garantir maior dinâmica ao setor e permitir a capacidade de responder às exigências do mercado<sup>23</sup>.



**FOTO 3: EMPRESA APOIADA PELO ASIMOW: IBACIP.  
É A ÚNICA QUE AINDA PERMANECE EM FUNCIONAMENTO**

Surgem então as fábricas com suas linhas de montagem. Com a implantação dos injetáveis, o manejo deixa de ser com a matéria-prima para ser com a máquina, com a regulação do tempo e do espaço de trabalho. O saber é fragmentado em várias funções; é a divisão social do trabalho das oficinas de outrora transformada em divisão técnica no chão de fábrica. A metamorfose da técnica é o grande salto.

---

<sup>23</sup> Fato interessante é perceber que, enquanto no Cariri há uma mudança na composição da produção, quando se passa a utilizar materiais sintéticos, em outras regiões do País como no Vale dos Sinos (RS) e em Franca (SP), há um forte impulso na produção de calçados de couro, o primeiro se voltando para a exportação, este último, para o mercado local. É possível então pensarmos em uma divisão espacial da produção. Enquanto uns se especializam na produção para o mercado externo, outros o fazem para o interno. Também há uma diferenciação no mercado consumidor. Os calçados de couro têm um público consumidor de maior poder aquisitivo do que aqueles que consomem os calçados produzidos com materiais sintéticos.

A relação dos trabalhadores com seus meios de produção e entre si também se modifica. O saber-fazer do velho sapateiro parece se perder diante da nova produção. Implantam-se as formas de um ofício que precisa ser “treinado e qualificado”<sup>24</sup> para atender às demandas de uma área que se moderniza. O trabalhador deixa a relação com seu objeto de trabalho como um prolongamento de si para ser um dado do espaço da relação entre as máquinas, verdadeiras próteses espaciais. Lembrando as palavras de Marx (2004), o trabalhador *“na fábrica, ele serve à máquina... ele precisa acompanhar o movimento... Na fábrica há um mecanismo morto, independente deles [os trabalhadores], ao qual são incorporados como um apêndice vivo”*.

Faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que, embora haja uma modificação no processo produtivo, inclusive com a introdução de novas matérias-primas para a confecção de calçados, não é possível falar no fim da produção artesanal. Esta coexiste com a moderna produção e alcança os dias atuais com expressão significativa na produção calçadista caririense.

Ao final dos anos 1970, a Região caririense apresenta um conjunto de transformações em sua dinâmica espacial. Juazeiro do Norte continua a se destacar entre os municípios da região e, na tríade CRAJUBAR, apresenta-se como a maior força econômica, seguindo Crato com sua tradição cultural e, por último, Barbalha, que se volta para a agroindústria e para a cultura canavieira, sendo que ainda caminham de forma isolada os três. À época não se havia pensado em políticas que considerassem conjuntamente o CRAJUBAR, no desenvolvimento de suas atividades socioeconômicas.

Juazeiro do Norte é o centro destes três municípios não apenas do ponto de vista físico, mas por seu papel polarizador, além de ter se tornado o grande centro de romaria do Nordeste. Também em Juazeiro do Norte vão se concentrar os principais postos comerciais (CEASA e mercado público), bem como a maioria das representações regionais de órgãos públicos estaduais e também federais.

Ainda em fins da década de 1970 e início de 1980, registra-se acréscimo significativo do contingente populacional no CRAJUBAR. Uma das conseqüências perceptíveis desse crescimento é a sensível expansão imobiliária (Juazeiro do Norte

---

<sup>24</sup> Na verdade, uma desqualificação, agora que o trabalhador não mais da conta de todo o processo de produção do sapato, mas vê suas funções esquarteradas e divididas, uma a uma, por trabalhadores individuais.

novamente é destaque), bem como a implantação e melhoria de infra-estruturas de acessibilidade possibilitada pela modernização dos meios de comunicação. Também é notório o dinamismo do setor comercial, cujo mercado consumidor conta com a presença, além da população local, de negociantes que chegam ao lugar e de romeiros atraídos pela fama do Padre Cícero. Esse mosaico vai transformando o Cariri num centro cada vez mais atraente de empreendimentos comerciais, industriais e de serviços.

Nesse momento surgem, em Juazeiro do Norte, loteamentos de dois tipos: aqueles destinados à população de baixa renda, em forma de conjuntos habitacionais, e aqueles loteamentos voltados para uma classe de renda mais elevada, nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Destacam-se os loteamentos Lagoa Seca e Lagoa Ville, sendo o primeiro uma área de forte especulação que vai consolidando a conurbação definitiva entre os Municípios de Juazeiro do Norte e Barbalha e para onde foram as classes mais abastadas, estabelecendo ali residências de luxo, além de negócios ligados ao entretenimento, aos serviços e ao lazer. Esta área é cortada pela avenida Padre Cícero, que se estende como eixo rodoviário de ligação entre Crato e Juazeiro do Norte.

O último momento da segunda fase situa-se no início dos anos 1980, com a criação do Distrito Industrial do Cariri, localizado em área limítrofe entre os três municípios. A instalação do Distrito vislumbrava a perspectiva de desenvolvimento de uma microrregião metropolitana na região do Cariri, objetivando descentralizar a industrialização no Ceará, concentrada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

O projeto seguiu os moldes clássicos vigentes à época para o zoneamento industrial, definidos em função da análise de outras experiências industriais no Nordeste brasileiro, procurando adaptar-se à realidade local. Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano dos três municípios, a área escolhida desenvolveu-se segundo os moldes de urbanismo vigentes à época, quando se acreditava que a indústria deveria estar concentrada num determinado lugar distante dos centros urbanos.



**FOTO 4 – INSTALAÇÕES INICIAIS DO DISTRITO INDUSTRIAL DO CARIRI**

Esse modelo, porém, provou-se inadequado e ineficaz, uma vez que dificultou o acesso dos trabalhadores ao Distrito e produziu uma marginalização nas áreas adjacentes. Conseqüentemente, o Distrito Industrial não atraiu indústrias e, portanto, não se consolidou ao longo dos anos. Com a última gestão das prefeituras (eleitas em 2004), são criadas secretarias de Desenvolvimento Econômico nos três municípios, visando à efetivação e ao funcionamento do Distrito, fato que explicitaremos mais adiante.

Outro fator que pode ser considerado significativo para o fracasso do Distrito Industrial foi o seu estabelecimento ter ocorrido coincidentemente com a queda observada no setor industrial em fins dos anos setenta (DINIZ, 1989). De fato, a instalação do Distrito ocorreu tarde demais, não aproveitando a expansão industrial dos anos 1960, observada em todo o Nordeste.

Também é possível identificar na instalação do Distrito Industrial do Cariri, à época, uma visão setorialista, pois, ao dissociar as noções de espaço (ou da dinâmica regional caririense) e de desenvolvimento econômico, não se levou em conta o lugar numa perspectiva de promoção do desenvolvimento regional como totalidade. As prioridades estabelecidas foram setoriais (infra-estrutura, saneamento, drenagem, transporte urbano), desprezando as especificidades da organização sócio-espacial do lugar<sup>25</sup>.

Ao final desta fase, a região do Cariri terá aumentado seu destaque como pólo regional no interior do Ceará. Os municípios têm suas lógicas definidas (sobretudo os da tríade). Os meios de comunicação e transporte conectam o CRAJUBAR ao resto do Ceará, ao Nordeste e ao Brasil. A dinâmica de sua economia, bem como da população com seus traços culturais peculiares, torna-se atrativa aos novos investimentos.

A produção calçadista já não podia mais ser compreendida somente pela forma artesanal como um elemento da organização dispersa da economia. Agora a fábrica toma forma, indústrias baseadas nas máquinas, concentradas na área urbana dos municípios do CRAJUBAR. O compartilhamento desse espaço regional permite maior racionalização dos custos de infra-estrutura para as indústrias.

No Cariri, durante a década de 1980, já era possível perceber a capacidade que tinham as indústrias de articular e integrar, por meio do mercado e da divisão espacial do trabalho, sua produção com o resto do Estado, bem como fora dele. De semelhante modo, percebia-se o desenvolvimento das forças produtivas e do aumento da produção.

Na segunda metade daquela década, com os “novos” rumos que tomariam a política e a economia cearense, a indústria calçadista caririense também experimentaria uma nova fase, na qual se perceberia um crescimento da indústria. Com isso cresce e se complexifica a aglomeração urbana. Novas atividades que atuam no apoio da produção industrial começam a surgir. Assim, as condições gerais de produção (produção, distribuição, circulação e consumo) passam a ser

---

<sup>25</sup> É necessário lembrar que, à época da instalação do Distrito Industrial do Cariri, estava em vigor o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), organizado pelo então ministro Delfim Neto. Enquanto os dois primeiros PND's ocorreram numa fase de “expansão” da economia (embora, no II PND, já fossem percebidos os sinais da crise), o III PND foi marcado por uma conjuntura de crise econômica e da perda de substância do processo de planejamento. Ainda nos dois primeiros planos, a industrialização era um fator decisivo para o desenvolvimento nacional e a minimização das desigualdades regionais enquanto que, no III PND, outros objetivos foram colocados como prioritários. Para detalhes ver Souza (2004) e Matos (2002).

criadas coletivamente para a eficiência econômica e produção de lucro. É o que veremos no capítulo a seguir.

## 2 – A INDÚSTRIA CALÇADISTA CARIRIENSE

“Não espere nada do centro  
Se a periferia está morta  
Pois o que era velho no norte  
Se torna novo no sul”

**Destruindo a Camada de Ozônio – Mundo Livre S/A**

### ***2.1 – Uma nova fase na organização política e econômica do Ceará***

1986 é relevante no quadro político-econômico cearense. Naquele ano, Tasso Jereissati era eleito governador do Estado, numa disputa contra Aduino Bezerra, então vice-governador e um dos três coronéis que dividiam o domínio da política cearense desde 1964<sup>26</sup>.

Assentado sobre um discurso mudancista, no qual responsabilizava o “domínio dos coronéis” pelo atraso do Estado em relação ao país, Jereissati afirmava a necessidade da tomada de uma “consciência racional” para o desenvolvimento de um “projeto civilizatório” para o Ceará. Somente por meio desse projeto seriam possibilitadas a modernização e o desenvolvimento do estado (TEIXEIRA, 1995).

Esse discurso representava não somente a figura do novo governador mas, também, a do grupo no qual ele estava inserido e que o apoiara para a chegada ao poder político do estado. Estamos nos referindo ao grupo que, aos finais de 1978, assume o CIC<sup>27</sup> e, por meio deste, surge na esfera política estadual.

À época, o CIC era composto então por um grupo de “jovens empresários”, quase todos herdeiros de empresas detentoras de capitais de comando local e que tinham seus empreendimentos apoiados pelos mecanismos e incentivos do planejamento regional. Estes empresários estavam inseridos no processo de acumulação capitalista nacional, eram articulados a empresários e políticos do eixo Rio-São Paulo e compreendiam intelectualmente as lógicas de reprodução dos distintos projetos de sociedade.

---

<sup>26</sup> Eram os três coronéis: Virgílio Távora, Aduino Bezerra e César Cals.

<sup>27</sup> O Centro Industrial do Ceará (CIC) foi criado em 1919, objetivando reunir os proprietários de estabelecimentos fabris do Ceará para tratar de assuntos de seu interesse comum e de estudar as possibilidades de novos empreendimentos, na busca de desenvolvimento do estado. Ao final dos anos 1950, a presidência da entidade é atrelada à da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), situação que permaneceria até o ano de 1978, quando seria novamente emancipada. Para maiores informações acerca do CIC, ver NOBRE, 2001.

Segundo Costa (2005:154), “esses empresários entendiam as mudanças de estratégias de acumulação do capitalismo internacional, mostravam-se preocupados com a estreiteza do mercado consumidor interno”, além de declararem-se “favoráveis a um tipo de capitalismo moderno e humanitário no país”.

Para Teixeira (1995), o grupo do CIC se constitui então na “vanguarda do espírito da modernização” cearense. Defendia a idéia de que era necessário modernizar as relações sociais, ficando os sujeitos submetidos somente à lei e pudessem recorrer ao Estado sem a mediação dos “coronéis”. De semelhante modo, acreditava também ser preciso revolucionar as relações econômicas, eliminando as “práticas feudais” até então existentes, o que impedia os capitalistas e trabalhadores de buscar livremente seus interesses. Tais medidas só seriam possíveis quando se desse “*ouvidos à voz da razão do mercado*” (TEIXEIRA, 1995:4).

Ao assumir o poder, Tasso Jereissati passa então a adotar uma série de medidas na busca de efetivar o seu discurso. As primeiras dizem respeito ao saneamento da máquina estatal. Foram desenvolvidas políticas de contenção de despesas rigorosas, o enxugamento do quadro de pessoal e o saneamento do Banco do Estado do Ceará (BEC)<sup>28</sup>. Com isso objetivava-se a reforma do Estado, recuperando suas finanças e sua capacidade de investimentos. Com essas medidas iniciais, foram criadas várias novas empresas no Estado, enquanto outras continuariam se modernizando, calculando-se que os investimentos alcançariam a soma dos 220 milhões de dólares (TEIXEIRA, 1995:6).

O contexto em que se insere a fase inicial do “Governo das Mudanças”, na conjuntura nacional, mostra-se favorável às práticas e ao discurso estabelecido pelo então Governador. Os anos de 1980 foram marcados pela abertura política e pelo processo de redemocratização nacional, após vinte anos de ditadura militar. Também, naquele momento, se formavam as bases para a abertura econômica que ocorreria na década seguinte.

É ainda na década de 1980 que, segundo Araújo (2000), tendências da acumulação privada reforçadas pela ação estatal fazem surgir e se desenvolver no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e

---

<sup>28</sup> Após conseguir alcançar seus objetivos em relação ao BEC, a “era mudancista”, agora representada pelo Governo Lúcio Alcântara efetivou a venda do Banco, no ano de 2006, para o Bradesco. A luta entre governo e funcionários desenvolvia-se desde o último governo Tasso Jereissati, mostrando a grande força e representatividade dos funcionários que, lamentavelmente, foram vencidos na luta contra o capital financeiro.

ativas, focos do dinamismo, em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas na Região. Dentre estes subespaços a autora destaca o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza.

Antes de prosseguir na trajetória dos “governos das mudanças”, isto é, da permanência do grupo atrelado a Tasso Jereissati no comando do Estado, consideramos necessário aprofundar um dos pontos marcantes do discurso do referido grupo, a saber, o que diz respeito à diferenciação ou “ruptura” dos “jovens empresários” com os “coronéis”, que governavam o Ceará desde a década de 1960.

Segundo análise feita por Teixeira (1995:8), “a era do CIC não representou um corte radical com o passado e, sim, uma intensificação do desenvolvimento da lógica de um processo de trabalho produtor de mercadorias”. Ainda consoante esse autor, é sob a tutela dos coronéis que as forças produtivas do Estado são realmente revolucionadas.

Do ponto de vista material, é exatamente durante os governos dos “coronéis” quando o Ceará recebe um aporte infra-estrutural significativo, sobretudo nos governos de Virgílio Távora. Foram construídas rodovias que cortaram o território estadual, tendo chegado a energia de Paulo Afonso e promovida a arrancada no processo de industrialização. Mais uma vez são importantes as palavras de Teixeira, ao afirmar que “a partir dos anos sessenta, o Ceará se torna o terceiro maior absorvedor de recursos da SUDENE para o desenvolvimento industrial”. É ainda com Virgílio Távora que se instala o Terceiro Pólo Metal-Mecânico do Estado, bem como o sistema de telecomunicações. “E o que pode parecer mais espantoso; é sob a administração deste governante que se dá a universalização do Ensino Médio” (1995:9).

Do exposto, é possível concluir que as décadas de 1960 e 1970 foram permeadas por profundas alterações estruturais na economia cearense. Embora tenham sido os “coronéis”, entretanto, os agentes que promoveram tais mudanças, estas não lhes pertenciam, mas sim, ao capital. De outro modo, no momento em que os “coronéis” entram em choque com a acumulação do capital, promovendo o endividamento do Estado e comprometendo seu desenvolvimento, então eles se tornam um problema para o desenvolvimento do capital e precisam ser substituídos.

O grupo do CIC é, naquele momento, o elemento capaz de imprimir uma feição moderna e desenvolvimentista à máquina estatal, capaz de cumprir os pré-requisitos básicos de uma sociedade produtora de mercadorias. Recuperada a

capacidade de financiamento do Estado, e com a reestruturação do capital em curso, a economia cearense consegue superar a crise em que ela se encontrava, quando da passagem do poder político das mãos dos “coronéis” para os “jovens empresários” do CIC.

Caberia ao sucessor de Tasso levar adiante este projeto de modernização da sociedade, agora, tendo como preocupação central manter uma política de investimentos para o Estado.

Ciro Gomes, sucessor de Tasso, no Governo do Estado, entre 1992-1995, elabora o plano plurianual, trazendo a política industrial, para a então Secretaria da Indústria e Comércio, com as seguintes determinações: “Criar condições básicas de infra-estrutura e aprimorar os mecanismos fiscais e financeiros de incentivos e apoio à instalação de novas unidades produtivas [...] identificadas a partir do estudo de oportunidades de investimento ao nível da região e município”.

Também no plano político-econômico, Giro dá continuidade à posição assumida por seu antecessor, reduzindo ainda mais o número total de seu secretariado (embora permanecesse o caráter privilegiado da participação de técnicos), bem como reduzindo a influência dos políticos sobre o Governo do Estado.

A consolidação desses projetos vem com a retomada de Tasso Jereissati ao Governo do Estado, de 1995-2002 (dois governos consecutivos) e com o seu “Programa de Promoção Industrial e Atração de Investimentos”. O Programa objetivava desenvolver mecanismos para a divulgação de oportunidades de investimentos industriais por meio de incentivos fiscais e financeiros, apoio tecnológico, mercado e infra-estrutura.

Quesito importante no programa é no tocante à interiorização da industrialização, ou melhor, a desconcentração espacial das indústrias na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Assim, o Estado elegerá algumas microrregiões para receber investimentos maciços e tornar-se aptas a receber novas unidades industriais ou modernizar para melhor produzir.

Com a chegada de Lúcio Alcântara ao Governo, em 2003, o projeto de industrialização continua como o “encabeçador” de seu plano de governo, sendo objeto de alguns redirecionamentos, mas que reafirmam a necessidade de industrialização do interior do Estado bem como o desenvolvimento das cadeias produtivas em curso. Para tanto, é criado um novo órgão gestor da política industrial,

a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional com o intuito de potencializar o desenvolvimento de regiões dinâmicas de todo o interior do Estado. Outra importante modificação foi realizada no Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), no tocante ao processo de promoção de recursos para novos investimentos ou para a modernização daqueles já existentes, o que discutiremos no capítulo seguinte.

Em síntese, após o ano de 1986 as ações do Governo do Estado, relacionadas à política e a economia, ocorre mediante a parceria com o capital privado. Segundo Abu-El-Haj (1997), entre os aspectos mais importantes desse novo “desenvolvimentismo”, sobressai a atuação marcante do Estado na tentativa de conduzir o ordenamento econômico local à lógica do mercado, orientando também o crescimento industrial e o mercado consumidor. O papel do Estado, nesse sentido, é agora o de fomentar a abertura de espaços para assegurar a consolidação do capital industrial do Ceará, como veremos a seguir.

## ***2.2 – A abertura econômica e a expansão capitalista no território cearense***

Como já afirmamos, os anos 1980 foram marcados, no Brasil, pela redemocratização, pela abertura política como desfecho da ditadura militar. Concomitantemente, já se ensaiava durante aquela década a abertura econômica, na busca de tornar o País competitivo na mundialização do capital. No início da década de 1990, é eleito presidente Fernando Collor de Melo, o responsável pela efetivação desta abertura econômica e pelas adaptações necessárias para que houvesse uma adequação do Brasil às “regras do jogo” da economia internacional (ARAÚJO, 2000; DRUCK, 1999).

Essas adequações não ocorreram de forma autônoma, independente, mas seguiram diretrizes muito claras da comunidade financeira internacional (sobretudo o FMI e o BIRD), na medida em que buscou ajustar<sup>29</sup> as economias dos países

---

<sup>29</sup> Esse ajuste, ou melhor, interferência, dos órgãos multilaterais, nos países periféricos ocorre pelo fato da crise que se instala durante os anos 1980. Druck (1999) exemplifica com os casos do Brasil, da Argentina e do México. No Brasil, a crise se instaura em consequência do grande endividamento que ocorre em fins dos anos 1970, da conseqüente explosão de juros nos anos 1980 (o que quadruplicou o valor da dívida) e do endividamento interno ocorrido na mesma década. O resultado foi o setor público tornando-se refém de seus credores externos e internos e tendo que se adequar aos ditames internacionais.

periféricos às novas demandas dos países centrais, ao processo de reestruturação do capital e à nova ordem do mercado no plano internacional. A essas diretrizes denominou-se *Consenso de Washington*.

Segundo Druck (1999), o Consenso de Washington contém uma essência econômica e um conteúdo político. Com relação a este último, os princípios básicos seriam a manutenção da democracia e o ajuste da estabilização com as políticas neoliberais. Sua essência econômica pode ser resumida em três objetivos básicos, a saber,

[...] a) estabilização da economia (corte no déficit público, combate à inflação), em geral, tendo por elemento central um processo, explícito ou não, de dolarização da economia e sobrevalorização das moedas nacionais; b) reformas estruturais com redução do Estado, através de um programa de privatizações, desregulação dos mercados e liberalização financeira e comercial; c) abertura da economia para atrair investimentos internacionais e retomada do crescimento econômico (DRUCK, 1999:23).

Importante é notar que, atrelado a esse conjunto de práticas e deliberações, está a idéia de *globalização*, isto é, de um movimento inelutável de integração econômica de escala mundial, apoiado no desenvolvimento dos meios de comunicação e acoplado ao imperativo neoliberal supostamente praticado pelos maiores centros de acumulação.

Na medida em que Collor proporciona a abertura econômica, com a diminuição das barreiras não tarifárias e a redução das alíquotas de importação, e busca iniciar o programa de privatizações (com o discurso de saldar a dívida pública), o pontapé inicial é dado. É, contudo, com o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República que o Brasil se submeterá de modo mais completo às exigências do Consenso de Washington. Naquele momento, o plano iria proporcionar a estabilidade de preços e, ao mesmo tempo, a intensificação da abertura econômica, com a valorização da moeda e o aumento da demanda.

De algum modo, com a chegada do grupo do CIC ao poder no Ceará, ainda em 1986, ocorre a antecipação de algumas medidas que concorreriam para uma maior fluidez do capital e, conseqüentemente, facilitariam o processo de abertura. Exemplo já mencionado foi o fato de Tasso ter promovido um enxugamento da

máquina administrativa, medida semelhante que seria adotada por Collor em seu “Plano Collor I”<sup>30</sup> (março de 1990).

É durante a década de 1990, entretanto, sobretudo com o Pacto de Cooperação Cearense, iniciado durante o Governo Ciro Gomes, que o Ceará acelera seu processo de abertura e passa a incorporar com maior intensidade os ditames da filosofia neoliberal. O Pacto pode ser compreendido como uma nova prática de planejamento estatal no nível do Governo Estadual (GUNN, 2004). Ainda Segundo Gunn (2004:157), “o trabalho ‘técnico’ do governo submete-se agora, aparentemente, ao crivo do debate, análise e negociação de projetos nos encontros itinerantes, seminários e reuniões de trabalho do Pacto”.

Com o retorno de Tasso ao Governo do Estado uma série de ações serão efetivadas, permitindo ao Ceará assumir um novo papel na divisão social e territorial do Brasil. Concomitantemente, dar-se-á maior visibilidade à “sua reestruturação econômica com objetivos claros de inserir-se no circuito da produção e do consumo globalizados”. (ELIAS, 2002:11).

Os projetos basilares sobre os quais se assenta a reestruturação da economia cearense são, principalmente, os de modernização da produção agrícola; implantação de indústrias; investimentos no turismo litorâneo; expansão do comércio e dos serviços e construção de todo tipo de infra-estrutura necessária para dar fuidez à produção e ao consumo.

Dentro desses projetos basilares, podemos citar a internacionalização do aeroporto Pinto Martins, a reforma do porto do Mucuripe e a construção do porto do Pecém, obras de engenharia como o polêmico açude Castanhão e a construção ou reforma de rodovias estaduais para facilitar o acesso. Ainda fazem parte projetos de desenvolvimento como o dos pólos (de granito, de irrigação, de calçados), estes voltados, sobretudo, para todo o interior do Estado, na tentativa de minimizar as desigualdades existentes no território cearense.

Os recursos para a realização desses projetos viriam das mais diversas fontes: desde os capitais locais, passando pelos recursos dos Governo Estadual e Federal, até alcançar capitais internacionais (quer de empresários estrangeiros, quer dos órgãos multilaterais que atuam como agências de financiamento).

---

<sup>30</sup> Os Planos Collor I e Collor II foram adotados na tentativa de minimizar os desequilíbrios na economia, que cresciam numa constante durante os anos 1980 e buscar uma estabilização, sobretudo nos números da inflação.

Ao observarmos essa conjuntura, percebemos o caráter modernizante e desenvolvimentista do projeto mudancista, assentado sobre a filosofia neoliberal, isto porque o Estado, ao mesmo tempo em que reduz sua participação como provedor de saúde, educação, saneamento básico (aliás, investe o mínimo exigido pelas agências de financiamento para conseguirem recursos), ao mesmo tempo investe em uma infra-estrutura considerável, lembrando, o modelo desenvolvimentista brasileiro dos anos 1950-60, quando o Estado era o grande condutor do que, na teoria marxiana, se chamaria “desenvolvimento das forças produtivas”.

Também é possível apreender, partindo de recorrentes leituras da dinâmica territorial cearense que, no contexto das políticas adotadas para a interiorização dos investimentos, com a justificativa de reduzir as desigualdades, não é todo o território que é beneficiado, mas partes (ou fragmentos) dele. As novas estratégias político-econômicas, entretanto, são eficazes quando, mesmo agindo somente em partes do território cearense, conseguem integrar o Ceará numa nova economia de trocas nacionais e globais. Reagindo de maneira eficaz diante da gradativa falência dos programas regionais, o Estado (e até mesmo alguns municípios) se impôs solidamente na conquista de investimentos externos, desenvolvendo estratégias de financiamento e de benefícios fiscais, como veremos adiante.

Ao pensarmos em políticas voltadas para o turismo, estas vão estar, grande parte, situadas em áreas litorâneas. Olhando para os projetos de irrigação, a Região do Baixo Jaguaribe é a grande “beneficiada” no processo. No plano da industrialização, grande parte da atividade está concentrada na Região Metropolitana de Fortaleza e, quando se dispersa pelo território, se instala em lugares atrativos e estratégicos para seus investidores. É o caso de Sobral, onde a Grendene se instala por conta de uma série de investimentos que recebe e por ter ali disponível uma mão-de-obra abundante e barata.

É, também, mas em parte, o caso da Região do Cariri, onde existem os incentivos do Governo ao mesmo tempo em que a Região possui uma tradição como pólo produtor calçadista desde fins do século XIX. Mais uma vez, voltaremos nossa perspectiva para a Região, agora buscando apreender o processo de industrialização no setor calçadista desde fins dos anos 1980 até os dias atuais, bem como analisando o espaço regional mediante as relações que o produzem.

### **2.3 – A reestruturação do capital no Ceará e a indústria calçadista no Cariri**

Reavendo a periodização proposta por Amora, no capítulo anterior, a fase atual tem início em meados dos anos 1980, mais precisamente no ano de 1986, intensificando-se nos anos 1990, e alcançando os dias atuais. Esta fase insere-se no âmbito de reestruturação da economia mundial, sendo marcada pela perda de significado da SUDENE e de sua capacidade de financiar a acumulação privada, conseqüência do esgotamento dos fundos públicos. Acirra-se a guerra fiscal, ou seja, a disputa entre os estados por investimentos industriais, uma vez que estes assumem o papel de comando na condução das ações voltadas para o desenvolvimento industrial.

Na região do Cariri as transformações imanentes a este processo terão maior intensidade com o ano de 1995, quando Tasso Jereissati volta ao Governo do Estado, sucedendo seu “filho político”, Ciro Gomes. Como já observado, em seu segundo mandato, Tasso traz consigo o “Programa de Promoção Industrial e Atração de Investimentos”. O Programa objetivava desenvolver mecanismos para a divulgação de oportunidades de investimentos industriais através de incentivos fiscais e financeiros, apoio tecnológico, mercado e infra-estrutura “de modo que induza empresários locais, nacionais e estrangeiros a realizarem investimentos no Estado”. (CEARÁ, 1995:75).

Os incentivos fiscais seriam estabelecidos com base em renúncias diferenciadas de ICMS (podendo chegar até 75%). Também estariam associados a estes incentivos aqueles oferecidos por mecanismos e programas de caráter regional para o Nordeste, merecendo destaque o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI-PROVIN) liberados para empresas que atendessem ao perfil exigido pelos Programas do Estado<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Para gerenciar este programa foi criada, no governo Lúcio Alcântara (2003), a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR) com o objetivo de, ao criar escritórios regionais (são oito ao total, estando um no Cariri), ampliar ainda mais a política de atração da média e grande empresa voltada para a exportação. Outros programas também contribuíram para a realização deste objetivo como: o Programa Ceará Empreendedor, a organização de Arranjos Produtivos Locais, o Programa de Mini-distritos Industriais, o Programa de Intermediação de Mão-de-Obra, o Programa de Apoio à Exportação, o Programa de Consolidação de Pólos de Educação Superior e Tecnológica no Estado, bem como o fortalecimento da infra-estrutura do território cearense.

Embora todas estas fontes de recursos sejam de grande relevância, tencionamos aprofundar um pouco mais a discussão acerca do FDI, uma vez que este é um fundo instituído pelo Governo do Estado. Criado em 1979, pelo então governador Virgílio Távora, o FDI objetivava promover o desenvolvimento das atividades industriais no Ceará, quer por meio do incentivo à instalação de indústrias, quer pela modernização ou ampliação das existentes. Sua gestão seria de responsabilidade do Banco de Desenvolvimento do Ceará (BANDECE, extinto nos anos 1980) que disponibilizaria recursos provindos do ICM, de empréstimos a fundo perdido oriundos da União, do Estado ou de outras entidades, de contribuições ou doações e de juros dividendos e outras receitas decorrentes da aplicação de seus recursos.

Tendo sido alvo de modificações ao longo de sua existência, uma das mais significativas ocorreria durante o Governo Tasso (1995 a 2002) quando, pautado no discurso de promover maior desenvolvimento do interior do Estado e na tentativa de reduzir a concentração na Região Metropolitana de Fortaleza, o fator de localização funcionaria como dispositivo fundamental. Para as empresas que se situassem no perímetro da RMF, haveria o financiamento parcial do Imposto de Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS) da importância de 45%, recolhido mensalmente pela empresa, com carência de 36 meses. Para as empresas que se situassem além desses limites, o que propiciaria maiores vantagens para aquelas que optassem instalarem-se no interior.

O FDI passou, entretanto, por alterações depois de criado, ou seja, as regras do jogo foram sensivelmente alteradas. Uma das últimas alterações do FDI ocorreria no Governo Lúcio Alcântara quando, em 2003, foram modificadas as diretrizes básicas para a concessão de seus benefícios. Agora, além do fator localização, fatores como ligação com a economia local, potencial importador, atualização tecnológica, dentre outros, passam a ser determinantes na concessão

---

Em entrevista com o pessoal da SDLR fomos informado de que o Governo do Estado busca no momento dinamizar outras atividades industriais, semelhantemente ao que ocorreu com o setor calçadista. Estes esforços parecem centrar-se, sobretudo, nos setores de Galvanoplastia e de Confecções. Acerca deste último, em parceria com a SINGER, com a Universidade de Bengurion (Canadá), com as prefeituras municipais e de algumas ONG's, a SDLR vem implementando o "corredor da confecção".

Vale ressaltar que esta secretaria foi extinta nos primeiros dias do Governo Cid Gomes (2007), que justificou tal medida afirmando que as atribuições da SDLR seriam repassadas para a Secretaria das Cidades. O estranho, nos parece, é a extinção da secretaria ao lado de um discurso em que a interiorização é enfatizada. Será que a interiorização fará parte então das políticas públicas de todas as secretarias de governo?

de recursos para a instalação ou modernização de atividades industriais. Há que se perguntar a quem beneficia estas novas medidas? Não provocarão algumas dificuldades para o “empreendedor” local, facilitando portanto o empresariado externo, uma vez que este, na maioria das vezes, possui maior capital e conta também com outras formas de financiamento?

A análise da distribuição dos investimentos para o Estado do Ceará, segundo os setores industriais, evidencia que foi o setor tradicional da indústria de transformação aquele que mais se destacou. O valor do total de investimentos realizados pelo Estado, segundo relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (2001), que foi de R\$ 6.412.834,58, distribuído entre 348 empresas. O segmento da indústria que mais se destacou foi o tradicional (confeção, têxtil e alimentício) concentrando 69,1% das empresas e 56,1% dos investimentos provenientes do FDI-PROVIN. Em segundo lugar, destaca-se o setor dinâmico da indústria (metalurgia, química e materiais elétricos), com 25,6% das empresas e 16,6% dos investimentos.

Os serviços industriais responsáveis pelo fornecimento de água, energia elétrica e gás, também se destacaram por apresentarem uma taxa de crescimento média de 6,5% ao ano. Por fim situam-se os setores da construção civil e da extração mineral, esta última apresentando taxas negativas entre os anos de 1995-2002.

Ao lado dos investimentos econômicos e incentivos fiscais, também estaria a realização de estudos para verificar a viabilidade de instalação de empreendimentos industriais em pontos estratégicos (grande capital e seu empresariado), bem como a capacitação de pessoal para uso como mão-de-obra, sobre a qual discorreremos no capítulo 3.

Como já mencionado, um quesito importante no programa foi, sem dúvida, o referente à interiorização da indústria, mediante a instalação de novas plantas no interior do Estado, visando a diminuir a concentração na RMF. Desse modo, o Estado elegeria algumas microrregiões para onde seriam canalizados investimentos maciços, tornado-as aptas ao recebimento de novas unidades industriais, agindo também no sentido de modernizar as existentes. Os incentivos e investimentos diretos para as empresas seriam ampliados à medida que buscassem se localizar no interior do Estado.

Os órgãos governamentais diretamente envolvidos nesse Programa de Promoção Industrial e Atração de Investimentos seriam a SIC/CODITUR, responsáveis pela implementação, a SECITECE, SEARA e SEBRAE, com apoio nos aspectos técnicos e pela SEFAZ/SEPLAN nos aspectos fiscais, em parceria com a iniciativa privada<sup>32</sup>.

Segundo os dados do relatório emitido pelo Programa, em 2001, foi investido na região do Cariri o valor aproximado de R\$ 203.000.000,00 (até 2001), gerando 8.396 empregos diretos e 33.584 indiretos. O Fundo de Desenvolvimento industrial (FDI) participou com aproximadamente 75% em quase todos os investimentos e com uma taxa de amortização em torno dos 25%. Os incentivos, em sua maior parte, teriam a durabilidade de 15 anos.

Os dados revelaram ainda a origem dos investimentos, sendo a maioria proveniente das iniciativas locais, seguido por investimentos originários de outros estados (São Paulo e Rio Grande do Sul). Quanto aos gêneros industriais, foram os seguintes: metal-mecânico, papelaria, química, cerâmicas, móveis domésticos e, como carro-chefe, a produção calçadista e seus subsidiários, totalizando 60 unidades industriais. Portanto, as empresas mais significativas e que absorveram maior contingente de mão-de-obra foram aquelas relacionadas à produção de bens de consumo, ligados aos ramos tradicionais, a saber, as indústrias de calçados e confecções. O maior destaque foi para a empresa gaúcha Grendene, que se instalou em 1996, no Crato, ocupando, atualmente, 2347 empregados.

Em síntese, de um total de R\$ 203.447.288,39 investidos em 60 unidades industriais de setores diversos, coube ao setor calçadista uma fatia de R\$ 75.840.146,00, isto é, 37% do total de recursos distribuídos entre empresas de origem local e a Grendene, única empresa de origem externa, vinda do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que somente a Grendene foi beneficiada com R\$ 25.000.000,00, enquanto R\$ 22.000.000,00 deveriam ser investidos numa empresa de origem local, a INPAS Comercial, o que não ocorreu. Excetuando-se essas duas, cerca de 18 empresas foram beneficiadas com o restante dos investimentos, isto é, R\$ 28.840.146,00.

---

<sup>32</sup> SIC – Secretaria de Indústria e Comércio; SECITECE – Secretaria da Ciência e Tecnologia; SEARA – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária; SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação.

Participação importante também nesse processo tem desempenhado as prefeituras municipais de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Isto se deve ao fato da criação, na gestão que compreende o período de 2004 - 2008, de Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Indústria. A estas cabe o papel de coordenar o processo de atração e instalação de unidades industriais. Para tanto, as prefeituras negociam os terrenos, disponibilizam infra-estrutura e autorizam isenções de impostos como forma de incentivos. A Prefeitura de Juazeiro do Norte mostra-se como uma das maiores interessadas em reativar o Distrito Industrial do Cariri, investindo em uma significativa infra-estrutura, como, por exemplo, a construção do Anel Viário, que ligará os três municípios cruzando o Distrito.

Outra idéia que também vem se desenvolvendo pelas administrações municipais é a de minidistritos, ou seja, pequenas concentrações industriais com infra-estrutura montada pelas prefeituras e situadas em lugares estratégicos para o processo de produção. Estes minidistritos são localizados perto das rodovias que cortam os municípios e do futuro Anel Viário.

Analisando-se os dados mais recentes verificamos que a Região conta, no ano de 2006, com 110 indústrias no setor calçadista<sup>33</sup> concentradas nos três municípios do CRAJUBAR. Destas, 100 localizavam-se no Município de Juazeiro do Norte (FIGURA 4), enquanto que em Barbalha estavam instaladas 8 unidades e, no Município do Crato, apenas duas.

De um total de 110 indústrias produtoras de calçados, foram selecionadas 20 dessas unidades para realizar a aplicação de questionários<sup>34</sup>, tendo em vista o número de empregados e o volume da produção. Com base nesses critérios estabelecemos a seguinte amostragem:

- os maiores estabelecimentos industriais ocupando acima de 100 empregados, o que correspondeu a 10 unidades; e
- estabelecimentos industriais de menos de 100 empregados, correspondendo a 10 unidades.

Tanto em um como em outro, o volume da produção foi proporcional ao pessoal ocupado.

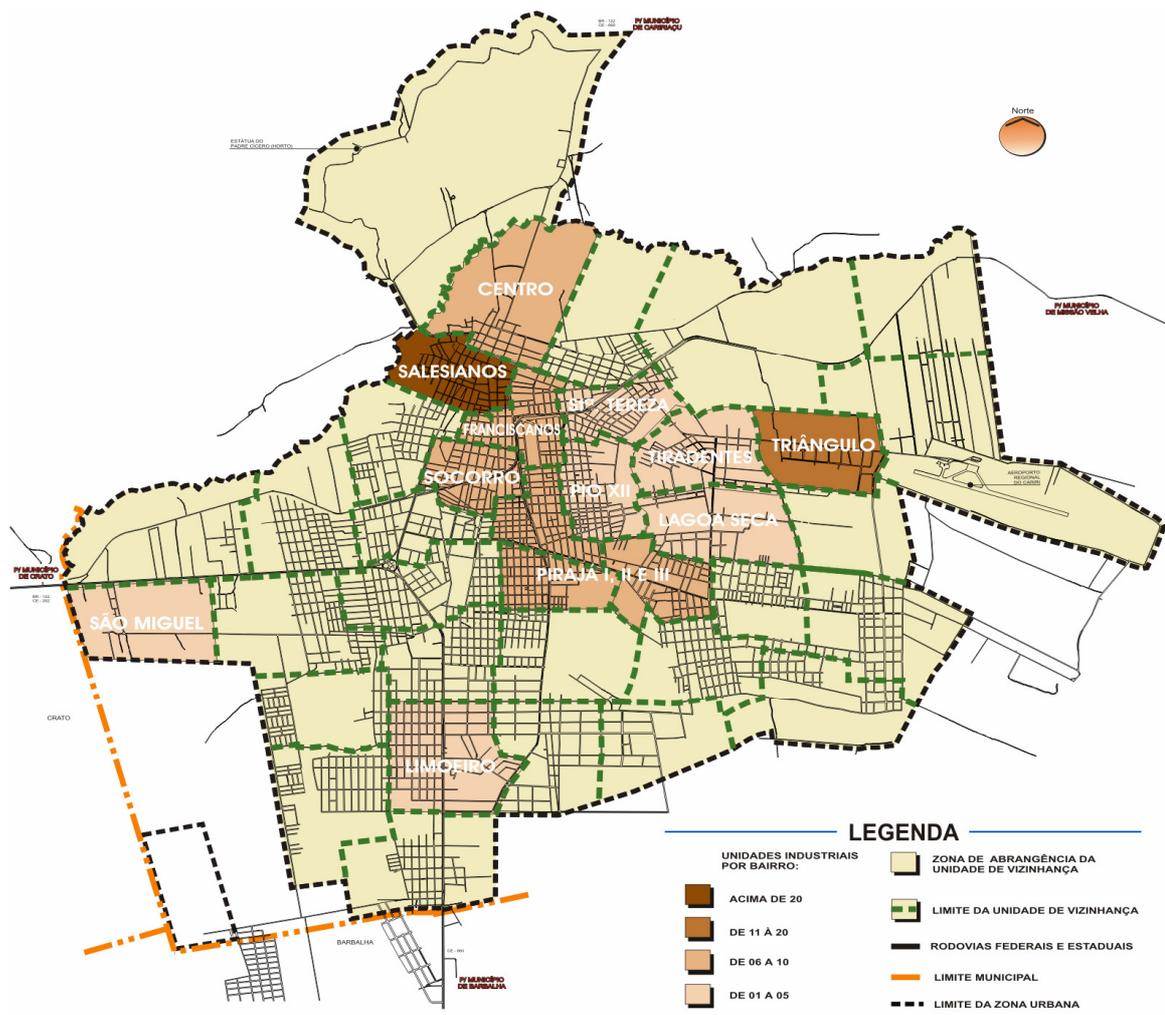
---

<sup>33</sup> Reforçamos o fato de que aqui estamos tratando apenas das indústrias que possuem razão social. Segundo o SINDINDÚSTRIA e AFABRICAL, no total, existem mais de 300 empresas no município, porém, sem registro formal.

<sup>34</sup> O questionário por nós aplicado está discriminado no Apêndice A.

Vale salientar a enorme dificuldade de acesso às indústrias, o que obstaculizou maior ampliação do universo da pesquisa. Consideramos significativa, contudo, a amostra realizada, uma vez que visitamos as mais importantes unidades do setor calçadista, a exceção da Grendene, que não nos recebeu nem mesmo em seu escritório localizado em Fortaleza.

Foram visitadas as seguintes indústrias: AP Calçados; BOPIL Calçados; EVAPLAST; IBC Calçados; IBK Calçados; INBOP Calçados; PVC Calçados; SAGIAN Calçados; INBRASA; ISANORTE; Resende Indústria e Comércio de Calçados; CORBRÁS; Donna Moça; Calçados Psykhe; EPP Calçados, Zyloo's Calçados; Casa das Etiquetas; Angélica Calçados; INCA, totalizando 19 unidades (a 20ª unidade seria a Grendene). Para as visitas elaboramos questões que acreditávamos serem as mais pertinentes para alcançarmos respostas às nossas inquietações.



**FIGURA 4 – CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL POR BAIRROS EM JUAZEIRO DO NORTE**

Para o primeiro grupo de empresas temos o seguinte perfil: em sua maioria as empresas têm mais de dez anos e sua origem ou se deu diretamente na produção de calçados ou foi gerada por meio da comercialização de alguma das matérias-primas utilizadas para a confecção dos calçados ou dos calçados propriamente ditos. A produção está voltada principalmente para calçados femininos, algumas utilizando couro como matéria-prima, enquanto a maioria produz utilizando materiais sintéticos. A matéria-prima é originária de vários lugares: os materiais sintéticos são comprados principalmente em São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. As embalagens, na Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco. O material reciclável é fornecido principalmente pelo Rio Grande do Norte, mas também é comprado no Ceará e no Recife. Algumas que ainda trabalham com o couro cru o adquirem no próprio Juazeiro do Norte, no curtume Santo Agostinho, único da Região e existente há cerca de 36 anos.



**FOTO 5 – CURTUME SANTO AGOSTINHO**

A capacidade de produção destas empresas varia entre 20.000 – 100.000 pares de calçados/dia, entretanto, nenhuma delas produz em sua capacidade total, ficando a produção em torno de 50 – 70% do total possível. O número de empregados por empresa varia entre 100 e 850 trabalhadores. A maquinaria utilizada para dar conta da produção é, em sua maioria, importada da China, embora algumas empresas utilizem máquinas brasileiras. Quando interrogados sobre a manutenção destas máquinas, todos responderam que alguns funcionários foram

treinados pelos revendedores para atuarem no conserto das máquinas. Só em casos extremos, quando é necessário desmontar por completo alguma máquina, aciona-se uma assistência técnica especializada.

A produção do primeiro grupo é vendida para os mais diferentes lugares. Ponto comum é que todas as empresas alcançam todo o Brasil, embora aleguem que há dificuldade na distribuição, por conta do custo de transportes, sobretudo para a região Norte. As que extrapolam o mercado interno alcançam países da América do Sul, Central e do Norte, bem como alguns países da Europa. É relevante perceber a relação com o mercado externo, que não é somente de venda da produção. Algumas dessas empresas dispõem de pessoal especializado no *design* dos calçados, que viajam periodicamente para os centros da moda a fim de estar a par das últimas tendências. É o caso excepcional de uma empresa que nos relatou manter uma parceria com uma empresa de *design* europeia que lhe repassa diretamente os modelos a serem fabricados.

Outra característica importante, merecedora de destaque, é a origem dos recursos utilizados pelas indústrias. Todas as unidades visitadas têm capital de origem local. Isso nos leva a refletir sobre a capacidade do acúmulo de capital por um grupo local, ou seja uma burguesia industrial. Essas indústrias também dispõem de algum tipo de incentivo ou recurso das diferentes esferas governamentais municipal (infra-estrutura); estadual, via FDI; federal, via SUDENE.



**FOTO 6 – INDÚSTRIA CALÇADISTA DO CARIRI**

No segundo grupo de indústrias visitadas, que constituem as unidades de menos de 100 empregados, os resultados diferem conquanto alguns aspectos. A maioria dessas unidades é recente, possuindo, no máximo, dez anos de existência. Tiveram origem como produtoras de calçados e já utilizando como matéria-prima principal os sintéticos. Também grande parte produz calçados femininos, excetuando-se uma, que fabrica sapatos “mocassim” masculinos. A obtenção da matéria-prima segue o mesmo percurso do grupo anterior, ou seja, a maioria é proveniente das regiões Sul e Sudeste do País.



**FOTO 7 – INDÚSTRIA CALÇADISTA DO CARIRI**

A capacidade de produção é bastante inferior, alcançando 20.000 pares de calçados/mês. Também nenhuma delas produz em sua capacidade total, ficando a produção perto de 50 – 70% do total possível. O número de pessoal ocupado na produção varia de 5 a 100 trabalhadores. A maquinaria utilizada para dar conta da produção é toda fabricada no Brasil, inclusive Juazeiro do Norte conta com uma empresa que produz esta maquinaria.

O mercado consumidor dos produtos destas indústrias também é nacional e, sobretudo, nordestino. Algumas realizaram vendas para outros países, mas em transações estanques, não tendo continuidade. São poucas as empresas que mantêm um grupo de pessoas envolvido com o desenvolvimento de *design* para seus produtos.

A origem dos capitais dessas empresas também é local. O que as diferencia do primeiro grupo é o fato de não utilizarem nenhum recurso ou investimento do setor público. Os recursos até existem, mas as empresas não atendem os requisitos exigidos como formas de garantia pelos governos.

#### ***2.4 – O Cariri cearense: a síntese das múltiplas determinações***

A partir dos dados citados, é possível fazer uma leitura da Região caririense, sob a perspectiva da indústria calçadista, e perceber, novamente, sua configuração territorial sendo alterada, tornada complexa. Isso porque agora podemos entender a indústria de calçados do Cariri como uma acumulação de tempos no espaço, de acordo com Santos (2004). Esta indústria é composta por: 1) unidades artesanais, onde se mantém a tradição da produção calçadista do couro remetida ao início do século XX e que conserva a maioria de suas características; 2) unidades fabris pequenas e médias, possuidoras de uma produção dita “moderna” e concentradas na confecção de produtos sintéticos, e, por fim; 3) a Grendene, uma empresa isolada do contexto histórico caririense, que chega ao Cariri por meio dos programas de atração industrial, patrocinados pelo Governo Estadual.

O primeiro grupo ainda guarda uma identificação com a origem, a história e a cultura do lugar. Sua produção é comercializada, sobretudo no local, embora também haja algumas unidades que vendem calçados para São Paulo e outros estados mais próximos do Ceará. A maioria dos produtos é do tipo sandálias (de rabicho) e a produção se desenvolve nas residências dos trabalhadores, em pequenas oficinas, ou em pequenas lojas no centro da cidade, onde a produção e a comercialização realizam-se concomitantemente. São poucos os que possuem registro formal.

O segundo grupo, o das pequenas e médias empresas, têm sua produção voltada, principalmente, para os derivados sintéticos, na linha de sandálias

microporosas e placas de borracha de EVA<sup>35</sup>. Com o avanço da produção, o Cariri torna-se, nos dias atuais, o maior produtor de EVA do Brasil, contando com nove empresas no segmento (AMARAL FILHO e SOUZA, 2003).

Os calçados fabricados por essas unidades são predominantemente femininos, porém, com uma parcela pequena também destinada aos calçados infantis. Apresentam como características principais o solado de policloreto de vinila (PVC) e o cabedal de couro sintético. O principal componente produzido no arranjo é o injetado, de EVA, PVC e PU (poliuretano)<sup>36</sup>.

Alguns autores, sobretudo aqueles mais afeitos ao discurso mudancista, tem procurado dar a dimensão da produção calçadista do Cariri a noção de um arranjo produtivo local (APL), entretanto, uma das características fundamentais para a compreensão de um arranjo é a necessidade que têm seus agentes de manter interações constantemente, estabelecendo padrões de comportamento (ALBAGLI & BRITO, 2003). Em nossas visitas de campo, percorrendo as indústrias e discutindo com os agentes responsáveis pelo processo, nas mais diferentes esferas, não encontramos nada que nos levasse a concordar com a existência de um arranjo produtivo local no setor calçadista no Cariri. Em nosso questionário, uma das perguntas estava diretamente relacionada ao APL. Ao interrogarmos sobre sua existência e a participação de determinada empresa, a resposta por parte de empresários e diretores foi unânime ao afirmarem que não há tal arranjo, alguns mesmo até desconhecendo o seu significado.

Em nossa leitura acreditamos ser o conceito desenvolvido em Reis (1988, apud Schneider, 2004), de *sistema industrial localizado*, muito mais próximo de um esforço de teorização acerca da produção calçadista caririense. Segundo Reis, um *sistema industrial localizado* pode ser definido como:

[...] um espaço de produção característico das formas de desenvolvimento intermédio e não metropolitano definido simultaneamente por: a) condições industriais próprias; b) formas de representação coletiva; c) condições sócio-econômicas e territoriais relacionadas com os modos de reprodução social predominantes. (Reis, apud Schneider, 2004:55).

---

<sup>35</sup> Etil-vinil-acetato

<sup>36</sup> Com a instalação de empresas produtoras de solados de PVC, estimulou-se o surgimento de inúmeras micro e pequenas empresas produtoras de sandálias populares. Reforço significativo para o segmento de componentes foi a instalação da TECNOLIT – RS, em Juazeiro do Norte, possibilitando, por meio do PU, a produção de calçados mais sofisticados e de maior valor agregado. A TECNOLIT vem para o Juazeiro do Norte subsidiada pelo governo e tem um mercado regional garantido, já que é a única a produzir tal insumo no Nordeste.

Compreendendo que este sistema não ocorre em qualquer lugar, seu modelo de desenvolvimento aparece nos lugares onde há forte densidade populacional ativa e densa e crescente rede urbana. São também lugares onde historicamente se tem uma intensa tradição artesanal, a qual, de alguma forma, permitiu o desenvolvimento ao pleno exercício da indústria baseada em iniciativas predominantemente locais e com interações fortes da economia com a sociedade.

É necessário afirmar que esta não é uma definição única e consensual sobre os sistemas industriais localizados porque, a rigor, o fenômeno do desenvolvimento industrial local não é semelhante nas várias regiões onde possa ocorrer. É possível certificar, contudo, que tais sistemas produtivos operam com base em relações de trabalho e de produção peculiares diretamente relacionados com a formação socioeconômica específica de cada lugar. A essa formação, organizada sobre uma base territorial, é possível chamar de formação regional.

Por fim, a Grendene. Instalada no Município do Crato em 1996, migra para o Nordeste<sup>37</sup> em razão da estratégia de recuperação de competitividade, afetada pela abertura comercial brasileira (anos 1990) e o fortalecimento de mercados externos. Os principais fatores que atraíram a empresa para o Estado foram: os incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Estadual; a mão-de-obra barata, abundante e desorganizada sindicalmente e a proximidade com o mercado externo. A empresa também contou com a disponibilização do terreno e treinamento de mão-de-obra, realizado em convênio com a CODEC. Na esfera municipal, a Grendene contou com a concessão de incentivos sobre o IPTU. Além disso, obteve financiamentos junto ao BNDES e FNE-BNB.

Para a realização da produção, a Grendene mobiliza 2.347 trabalhadores (dados de 2006), todos em regime de CLT, com escolaridade variando entre os níveis de ensino fundamental e médio para o pessoal de chão de fábrica. Isso responde por algo em torno de um terço do total de empregos diretos gerados no Município do Crato. Ainda segundo Amaro Filho e Souza (2003), os gastos com mão-de-obra têm representado 21% dos gastos totais, o suficiente para provocar impactos consideráveis na economia local do Município, atuando diretamente no volume das vendas locais de bens de consumo, duráveis e não-duráveis. Os níveis salariais dos empregados de chão de fábrica estão perto do salário mínimo.

---

<sup>37</sup> Além do Município de Crato, a Grendene ainda possui duas outras unidades no Ceará: em Sobral, onde emprega mais de 9.000 trabalhadores, e em Fortaleza.

Cabe ressaltar que, embora a unidade da Grendene instalada no Crato não seja tão expressiva em relação ao número de empregados como a que está em funcionamento no Município de Sobral, que, em determinados momentos do ano, chega a empregar mais de 10.000 trabalhadores, ela tem uma importância fundamental para o grupo Grendene no Ceará. Isso porque, além de produzir calçados, produz todo o EVA que é distribuído para as demais unidades no Estado.

A empresa não mantém suas atividades de pesquisa e desenvolvimento no Ceará, uma vez que esta etapa do processo permanece localizada no Rio Grande do Sul, bem como seus departamentos de Marketing, Vendas e Contabilidade. De semelhante modo, a Diretoria permanece naquela região.

Os insumos da empresa não são comprados no Cariri, entretanto, o Ceará participa com 30% da compra desses insumos enquanto 70% são adquiridos em outros estados da Federação, como Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Os insumos comprados no Ceará são: pigmentos, carbonato de cálcio e caixas coletivas. Embora possa produzir efeitos “para frente” no setor calçadista, uma vez que aproxima as pequenas e médias empresas das inovações relativas aos produtos e ao processo produtivo, a referida indústria não promove nenhum efeito “para trás”, no tocante à compra de insumos.

Como já afirmamos, em nossa interpretação, a Grendene é uma empresa que, no setor calçadista, se encontra em uma posição isolada no Cariri. Isso porque sua lógica foge àquela que descrevemos há pouco das demais indústrias de calçados da Região. A chegada da Grendene ao Cariri exige uma explicação mais ampla, ou seja, aquela que aponta para a transferência de diversas indústrias do setor de bens de consumo não duráveis das regiões Sul e Sudeste do País para o Nordeste, sobretudo para o Ceará, como já ressaltamos no capítulo anterior. Estas transferências, por sua vez, se relacionam a uma série de fatores que, tendo sido iniciada no fim dos anos 1980, se agudizam na década de 1990. Um destes fatores é a implementação de uma vigorosa política de abertura externa, que expande o grau de recepção da economia nacional, permitindo crescer as exportações e disparar as importações. Diante desta conjuntura, as empresas precisam reestruturar-se para manter-se no cenário competitivo do mercado e continuar sua reprodução ampliada.

Essa reestruturação dar-se-á em, pelo menos, dois aspectos. O primeiro é aquele do âmbito da produção, isto é, a inserção de novas tecnologias associadas à

organização flexível do processo produtivo. O segundo é a dinâmica territorial que estas empresas adquirem na busca de lugares onde as melhores condições sejam proporcionadas para sua produtividade crescente.

Com relação à Grendene, embora incorpore algumas das características da chamada *acumulação flexível*, é uma indústria intensiva em mão-de-obra, que conserva ainda a esteira em seu processo de produção. Portanto, a reestruturação espacial, ou seja, a migração das unidades de produção da empresa para o Ceará atua como fator de maior relevância.

A este movimento do capital na busca de expandir-se para áreas consideradas propícias à expansão dos seus superlucros Santos (2004) denomina de *seletividade espacial*. Esta seletividade não ocorre por qualquer espaço, mas por aqueles em que se desenvolve determinada atividade ou um conjunto de atividades que possibilitem rentabilizar sua produção; ou, ainda, esta seletividade ocorreria em virtude das condições locais de ordem técnica e organizacional, produzindo uma eficácia mercantil.

À idéia de *seletividade espacial* outra se associa: a de *ajuste espacial* (HARVEY, 2005). Segundo esse autor, como *ajuste espacial*, é possível entender a exportação dos excedentes de força de trabalho e capital como meio de evitar a desvalorização do capital. Isso porque, com a necessidade de o capital, contínua e aceleradamente, produzir novos recursos produtivos, surge também a necessidade de criar um mercado mundial, cuja função é intensificar o volume de trocas para produzir novas necessidades e novos tipos de produtos “para implantar novos recursos produtivos em novas regiões, e para colocar toda a mão-de-obra, em todos os lugares, sob a dominação do capital”. (HARVEY, 2005: 117). Ainda conforme o autor, “por intermédio de mudanças e reestruturações geográficas, existem todos os tipos de possibilidades para protelar as crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes”. (HARVEY, 2005:142).

Portanto, ao pensarmos a Grendene no quadro regional cariense, é preciso compreendê-la dentro de uma reestruturação ocorrente no País (e no mundo), promovendo uma nova divisão do trabalho no Brasil, que não sucede de forma aleatória, mas que define muito bem os lugares a serem selecionados para a sua efetivação.

A indústria calçadista do Cariri ultrapassa o contexto estadual e a Região é reconhecida como importante pólo produtor no País. Em entrevista com

representantes da FIEC, obtivemos dados que situam o Cariri cearense como o 5º maior produtor em volume de pares de calçados do Brasil e como o 1º produtor em número de pares de sandálias. O grande momento para a exposição desse pólo é a Feira de Tecnologia e Calçados do Cariri (FETECC), que ocorre anualmente e para onde convergem empresários calçadistas de todas as partes do Brasil.

Essa lógica de pólo produtor de bens não duráveis no contexto nacional não é peculiaridade da região do Cariri. Em Fortaleza, o pólo têxtil e de confecções também é considerado, já tradicionalmente, um dos mais importantes centros no setor, tanto em âmbito regional como nacional (ARAÚJO, 2000).

O desenvolvimento da Região como pólo produtor calçadista não pode ser apreendido nos moldes tradicionais da passagem da manufatura à grande indústria, o que seria um reducionismo. Ocorre é que, com a crise de lucratividade e produtividade dos setores industriais, o setor calçadista se insere no movimento da concorrência mediada pela reestruturação capitalista.

É possível, então, neste momento, traçar algumas características que tornam peculiar a industrialização no Ceará, bem como na região do Cariri. A primeira diz respeito ao desenvolvimento da indústria cearense, que ocorreu fortemente atrelada à presença de atividades agropecuárias (o algodão e o couro), bem como a uma agricultura de subsistência que mais tarde permitiu o desenvolvimento da indústria alimentícia (sobretudo castanha-de-caju, óleos vegetais, frutas tropicais). Em conseqüência, o parque industrial do Ceará é hoje, grande parte, formado por indústrias ligadas aos setores de bens de consumo não duráveis.

A segunda característica é decorrência da primeira. Ao refletirmos o desenvolvimento desse complexo ligado ao gado e ao algodão e sua conseqüente industrialização, buscamos identificar seus agentes. Em nossa leitura, grande parte da burguesia industrial hoje existente no Estado do Ceará é proveniente de uma antiga oligarquia sertaneja que se expandiu por meio da acumulação comercial. Inclusive alguns desses agentes se definem muito claramente, por exemplo, na região do Cariri. Um caso clássico, conforme já fizemos referência, é o da família Bezerra de Menezes. Também é o caso de alguns industriais por nós identificados em nossas pesquisas de campo, que antes desenvolviam algumas atividades ligadas à agricultura ou ao comércio e depois partiram para o setor industrial. A representação deste grupo hoje ocorre principalmente por meio do Sindicato das

Indústrias de Calçados e Vestuário de Juazeiro e Região (SINDINDÚSTRIA), cujo principal objetivo é a divulgação da produção caririense e da captação de novas tecnologias para as indústrias.

Em síntese, pode-se pensar essa seletividade espacial no território cearense, consequência da captura de partes do território por meio do ajuste espacial da produção capitalista. Estes espaços que já dispunham de certa tradição, possuidores de determinadas estruturas, foram dinamizados, com a modernização das indústrias, modernização que se deu *pari passu* à chegada de novos estabelecimentos industriais. Longe de exprimirem territorialidades em oposição ou em disputas, estas formações são complementares e parecem estar, de certa forma, bem definidas no Estado, a saber, na Região Metropolitana de Fortaleza, e nas cidades médias do interior do Estado, ou seja, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que compõem a Região do Cariri, e Sobral, na porção norte cearense.

Estes lugares não estão individualizados em seus processos, porém, interconectados espacialmente, de acordo com Castells (2002), de forma a complementar as tendências contraditórias derivadas de conflitos e as estratégias entre agentes sociais que representam interesses e valores opostos. Essa interconexão acontece por meio dos fluxos, que constituem “uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede”. (Castells, 2002: 501). Estes fluxos são seqüências intencionais de interação de posições fisicamente desarticuladas nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade.

Castells nos apresenta este espaço de fluxos, considerando que ele pode ser descrito pela combinação de, pelo menos, três camadas de suportes materiais que, juntas, constituem o espaço de fluxos: a primeira é formada por um circuito de impulsos eletrônicos, formando, em conjunto, a base material dos processos estrategicamente cruciais na rede da sociedade; a segunda camada são os nós, centros de importantes funções estratégicas e centros de comunicação (esses nós são materializados no lugar); por fim, a terceira camada é a organização espacial das elites gerenciais dominantes. Compreendemos essas camadas como sendo, a primeira, o conjunto que permite interligar os diferentes nós, isto é, as redes de telecomunicações e de transportes. A segunda, os nós, são exatamente os lugares que participariam, de algum modo e em diferenciados graus, do processo produtivo.

A terceira, são as classes dominantes (embora o próprio Castells não o admita como tal), aquelas que controlam o processo nas esferas local e global<sup>38</sup>.

Ao nos deter sobre a aglomeração urbana do CRAJUBAR, observamos uma série de novidades, isto é, “Sistemas de Objetos e Sistemas de Ações”, na expressão de Santos (2004), que se inserem no lugar e que viabilizam as condições necessárias para que se reproduzam as verticalidades e horizontalidades que efetivam a adaptação do Cariri como lugar do mundo.

Como exemplos, podemos citar: a reforma do aeroporto regional, situado em Juazeiro do Norte, a melhoria da infra-estrutura nos lugares privilegiados para a instalação de novos empreendimentos, como a avenida Padre Cícero, que liga Juazeiro do Norte a Crato, e da avenida Leão Sampaio, que liga Juazeiro do Norte a Barbalha. O acesso aos referidos municípios também se intensifica, tanto na escala local, com o desenvolvimento de um sistema de ônibus urbanos, de transportes alternativos como *vans* e mototáxis. Em escala regional e nacional, da rodoviária de Juazeiro do Norte é possível alcançar diversos lugares do Brasil.

Outra característica é a instalação de órgãos estaduais e federais, além de outros, para atendimento à Região como um todo, sendo Juazeiro do Norte o centro de convergência. São eles: Sebrae; Ministério do Trabalho – SINE – IDT; Banco do Nordeste; SEFAZ; Centro de Capacitação Tecnológica (CENTEC); Centro de Vocação Tecnológica (CVT); Campus de Ciência e Tecnologia da Universidade Regional do Cariri (URCA); Campus da Universidade Federal do Ceará (UFC), além do escritório regional da FIEC e faculdades particulares. No Crato, os dois estabelecimentos de maior relevância são o campus da URCA (originalmente instalado neste município) e um posto do CVT.

Também são perceptíveis na região os signos da moderna sociedade de consumo como o “Cariri *shopping*”, redes de supermercados (São Luiz e o Lagoa) e, mais recentemente, a construção de prédios residenciais superiores a 10 andares (FOTO 8).

---

<sup>38</sup> Na Geografia, Claude Raffestin desenvolve idéia semelhante, pensando as redes enquanto sistemas de linhas que desenham tramas e que representam imagens de poder. Também essas redes são ligadas por pontos (ou nodosidades), materializadas em suas localizações e que não se opõem entre si, mas procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar e assim criar entre eles as redes (RAFFESTIN, 1993).



**FOTO 8 – EXPANSÃO IMOBILIÁRIA EM JUAZEIRO DO NORTE**

O desenvolvimento da atividade industrial do Cariri, bem como de suas atividades de serviço, concentram um número relativo de pessoas na região, bem como uma quantia considerável de capital, gerado por meio das atividades de comércio, indústria e de serviços. Conseqüentemente, o espaço é apropriado privativamente como condição geral de produção, enquanto a população socializa as desvantagens criadas pelo seu desenvolvimento (CARLOS, 1994).

Na medida em que ocorre a modernização de uma parcela do espaço na busca de atender a um grupo de agentes hegemônicos em suas necessidades de apropriação e reprodução, uma outra parcela do território está à parte, excluída das benesses oferecidas pela modernização, abrigando outro grupo de agentes, os hegemônicos.

O processo de modernização é seletivo, conservador, gerando exclusão e marginalização<sup>39</sup>. Isso se reflete, por exemplo, no fato de ao longo dos municípios aqui abordados haver zonas restritas que abrigam bairros onde há um considerável padrão arquitetônico nas residências e que contêm equipamentos e infra-estruturas modernas e, de modo semelhante, possuem zonas onde a favelização e a pobreza são notórias, para não citar a inexistência de infra-estrutura alguma para habitação. Podemos citar, a título de ilustração, os bairros São José, do Socorro, em Juazeiro

---

<sup>39</sup> Não pretendemos nos apropriar do uso do termo *marginal* nos moldes clássicos, daqueles que estão “à margem”, as massas deserdadas. *Marginal*, para nós, é aquela fatia da população que tem uma utilidade do ponto de vista econômico, porém, são os que mais sofrem com o peso da modernização tecnológica, sendo os mais explorados, os mais oprimidos.

do Norte, o Alto da Penha e o Conjunto Nossa Senhora de Fátima (Mutirão), no Crato e os bairros Bela Vista e Buriti, em Barbalha.

Para Santos (2004:193-196), fenômenos como estes são conseqüências da modernização tecnológica que engendra disparidades sociais e econômicas crescentes quando os pobres e sem empregos pagam bem mais do que os outros o custo social dos diversos planos de desenvolvimento. Embora haja um relativo crescimento econômico na Região do Cariri, exatamente por este motivo, há uma concentração econômica e espacial correlativa ao fenômeno paralelo de acumulação da pobreza.

Outro exemplo é o desenvolvimento desigual dos próprios municípios que, embora submetidos a uma mesma lógica de incentivo e desenvolvimento, responderam diferentemente a este processo, mostrando a Região do Cariri como um mosaico, no processo de reestruturação produtiva do capital. Barbalha dá continuidade a uma lógica agroindustrial e, dos três municípios, é aquele que apresenta um ritmo de desenvolvimento mais lento. Crato e Juazeiro do Norte apresentam maior absorção de investimentos voltados para a indústria, embora o setor de serviços seja o de maior significação para a região<sup>40</sup>. No conjunto, parece ser Juazeiro do Norte aquele que desponta como “maior beneficiado” do processo.

Conseqüente a isso, podemos perceber a industrialização como responsável também por importantes transformações na organização do espaço urbano, na medida em que expressa crescimento econômico e redistribui uma gama de atividades, remetendo às cidades novas formas e dimensões, bem como a materialização de novos objetos e movimentos na economia espacial do CRAJUBAR.

O processo de industrialização provoca ainda profundas alterações na divisão social e espacial do trabalho, o que implica mudanças significativas na vida do homem que cria uma gama de relações indispensáveis a sua existência e sobrevivência. Essa divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade de intercâmbio, ocorrendo em espaços mais vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho.

Os efeitos desse processo são sociais, definindo um complexo arranjo de transformações tanto no que se refere ao modo de vida da população quanto ao

---

<sup>40</sup> Tal fato parece corroborar a afirmativa de Milton Santos (2004:193) de que “à medida que o país se industrializa, a urbanização torna-se cada vez mais terciária”.

processo de produção espacial. No capítulo seguinte, buscaremos analisar algumas destas modificações.

### 3 – OS TRABALHADORES DOS CALÇADOS NO CARIRI

*“Mas como já dizia um velho casca  
A merda dos trabalhadores é sue alma inútil  
Eu tenho uma alma que deseja e sonha  
Mas como já dizia um velho casca  
A alma de um trabalhador  
É como um carro velho só dá trabalho”  
A Bola do Jogo – Mundo Livre S/A*

#### 3.1 – O Trabalho: tema da pesquisa geográfica

Já nos referimos ao fato de que, ao estudar a indústria, na Geografia, é possível fazê-lo sob duas abordagens: uma que privilegia a identificação dos fatores de localização industrial, assentado sob os modelos clássicos elaborados por economistas como Lösch e Weber, enquanto outra se posiciona na tentativa de compreender a produção do espaço industrial a partir das contradições inerentes à lógica do capital.

Ao assentar nossa análise sobre a segunda perspectiva, faz-se necessário destacar o papel dos agentes que produzem o espaço e este como produto das relações sociais. Nos capítulos precedentes, dissertamos sobre esses agentes, quais sejam, o Estado e uma classe dominante, ambos buscando desenvolver a industrialização no Ceará, com objetivos claros de reprodução do capital.

É possível perceber, no movimento de tais agentes, aos quais Santos (2004) denominaria *hegemônicos*, toda uma articulação, mediante o processo geral de produção, na criação do espaço em suas múltiplas determinações: econômicas, sociais, políticas, filosóficas, culturais e jurídicas. Existe, porém, um outro grupo, os *hegemonizados*, aqueles que compõem o outro lado da mesma moeda e que participam, de semelhante modo, da produção do espaço, a saber: os trabalhadores.

Os trabalhadores, no processo geral de produção, desenvolvem relações e estas desencadeiam a produção do espaço. Estas relações são de trabalho, e de um determinado trabalho, isto é, em sua forma assalariada, em seu processo de valorização e de apropriação.

Embora o trabalho seja um tema historicamente recorrente na Geografia, por muito tempo não houve uma preocupação maior dos geógrafos em explicitá-lo

conceitual e analiticamente. Em suas considerações iniciais, os geógrafos, quando abordavam o trabalho, o faziam do ponto de vista quantitativo, estatístico. Eram listados os números de trabalhadores por setores da economia, pela região e assim por diante. Não havia uma preocupação maior com a análise qualitativa.

Na década de 1950, com a chamada *Geografia Ativa*, Raymond Guglielmo sugere uma nova abordagem para o trabalho na Geografia, ao propor que, além do estudo do patrimônio material da indústria, fosse também realizado o estudo daquilo que ele denomina de “*patrimônio humano*”, observando suas peculiaridades e qualidades (GUGLIELMO, 1980). Mesmo sugerindo essa abordagem diferenciada, o autor não a desenvolve.

Ainda outro geógrafo que se debruçou sobre o tema foi Pierre George. Para Moreira (2002), George tornou-se a principal referência bibliográfica da Geografia sobre o tema. George (1972), ao propor uma metodologia para os estudos da Geografia das indústrias, já revelava interesse acerca das relações espaciais que desenvolvia a indústria e como essas relações atingiriam direta ou indiretamente o contingente de mão-de-obra disponível. O autor propunha também uma representação cartográfica para os territórios onde fossem consideradas as relações entre a localização dos estabelecimentos industriais e a residência das populações ativas integradas às indústrias.

Segundo Francesconi (2004), as considerações feitas por Pierre George acerca do trabalho como fator de produção e como modo de existência já permitem apreender processos em curso na França como a desruralização do trabalho agrícola e a mobilidade do trabalho, fenômeno que seria estudado dez anos mais tarde por Gaudemar<sup>41</sup>, ou seja, de algum modo, embrionariamente, a discussão acerca da mobilidade do trabalho já estava posta em George.

É preciso reconhecer, contudo, que muito mais do que uma leitura geográfica acerca do trabalho e dos trabalhadores, produzia-se uma “sociologia das ocupações” ou uma “economia do emprego” (MOREIRA, 2002), uma vez que não se via no trabalho uma relação metabólica entre homem-meio e homem-espaco ou, na linguagem marxiana, não se via o trabalho como mediação entre o homem e a natureza.

---

<sup>41</sup> GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa Editorial, 1977.

Com a introdução da leitura marxista na Geografia, em fins dos anos 1970, o trabalho surge de modo mais explícito nas análises geográficas, juntamente com outros conceitos da análise marxiana. O trabalho “constitui-se em conceito fundamental para a explicação do espaço como produto social o qual tanto no urbano quanto no rural reproduz-se contraditoriamente tal como a totalidade social da qual faz parte” (FRANCESCONI, 2004:02). Ainda a mesma autora acentua a necessidade de compreender o trabalho em sua natureza presente e captá-lo em sua expressão espacial, em sua territorialidade.

Nos últimos anos, existe clara preocupação e esforço significativo por parte de alguns geógrafos em produzir uma análise acerca do trabalho na Geografia, o que alguns têm denominado de *Geografia do Trabalho*. É uma proposição polêmica e que produz diversos debates não somente entre geógrafos, mas também dentro das diversas ciências sociais que têm o trabalho como tema de pesquisa.

O renovado interesse pela temática ocorre em virtude das transformações pelas quais vêm passando o mundo do trabalho e pelas discussões originadas a respeito.

Não pretendemos aqui levantar uma discussão acerca da existência ou não de uma *Geografia do Trabalho*, ou das possibilidades de sua efetivação. Consideramos fundamental, porém, ao discutirmos a indústria, problematizar acerca do trabalho e de seus trabalhadores. Também, com isso, não tencionamos confundir os temas *trabalho* e *indústria*, mas apresentá-los como complementares um ao outro.

Dentre os geógrafos, aqueles que têm incorporado em suas discussões o trabalho são, principalmente, Milton Santos, Antônio Thomaz Júnior e Ruy Moreira. Suas propostas convergem no sentido de dar ao tema um tratamento analítico utilizando-se das categorias geográficas de paisagem, território e espaço.

A distinção entre os autores citados encontra-se no modo pelo qual cada um desenvolve sua análise. Para Santos (2004; 2005), é preciso analisar o trabalho por meio das configurações técnicas produzidas e pelos resultados alcançados para que, em seguida, se reflita sobre o conflito entre o ato de produzir e o de viver. O autor exprime que o trabalho depende das infra-estruturas, bem como da divisão territorial do trabalho. Essa infra-estrutura, ou melhor, sua parcela “técnica” da produção e do controle permitirá aos lugares (cidades locais ou regionais) um certo comando sobre a porção do território que o rodeia, onde se realiza o trabalho a que

presidem. Partindo da análise do território e de sua densidade técnica e informacional seria possível compreender o desenvolvimento da sociedade atual.

Thomaz Júnior (2002; 2003) e Moreira (2001; 2002) já desenvolvem suas análises partindo de um outro referencial, buscando compreender o trabalho não como forma, mas como conteúdo, ou seja, como a expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza. Nesta relação, ocorrem o *metabolismo ambiental* (intercâmbio dos homens com as demais formas da natureza) e o *metabolismo espacial* (intercâmbio dos homens com outros homens), um ocorrendo dentro do outro, como dois distintos momentos de um mesmo processo: o processo histórico de hominização do homem por meio do trabalho. De acordo com Moreira, (2002),

O metabolismo homem-meio é o processo no qual o sujeito homem faz-se a si mesmo um ser a um só tempo natural e social, através da transformação da história natural em história social. Já o metabolismo homem-espaço é o processo regulatório que normatiza os intercâmbios humanos desde dentro da cooperação intra-natura, tal como nos termos da reprodutibilidade das relação de produção, de Henri Lefebvre [...] O eixo unificador é o salto dialético do reino da necessidade para o reino da liberdade, mediante o qual a existência humana se realiza e a hominização do homem pelo próprio homem através do trabalho se concretiza.

Ruy Moreira (2002) chega, inclusive, a propor em seu ***Teses para uma geografia do trabalho***, uma metodologia para o desenvolvimento da pesquisa geográfica acerca do tema. Segundo o autor, é possível dar um tratamento analítico ao tema apropriando-se das categorias geográficas de *paisagem, território e espaço*, de forma que “a paisagem é o plano da percepção sensível pelo qual se inicia e se fecha todo o processo analítico em geografia. O território é o recorte de uma paisagem enquanto expressão de domínio de uma relação ou de um corpo”, enquanto que, o espaço seria “o plano mais amplo da estrutura invisível da sociedade”. (MOREIRA, 2002:22).

O resultado da aplicação desta metodologia é um conjunto de representações cartográficas que expressam a síntese de interligações das categorias geográficas e sistematiza com a cara geográfica dos metabolismos do trabalho.

Embora haja divergências em alguns aspectos acerca dos estudos sobre o trabalho e os trabalhadores na Geografia, é necessário ter em mente algumas considerações. A primeira delas é não ser possível pensar o tema isoladamente

dentro do território geográfico, isto é, ao pensar o trabalho e os trabalhadores, a Geografia precisa estabelecer um diálogo estreito com as demais ciências sociais, reavendo desde seus trabalhos mais clássicos até às produções mais recentes.

Isso se justifica pelo fato de, nos últimos anos, estar ocorrendo rapidamente uma série de transformações no mundo do trabalho. Estas transformações dizem respeito a uma mobilidade maior adquirida pelo capital, que parte na busca de lugares que permitam reformular as relações de produção de acordo com seus interesses, consequência da reestruturação do capital. Também nesse contexto situa-se a reestruturação do processo produtivo, onde antigas funções são extintas, novas são criadas, e aumenta o poder de coerção do capitalista sobre o trabalhador, que vê, ao mesmo tempo, seus direitos serem cada vez mais anulados.

Muitos são os estudiosos que têm se dedicado ao estudo da reestruturação do capital. Dentre estes citamos Mészáros (2002) que, partindo das análises de Marx, produz um exame crítico da lógica contemporânea do capital; Antunes (2003) que analisa sobretudo a nova morfologia da classe trabalhadora no início do século XXI, em virtude das transformações do mundo do trabalho.

Na Geografia, um dos principais nomes que vem pesquisando o tema é David Harvey, sobretudo em sua ***Condição Pós-Moderna***, quando, partindo dos estudos da Escola da Regulação, descreve este novo momento como a crise do fordismo/taylorismo e a ascensão da chamada *acumulação flexível*. Ainda segundo Harvey, todo este movimento promove “uma intensa fase de compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” (HARVEY, 2002).

Outra consideração a ser mencionada é a reflexão acerca dos métodos e técnicas a serem utilizados. Isso para que, de um lado, não se repitam os trabalhos clássicos da Geografia, de caráter quantitativo, estatístico e, de outro, na tentativa de avançar, não se faça uma outra coisa que não uma produção geográfica. Hobsbawm (2000) faz esta consideração para os historiadores da *história operária*, a saber, que estes não perdessem o prisma da análise qualitativa e analítica, ao lançarem mão de técnicas quantitativas. Do contrário, correriam o risco de produzir uma demografia histórica reducionista.

Por fim, é necessário ter em mente a noção de que, ao estudar sob a perspectiva geográfica o trabalho e os trabalhadores, estaremos nos debruçando sobre homens e mulheres que compõem a classe trabalhadora. São agentes que interferem diretamente na produção do espaço e, ao mesmo tempo, têm seu cotidiano transformado por ele. Portanto, é preciso ver o espaço não somente como referencial do capital, mas também como regulação do trabalho.

Todo o esforço que se apresenta na tentativa de formulação de uma Geografia do Trabalho é válido e necessário para o desenvolvimento da discussão. Não consideramos, porém, no presente momento ser possível falar dessa forma de se pensar a Geografia como efetiva e dotada de metodologia e *corpus* teórico efetivado.

Portanto, neste trabalho, nos dedicaremos muito mais a apresentar os trabalhadores das indústrias de calçados da região do Cariri como agentes bem presentes na produção do espaço. Como as mudanças no mundo do trabalho atingem a indústria no Ceará e, sobretudo, na indústria calçadista caririense? Quem são hoje os sapateiros que ainda resistem na produção calçadista do Cariri? Onde eles atuam? E os operários que atuam nas fábricas, quem são, e como eles são formados? Como se organizam no espaço caririense estes trabalhadores?

Procuraremos traçar o perfil destes trabalhadores e demonstrar mosaico que compreende a produção calçadista na região, enfatizando as permanências e as mudanças que ocorrem dentro de uma indústria que, ao mesmo tempo em que moderniza sua maquinaria e sua gestão, mantém o modelo de acumulação calcado na exploração da força de trabalho, ao empregar um número significativo de homens e mulheres na sua produção.

### ***3.2 – Do sapateiro ao operário fabril: os trabalhadores das indústrias de calçados do Cariri***

A reestruturação do capital é um fenômeno ocorrente em escala mundial, entretanto, a forma como se realiza nos lugares não é a mesma. O capital consegue adequar-se às diversas realidades, logrando reproduzir-se mesmo nas

singularidades e particularidades próprias dos territórios. A análise sobre a produção industrial permite apreender essa dinâmica.

Enquanto em algumas regiões do globo é possível falar de uma “desindustrialização”, da migração dos trabalhadores para o setor de serviços, de uma *acumulação flexível*, em outros lugares, o modo de produção fordista ainda sobrevive de forma bastante significativa. É possível tomar a Alemanha e a China como exemplos das situações aqui apresentadas.

Isso não é um fenômeno novo, uma vez que o próprio Marx (2004), em *O Capital*, e, também, Mandel (1982), em *O Capitalismo Tardio*, já chamavam a atenção para o fato de que a economia mundial constitui um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si pelas relações de troca e articuladas em um mercado mundial sob o domínio do modo de produção capitalista.

Isso não ocorre, no entanto, somente em escala mundial, pois acontece também na escala do território nacional. Como já discutimos nos capítulos anteriores, nos anos 1980, entra em curso, no Brasil, uma nova divisão territorial do trabalho, conseqüência da reestruturação do capital no mundo. Esta nova divisão do trabalho modifica a organização territorial da classe trabalhadora no País. O Nordeste assume, nessa nova ordem, posição bastante peculiar, ou seja, absorve grande parte dos trabalhadores das indústrias de bens de consumo não duráveis. O Estado do Ceará acompanha essa dinâmica imposta ao Nordeste quando, nos últimos 30 anos, praticamente triplica o número de trabalhadores nas indústrias.

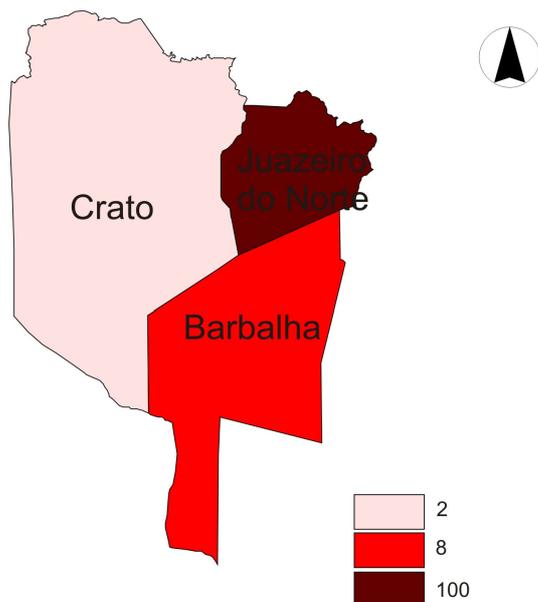
A indústria calçadista do Cariri, em 2006, contava com 110 estabelecimentos industriais, concentrados nos municípios do CRAJUBAR. Destas, 100 localizavam-se no Município de Juazeiro do Norte, enquanto em Barbalha estavam instaladas 8 unidades e no Município do Crato, apenas duas. Em sua maioria, estes estabelecimentos são considerados de médio e pequeno porte, de acordo com o número de trabalhadores e com a capacidade de produção, como é possível perceber na tabela a seguir.

**TABELA 2 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS CALÇADISTAS POR NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS NO CRAJUBAR – 2006**

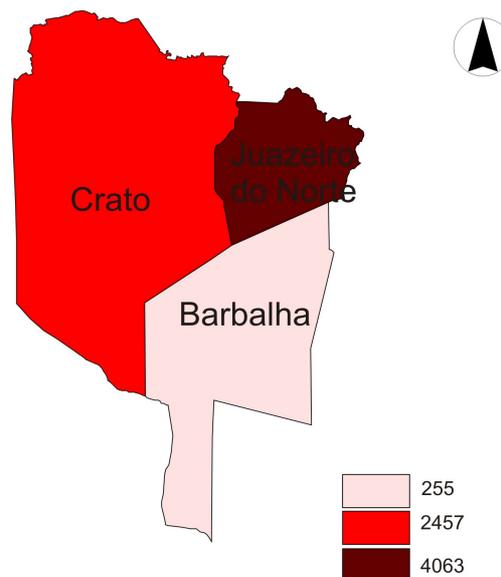
<b>Empregados</b>	<b>Empresas</b>
Até 20	67
De 21 a 40	15
De 41 a 60	9
De 61 a 80	2
De 81 a 100	4
De 101 a 200	7
De 201 a 300	4
De 401 a 500	1
De 2001 a 3000	1
<b>Total</b>	<b>110</b>

**FONTE: FIEC, JULHO/2006**

Ao analisarmos, porém, a distribuição das indústrias por número de empregados, é possível perceber outra dinâmica, que reflete o mosaico da indústria calçadista no Cariri. No total, são 6922 empregos diretos, sendo estes distribuídos da seguinte maneira: 295 nas 8 indústrias de Barbalha, 2457 nas 2 indústrias do Crato (a Grendene é a maior responsável por esse montante, pois são 2347 empregados) e 4063 nas 100 indústrias de Juazeiro do Norte. Ao pensarmos numa média do número de empregados por indústria, teremos, aproximadamente, 63 empregados por unidade. Se excluirmos o peso que compete à Grendene, esse número cai para 41. Ainda analisando a relevância da Grendene, no que se refere ao número de empregados, observamos que esta emprega mais da metade dos trabalhadores ocupados nas 100 indústrias do ramo calçadista localizadas em Juazeiro do Norte.



**FIGURA 5 – NÚMERO DE TRABALHORES DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS DO CRAJUBAR (FONTE: FIEC, 2006)**



**FIGURA 6 – NÚMERO DE TRABALHORES DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS DO CRAJUBAR (FONTE: FIEC, 2006)**

O perfil dos trabalhadores destas empresas difere de acordo com o tipo de produção que ela desenvolve. Para traçar este perfil, recuperaremos a classificação que apresentamos no capítulo anterior, ao dividirmos as indústrias calçadistas em três tipos: 1) unidades artesanais, onde se mantém a tradição da produção calçadista do couro remetida ao início do século XX e que conserva a maioria de suas características; 2) unidades fabris pequenas e médias, possuidoras de uma produção dita “moderna” e concentradas na confecção de produtos sintéticos (embora algumas ainda trabalhem com o couro); e, por fim 3) a Grendene, uma empresa isolada do contexto histórico cariense, que chega a Região por meio dos programas de atração industrial, patrocinados pelo Governo Estadual. Embora o primeiro grupo não conste das estatísticas utilizadas, ele é, numericamente, considerável e, segundo as projeções baseadas em nossas entrevistas, seu somatório superaria facilmente o número de indústrias registradas no CRAJUBAR.

No primeiro grupo, o das unidades artesanais, os calçados são produzidos em sua maioria utilizando como matéria-prima o couro. Embora poucos, há ainda aqueles que se ocupam do curtimento do couro. Os sapateiros são tanto fabricantes como consertadores de calçados, exigindo larga extensão de habilidade técnica e especialização, embora ainda utilizem uma tecnologia rudimentar e uma incipiente divisão do trabalho.

Geralmente a força de trabalho utilizada é a da própria família, dos filhos e esposas, quando muito de um parente mais chegado ou algum amigo de confiança. A arte do ofício é passada, em sua maioria, de pai para filho ou do mestre para seu aprendiz. A oficina muitas vezes é uma extensão da sua própria residência (situando-se na entrada ou nos fundos da casa). Alguns conseguem alugar ou adquirir pontos comerciais no centro da cidade, quando então dissociam o lugar do trabalho de sua residência.

Ainda é possível perceber nestes sapateiros, de algum modo, uma relação metabólica entre homem e natureza quando, com sua ação, o sapateiro impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, dela apropriando-se e dando-lhe uma forma útil à vida humana.

As formas pelas quais estes sapateiros se apropriam ou percebem o espaço é particular a eles, uma vez que sua mobilidade, organização e arranjo, em parte, ainda podem ser definidos pela velocidade e pelas ações do próprio artesão.

Há relativa autonomia entre os sapateiros, uma vez que não se exigem grandes quantias de capital para a realização de sua atividade e o equipamento que usam para o seu labor é acessível financeiramente, de fácil manuseio e transporte, sendo necessário somente um lugar para instalar-se. Seu mercado consumidor varia: vai desde as pessoas mais simples, do próprio lugar, que adquirem as sandálias de rabicho atéromeiros e turistas que vêm de outros lugares. Há, também, em meio a esses consumidores, aqueles que podem pagar mais por um produto mais bem elaborado, com detalhes e acabamento. Esses detalhes, ou seja, a estética dos produtos, é, ainda hoje, inspirada na tradição cultural do cangaço.



**FOTO 9 – PRODUÇÃO ARTESANAL DE CALÇADOS (FONTE: ARAÚJO, 2006)**

Alguns deles também disponibilizam seus produtos para a venda no comércio formal nas sapatarias e lojas especializadas da Região, e outros ainda conseguem vender alguma produção com certa periodicidade para a região Sudeste, sobretudo para São Paulo.



**FOTO 10 – LOJA DE CALÇADOS DE COURO**



**FOTO 11 – SAPATARIA EM JUAZEIRO DO NORTE**

Um dos casos mais peculiares da Região e que tem visibilidade nacional e internacional, é o do artesão *Espedito Seleiro*. “*Seu Espedito*”, como é comumente chamado, ao narrar sua história e sua relação com o calçado e o couro, recupera três gerações anteriores à sua, mostrando como o ofício passou de pai para filho e, também, como nos dias de hoje ele prepara seus filhos e netos para darem continuidade à sua profissão. Atualmente trabalham com ele em sua oficina cerca de 10 pessoas, das quais, segundo ele, sente muito orgulho por estudarem em um período do dia e trabalharem com ele no outro. Durante as férias “*isso aqui fica cheio de menino, e eu ensinando a todos eles... fica lindo quando a casa está cheia*”. Ao final de cada semana, reúne todos, paga-os, quita suas dívidas no comércio e o que sobra, segundo ele, é o suficiente para ser feliz.

Em nossa visita, Seu Espedito nos mostrou o que é necessário para fazer o calçado de couro: uma faca (construída artesanalmente), cola e couro. Ele narra todo o processo e mostra como fazer cada etapa. Disse que antes criava o gado e extraía o próprio couro mas, com o passar do tempo, surgiu a necessidade de ficar somente com a oficina. Hoje ele compra couro de Campina Grande, na Paraíba, de Juazeiro, da Bahia, e do Curtume Santo Agostinho, único ainda existente em Juazeiro do Norte.



**FOTO 12 – INSTRUMENTOS DE TRABALHO DO “SEU ESPEDITO SELEIRO”**

Além do couro, utiliza retalhos de pneus como material de trabalho, por ter um custo menor, embora o “pneu ideal” seja mais difícil.

Sua produção varia de acordo com a dificuldade do trabalho que tem que fazer. Ao questionar de onde vinham seus modelos, ele aponta para sua cabeça e diz: *“de vez em quando bate umas doidices na cabeça, eu vou ali pra dentro, num lugarzinho reservado pra pensar e só saio de lá quando tenho um modelo pronto”*, Esse “lugarzinho reservado” é o “escritório” de Seu Espedito, que fica num cômodo entre a oficina e a casa.



**FOTO 13 – ESPEDITO SELEIRO E SUA OFICINA – 1**

Segundo ele, começou produzindo selas de animais e todo o aparato de que necessita o vaqueiro para dar conta da boiada. Com o tempo vieram as bicicletas, as motocicletas, e seu material deixou de ser fundamental. Foi então quando surgiu a idéia de produzir calçados, bolsas, chaveiros, chapéus e vários outros artigos derivados do couro, embora os calçados sejam seu carro-chefe.



**FOTO 14 – ESPEDITO SELEIRO E SUA OFICINA – 2**

Segundo ele, começou produzindo selas de animais e todo o aparato que necessita o vaqueiro para dar conta da boiada. Com o tempo vieram as bicicletas, as motocicletas, e seu material deixou de ser fundamental. Foi então quando surgiu a idéia de produzir calçados, bolsas, chaveiros, chapéus e vários outros artigos derivados do couro, embora os calçados sejam seu carro chefe.

Espedito Seleiro ainda conta da visita dos grandes empresários do calçados à sua oficina e das muitas encomendas que recebe deles mesmos. Uma vez, porém, que se recusa a utilizar maquinaria moderna de produção e a “copiar” modelos de calçados “dos outros”, muitas vezes não gera uma continuidade da venda. Diz ainda ser preferível vender a pessoas que vão individualmente à sua oficina, porque o lucro é um pouco maior.

Em suas viagens, inclusive ao Exterior, é convidado para ministrar cursos, fazer palestras e ensinar como se faz o calçado, o que ele diz ser muito prazeroso. Diz ficar bastante envaidecido quando alguém reconhece seu trabalho ou quando alguém diz “ah, esse é um produto do Seu Espedito” mas, um fato que o deixa

pensativo é ver uma sandália que ele vendeu por R\$ 39,00 ser vendida, em determinada loja, por R\$ 170,00.

Como já afirmamos, existem vários “*Espeditos Seleiros*” espalhados pela Região do Cariri e sua contabilidade, se possível fosse, ultrapassaria e muito o número de empresas formais existentes no lugar.

No segundo grupo, os das pequenas e médias empresas cuja origem é, também, na própria Região há um quadro mais complexo na organização dos trabalhadores bem como na sua divisão do trabalho. *Grosso modo* podemos, neste grupo, propor uma subdivisão: de um lado, aquelas indústrias que ainda trabalham com o couro e, de outro, as unidades industriais que produzem calçados utilizando outras matérias-primas (EVA, PU, PVC etc).

Nas indústrias que desenvolvem a produção de calçados utilizando o couro, em sua maioria, os empregados são homens, grande parte antigos sapateiros que, por algum motivo, abandonaram a produção artesanal domiciliar e tornaram-se trabalhadores nas fábricas. Eles ocupam a maior parte da produção propriamente dita e, embora o processo já seja disciplinado pelo uso da esteira, que determina o tempo da produção e que promove uma bem definida divisão do trabalho, o domínio da tradição artesanal é fundamental para o desenvolvimento do processo.

Gaudemar (1977) denomina esse movimento de antigos sapateiros agora tornando-se operários das fábricas de “mobilidade social (vertical) da força de trabalho”. Essa mobilidade está associada à hierarquia do trabalho e ocorre entre setores de produção, bem como entre as funções do processo produtivo. Segundo Gaudemar, a expropriação dos pequenos produtores dos seus meios de produção, e sua mudança da condição de artesão para assalariado, constituem elementos da mobilidade social, mas produzidas ao nível espacial da transformação do trabalho.

Às mulheres cabem, como ocupação, os processos de finalização e embalagem dos calçados, bem como a sua revisão. Elas estão em menor número e, no *layout* da fábrica, ficam afastadas do lugar onde trabalham os homens, isto é, nas esteiras (em algumas fábricas, espontaneamente ou não, as mulheres ficam de costas para os homens).



**FOTO 15 – INDÚSTRIA CALÇADISTA QUE UTILIZA O COURO SINTÉTICO  
COMO MATÉRIA-PRIMA**

No segundo subgrupo, das indústrias que utilizam o sintético como matéria-prima em sua produção, a organização e divisão do trabalho já assumem outra dinâmica. As mulheres são a maioria e ocupam maior parte do processo de produção propriamente dito, isto é, aquele que é desenvolvido na esteira. Isso se justifica pelo fato de haver maior necessidade de cuidados com a confecção dos calçados por meio dos sintéticos, uma vez que estes utilizam tintas, linhas, alguns enfeites de menor tamanho e uma maior variedade de cores. Também às mulheres cabe o papel de revisão final dos produtos.

Os homens, neste caso, ocupam as etapas inicial e final do trabalho. A inicial, ou seja, nas caldeiras, onde são exigidas força, para o transporte do material, e resistência, em virtude das altas temperaturas. Basicamente a função que desempenha o trabalhador nesta etapa é a de alimentar as caldeiras e as esteiras em tempo preciso. Já na etapa final, ficam ao encargo do trabalhador a embalagem e o transporte das caixas para galpões específicos.

Hirata (2002), ao discutir a divisão sexual do trabalho na indústria argumenta contra a justificativa de que à mulher compreenda, na divisão do trabalho, a parte das atividades que exigem menor esforço físico ou que ocupem os espaços menos insalubres e perigosos. Na verdade, segundo a autora, trata-se de estereótipos criados, sendo a utilização maciça da mão-de-obra feminina para trabalhos pesados na maior parte dos países do leste um bom exemplo disso. Ainda Hirata afirma

Na verdade, apesar das características setoriais distintas, o emprego das mulheres ou dos homens parece comandado por dimensões comuns: o grau de acuidade, de destreza, o nível de desempenho técnico das

ferramentas, a formação profissional requerida etc. Em todos esses aspectos, as relações sociais homens-mulheres fora do trabalho estruturam a divisão sexual do trabalho profissional. (HIRATA, 2002:217)

Em sua maioria, nessas indústrias os chãos de fábricas são grandes galpões, com telhados feitos em amianto ou ferro. Em determinados períodos do ano, sobretudo de setembro a dezembro, quando se registram as maiores temperaturas na região do Cariri, torna-se insuportável a permanência por muito tempo nestes espaços. Além das altas temperaturas, ainda se conta com o calor emitido pelas máquinas. Associa-se a isso o forte cheiro de cola ou do próprio EVA.



**FOTO 16 – TRABALHADOR DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE EVA**

É possível perceber os diferentes cuidados (ou diferentes formas de exploração?) que algumas indústrias impõem aos seus trabalhadores: nem todas exigem o mesmo rigor com o uso dos equipamentos de segurança, nem oferecem

condições mínimas de descanso ou de lugar para alimentação dos trabalhadores. Também a maioria não possui exaustores, justificando o fato com o argumento de o exaustor diminuir a temperatura das caldeiras, o que, conseqüentemente, reduz a produtividade.

Algumas características são comuns às unidades que compõem o segundo grupo. Em primeiro lugar, a forma de contratação dos trabalhadores. Esta ocorre ou pelo SINE-IDT ou pela indicação de algum trabalhador da própria empresa. Em segundo, a forma de capacitação destes trabalhadores, em sua maioria, para operar com as máquinas, é realizada pelo SENAI, que estabelece parcerias com as empresas quando solicitado. Por fim, do ponto de vista da remuneração dos trabalhadores, neste grupo, não há grandes variações, ficando sempre em torno de um a dois salários mínimos e seu regime de contratação é aquele ordenado pela CLT, todos com carteira assinada.



**FOTO 17 – TRABALHADORAS DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS**

Em sua maioria, os trabalhadores deslocam-se de suas casas para o lugar de trabalho a pé, de bicicletas ou motocicletas, não sendo necessário o uso de transportes coletivos ou mesmo de uma empresa específica que forneça o transporte para os trabalhadores, como é comum em algumas grandes empresas calçadistas distribuídas pelo território cearense. Isso ocorre porque a maioria destes trabalhadores mora nas proximidades da fábrica, ou seja, a maioria reside na zona urbana dos municípios que compõem a tríade do CRAJUBAR.



**FOTO 18 – TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS**

Uma característica peculiar e que merece destaque nestas empresas é quanto à estética. Enquanto nas unidades artesanais são os próprios trabalhadores que desenvolvem o *design* dos calçados e este tem ligação com uma tradição cultural secular da Região, no segundo grupo esta tarefa é de responsabilidade de departamentos específicos onde se desenvolve o padrão estético dos calçados. Em geral, acompanha as tendências da moda ou, em alguns casos, essas idéias são compradas nos centros de referência da moda, a exemplo de Milão, conforme informação obtida em trabalhos de campo. As empresas que mantêm um departamento específico de elaboração de *designs* contam com uma equipe especializada no ramo e que tem, como uma das funções, viajar pelas feiras existentes no Brasil e em alguns lugares do mundo, divulgando seus produtos e observando os novos lançamentos.

Chegamos, então, à Grendene, empresa que situamos no terceiro grupo, por caracterizar-se de forma particular dentro da produção calçadista cariense e cearense. Uma vez que não conseguimos estabelecer contato algum com a empresa, nem com seus diretores, os dados que aqui apresentaremos serão aqueles obtidos por meio de outros pesquisadores (devidamente referenciados) ou de informações fornecidas por trabalhadores que já estiveram empregados na empresa.



**FOTO 19 – GALPÃO DE INDÚSTRIA CALÇADISTA**

A Grendene tem sua produção toda realizada se utilizando do EVA, material que a empresa mesmo produz. A divisão do trabalho dentro da fábrica ocorre de forma semelhante ao das empresas calçadistas em funcionamento no Cariri que também se utilizam de materiais sintéticos. Os homens concentram-se nos trabalhos onde são exigidos maior esforço físico e resistência. As mulheres, em trabalhos que requerem maiores cuidados, e rigor com os detalhes<sup>42</sup>. A esteira também está presente, de forma ainda mais rígida e com um ritmo mais intenso do que nas demais empresas existentes no Cariri (AMARAL FILHO E SOUZA, 2003). Em determinados períodos, a empresa chega a trabalhar com os três turnos, o que varia de acordo com a demanda da produção.

Uma das características mais importantes a se considerar nas indústrias calçadistas, sobretudo a Grendene, é a sua sazonalidade. Estas empresas, em determinados períodos do ano, têm maior demanda de produção, o que as faz contratar mais pessoas. Em contrapartida, durante outros períodos, estas empresas sofrem relativa recessão, conseqüentemente, dispensando os trabalhadores.

Ainda estão por ser desenvolvidos estudos que reflitam a importância ideológica, política, cultural e geográfica dessa sazonalidade das indústrias

---

<sup>42</sup> Os trabalhadores contratados pela Grendene são indicados via SINE-IDT e, ao serem empregados, são “capacitados” pelo SENAI, de semelhante modo ao que ocorre com outras indústrias na região.

calçadistas no Ceará. É necessário buscar compreender como os trabalhadores, após passarem, em média, 8 meses empregados, resistem aos 4 ou 5 meses seguintes, sobrevivendo financeiramente do seguro-desemprego associado ou não a alguma outra atividade remunerada. Também interessa saber se estes trabalhadores são, em sua maioria, readmitidos pelas fábricas ou se elas contratam outra coletividade trabalhadora.

Também pensar esta sazonalidade como interferência, ruptura, no processo de constituição de uma consciência da classe trabalhadora, quando esta dispensa temporária pode significar também uma ruptura das relações entre os trabalhadores ou uma não identificação com o processo de produção fabril. Isso porque, como disse Marx (2004), uma classe só existe em sua acepção plena quando, no movimento histórico (e geográfico), ela começa a adquirir consciência de si própria como tal.

Embora se possa dizer que as classes, em sua acepção objetiva, existem desde a desagregação da sociedade baseada essencialmente nas relações de parentesco, a consciência de classe surge tardiamente, e, segundo Lukács (2003), é um fenômeno da era industrial moderna.

Hobsbawn (2000) propõe, ainda, como tema de estudos (no caso das classes trabalhadoras) a apreensão de uma heterogeneidade interna entre as classes, percebendo as complexidades sociais e as estratificações intrínsecas a estas. Ao serem estudados estes fenômenos sob o prisma de uma leitura geográfica, acreditamos ser possível compreender como estes trabalhadores atuam na produção do espaço caririense.

Em síntese, o quadro dos trabalhadores das indústrias de calçados no Cariri é formado, em sua maioria, por trabalhadores urbanos, ou seja, que moram relativamente próximos aos seus lugares de trabalho. São, em sua maioria, homens e que têm como nível de escolaridade principal o Ensino Fundamental, embora muitos já tenham concluído o Ensino Médio. A faixa etária desses trabalhadores é significativamente ampla, uma vez que compreende o universo de jovens a partir de 18 anos e estende-se alcançando parcela significativa daqueles com mais de 45 anos. Seus rendimentos mensais estão perto de um ou dois salários mínimos.

Como também já relatamos, esses trabalhadores ou são sapateiros que continuam a desenvolver atividades artesanais, ou sapateiros que, por algum

motivo, foram trabalhar nas indústrias<sup>43</sup> ou ainda, um novo perfil de trabalhador, aquele que não possui tradição alguma na produção calçadista mas, após ter passado por algum tipo de treinamento, está apto a operar as máquinas, seja quais forem, de uma indústria de calçados (ou de outra indústria qualquer). Uma verdadeira especialização “desespecializante”. De acordo com Hobsbawn (2000), estariam de um lado os sapateiros profissionais e, de outro, os operários fabris, entretanto, entre um e outro, existem sapateiros que hoje trabalham nas indústrias como operários.

Meneleu Neto (2000), ao estudar a indústria calçadista na Região Metropolitana de Fortaleza, com origem em grande parte de referenciais semelhantes aos nossos, propõe, como leitura destes trabalhadores, classificá-los como “*sapateiros*” e “*novos sapateiros*”. Os *novos sapateiros*, de acordo com o autor, “surgem como uma representação dos trabalhadores sem passado artesanal, sem *savoi-faire* acumulado nas pequenas oficinas”, “perde-se a virtuosidade e mantém-se a identidade”. (Meneleu Neto, 2000:119). Eles estão diretamente ligados ao trabalho na grande indústria. A diferenciação por meio do conhecimento, do domínio do saber fazer é o ponto crucial a ser destacado.

Para a realidade cariense a classificação proposta não consegue abarcar o mosaico ali existente. Embora estejamos falando de um mesmo ramo do setor industrial, o calçadista, em um mesmo recorte territorial, o Ceará, ainda sim, a constituição histórica e geográfica destas indústrias na RMF e no Cariri não são homogêneas no que diz respeito à sua formação e desenvolvimento, carecendo então de leituras distintas de sua formação.

Essa especialização “desespecializante” e a constituição desse *novo* perfil de trabalhador vão no sentido do pensamento de Marx (2004:549), quando ressalta que o trabalhador é transformado apenas em um “acessório consciente de uma máquina parcial”, o que permite a incorporação de agentes (*ou acessórios*) de faixas etárias diversas, com variados graus de instrução e de ambos os sexos. O que importa, na verdade, é o “baixo preço do sangue e do suor humano transformados em mercadorias que atuou continuamente no sentido de ampliar o mercado e continua a ampliá-lo todos os dias”. (MARX, 2004:535).

---

<sup>43</sup> Ao serem empregados nas fábricas, esses sapateiros vão sofrendo, paulatinamente, um esvaziamento do seu saber-fazer, do domínio do processo de trabalho. A isso Marx (1978) denominou de *subsunção real do trabalho ao capital*, ou seja, ao domínio completo do capital sobre o processo produtivo, impedindo ao trabalhador o controle sobre o processo de trabalho.

Ainda em outra passagem de *O Capital*, Marx aponta para a necessidade da indústria moderna e suas conseqüências:

[...] a indústria moderna transforma continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro. Exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos. Entretanto, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho, com suas peculiaridades rígidas. (MARX, 2004:553).

Ao compararmos, nas indústrias calçadistas, a relação do número de empregados com a quantidade de produção e o tamanho do estabelecimento, percebemos que, quanto maior for a empresa, maior é a produtividade obtida no trabalho. Isso decorre da quantidade de capital investido, ds técnicas de organização e gestão da força de trabalho, que determinarão a produtividade do trabalho, mas, também, o uso diferenciado de capital fixo entre as empresas, com o número de equipamentos utilizados e sua qualidade.

Num quadro mais geral, com base nos dados do RAIS (1990; 2003), o perfil dos trabalhadores das indústrias de calçados do Cariri parece acompanhar aquele dos trabalhadores das indústrias em geral. Os dados do RAIS (1990; 2003) também confirmam, como era de esperar, que os homens são os que predominam como trabalhadores das indústrias com uma faixa etária ampla, que compreendendo aqueles entre 18-24 anos e se estende até os estão na faixa dos 40-49 anos.

Ainda nos indicadores de escolaridade, o mesmo documento aponta para uma tendência ao aumento (em número) daqueles que completaram o Ensino Médio ou ainda estão cursando, o que demonstra a necessidade de “melhor” grau de instrução na ocupação dos postos de trabalho oferecidos pelas indústrias. Os dados apontam ainda para a maioria de trabalhadores com uma carga horária semanal de 41 a 44 horas, o que estaria dentro dos padrões encontrados nas indústrias de calçados do Ceará.

Ao visualizarmos os dados do IBGE (1970; 2000) para a região do Cariri que correspondem à População Economicamente Ativa, podemos perceber a importância do setor secundário e do seu avanço numérico, quase que triplicando, num período de 30 anos.

**TABELA 3 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DA REGIÃO DO CARIRI POR MUNICÍPIO**

Municípios	Primário				Secundário				Terciário			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
<b>Barbalha</b>	<b>4166</b>	<b>3724</b>	<b>3718</b>	<b>4178</b>	<b>1201</b>	<b>2733</b>	<b>3564</b>	<b>3407</b>	<b>1332</b>	<b>2830</b>	<b>5204</b>	<b>5757</b>
<b>Crato</b>	<b>9186</b>	<b>7419</b>	<b>7619</b>	<b>9014</b>	<b>2163</b>	<b>4929</b>	<b>6550</b>	<b>7316</b>	<b>6916</b>	<b>11667</b>	<b>15625</b>	<b>16328</b>
Jardim	4599	5380	4661	4644	281	334	647	867	634	921	2224	1814
<b>Juazeiro do Norte</b>	<b>7998</b>	<b>6246</b>	<b>5116</b>	<b>5119</b>	<b>5864</b>	<b>11849</b>	<b>13158</b>	<b>12278</b>	<b>12688</b>	<b>24776</b>	<b>38018</b>	<b>40535</b>
Missão Velha	6584	6806	6048	3932	497	805	931	1349	1306	1560	2072	3365
Nova Olinda	2463	1976	2345	1845	133	88	372	753	345	323	845	1259
Porteiras	3665	3388	3542	2782	20	177	167	912	207	287	978	2058
Santana do Cariri	4430	4732	3830	3108	162	205	454	656	367	571	943	1090
<b>REGIÃO DO CARIRI</b>	<b>43091</b>	<b>39671</b>	<b>36879</b>	<b>34622</b>	<b>10321</b>	<b>21120</b>	<b>25843</b>	<b>27538</b>	<b>23795</b>	<b>42935</b>	<b>65909</b>	<b>72206</b>

**FONTE: IBGE, 1970; 1980; 1991; 2000.**

Ao serem incorporados no setor industrial, os trabalhadores apresentam como consequência a apreensão de uma lógica espacial diferenciada, uma vez que vão sendo gerados novos valores para o espaço e o tempo, bem como suas formas de apropriação. Isso porque na medida em que se avança com a divisão técnica do trabalho, em parte o artesanato se decompõe nas suas formas de operação mais elementares já que a indústria possui uma forma própria de organização. Consubstanciada na metamorfose da relação técnica, na performance do valor e na desumanização progressiva do trabalho, a indústria distancia-se das formas de organização do espaço e do trabalho no artesanato (MOREIRA, 1999).

Moreira (2000) explicita essa relação entre espaço-tempo e trabalhador da indústria acentuando que a organização do espaço interno da fábrica rebate na organização do espaço externo, ou seja, no espaço de toda a sociedade. O conjunto se referencia num mesmo paradigma onde os arranjos interno e externo da fábrica são correspondentes, como também nos ensina Marx (2004:550). A indústria fabril põe-se no centro da organização do espaço, articulando tudo numa rede de relações e puxando para si a constituição do espaço.

Necessário se faz dizer que este aumento numérico de empregos no setor secundário no período ora apresentado (1970 – 2000) não é uma exclusividade da região do Cariri, mas é algo próprio de todas as regiões que, nos últimos anos, foram alvos, em algum grau, o processo de industrialização. Conseqüentemente, o território cearense deixa de ser um fornecedor de mão-de-obra industrial para as regiões Sul e Sudeste para então se tornar lugar atrativo tanto para uma migração de retorno como para aqueles que saem de outras regiões do País (e do mundo) em busca de emprego e melhores condições de vida.

O aumento expressivo do número de empregos na indústria, todavia, não é maior do que o crescimento da oferta da força de trabalho, de tal forma que o aumento da oferta de trabalho permanece sistematicamente insuficiente para a demanda de força de trabalho existente. Com toda a propaganda de uma industrialização no interior, ainda é a Região Metropolitana de Fortaleza que concentra o maior número de postos de trabalho nas indústrias, com o Cariri em segundo lugar e Sobral em terceiro.

Deste modo, é válida a reflexão de Pereira Júnior (2005), ao asseverar que, enquanto nos países desenvolvidos mais avançados se presencia uma revolução tecnológica e até se fala em uma ordem “pós-industrial”, noutros lugares se evidencia a transição de modestas relações mercantis para relações capitalistas industriais de produção. Dito isso, conclui o autor, “o capitalismo não se utiliza de modelos homogêneos para garantir sua reprodução; sua especialidade é adotar as mais variadas modalidades nos mais diversos graus de desenvolvimento”. (PEREIRA JÚNIOR, 2005:149). Em outras palavras, sem dúvida, muitas coisas mudaram para que o modo de produção capitalista pudesse continuar sua reprodução, entretanto, há sempre uma dose de continuidade no interior do processo de mudança.

Expresso de outro modo, enquanto em alguns lugares é possível falar-se em flexibilização do trabalho, em maior dinâmica na mobilidade do trabalho e do capital, em um novo paradigma cuja prioridade é o uso intenso da formação e do conhecimento, em uma redução da mão-de-obra concomitante a um aumento da produtividade, em outros lugares, esta leitura, quando não adequada, carece de ajustes para sua validação.

Se em determinados lugares é possível falar de transformações no mundo do trabalho associado ao desenvolvimento da técnica onde o trabalho objetivado dispensa a necessidade de trabalho vivo, mantendo-o somente em quantidades diminutas, em outros lugares, como o Cariri, ou o Ceará de modo geral, ou ainda em outras porções do Nordeste e vários lugares no mundo, as fábricas continuam com suas esteiras funcionando numa interdependência, com um grande número de homens e mulheres que vendem sua força de trabalho. São indústrias que, embora sejam objeto de graus variados de modernização, ainda necessitam de uma mão-de-obra intensiva para realizar sua produção.

Castells (1999), ao discutir acerca do novo espaço industrial que se conforma no mundo globalizado, discute acerca da nova indústria de alta tecnologia e da indústria tradicional. Referindo-se a esta última, ensina o autor que

embora, cada vez mais a automação possibilite a eliminação da camada inferior de trabalhadores, o aumento surpreendente do volume de produção ainda emprega, e continuará empregando por algum tempo, um número considerável de trabalhadores não-qualificados e semiqualeificados (p. 477).

A percepção é de que enfrentamos um momento que é ao mesmo tempo uma crise de transição e de questionamentos, os quais, talvez, desemboquem na formulação de um novo paradigma. Com isso as configurações espaciais, que encontram sua equivalência numa relação social correspondente, também se apresentam múltiplas, passíveis de interpretações diversas, mas carecendo de uma leitura em que se priorizem não as suas generalidades, mas sim as particularidades e singularidades.

## 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Oh, yes, nós temos [calçados]<sup>44</sup>  
Até pra dar e vender  
Olelê, lalá”

**Marginalia II – Gilberto Gil e Torquato Neto**

Objetivamos ao longo do trabalho apresentar a formação da indústria de calçados da Região do Cariri, que hoje se apresenta como uma das maiores produtoras de calçados do País, ao lado dos pólos calçadistas de Franca (SP) e do Vale dos Sinos (RS).

Sua origem remonta ao século XIX, quando a produção era realizada artesanalmente, utilizando-se do couro como matéria-prima básica para confecção dos calçados. Alcançando o século XXI ainda com a utilização do couro, embora em escala bastante reduzida, hoje a produção ocorre principalmente com a utilização de produtos sintéticos.

Essa indústria traz consigo características que permitem apreendê-la, ainda nos dias atuais, como uma particularidade na formação industrial cearense. Estas especificidades associam-se às características da própria formação sócio-espacial da Região.

Acreditamos que as mais importantes sejam as seguintes: em primeiro lugar, a composição destas indústrias hoje. Como vimos argumentando, um mosaico no qual encontramos desde pequenas oficinas nas quais a produção se realiza em moldes verdadeiramente artesanais, passando por pequenas e médias indústrias que incorporam novas tecnologias e se adequam às formas modernas de produzir, até alcançar uma grande indústria que, vinda de fora, tem características que fogem às demais.

Estas pequenas oficinas representam um número expressivo, o que percebemos em nossas pesquisas de campo, embora não haja uma estatística oficial. São responsáveis por preservar a tradição e a cultura do artesão do couro e, longe do discurso que estariam fadadas a desaparecer, em detrimento da chegada das novas indústrias e da utilização do material sintético para a fabricação de calçados, têm sua importância mantida, sendo inclusive reconhecidas nas feiras nacionais realizadas pelos produtores de calçados.

---

<sup>44</sup> No original: “Oh, yes, nós temos banana / Até pra dar e vender / Olelê, lalá”.

De semelhante modo, as pequenas e médias indústrias também revelam sua dinâmica. De um lado, existem aquelas que ainda realizam a produção de calçados utilizando-se do couro. De outro, aquelas que incorporam os materiais sintéticos. O que permite inseri-las em um mesmo grupo é a sua configuração. São empresas que ocupam entre 100 e 700 trabalhadores no chão da fábrica e que mantêm uma produção nos moldes tradicionais, embora incorporando em sua maioria tecnologia moderna. A produção destas indústrias extrapola o mercado nacional, alcançando inclusive a Europa e os Estados Unidos, e desenvolve uma intensa rede de relações com o mercado interno e externo.

Alguns pesquisadores, sobretudo aqueles mais afeitos ao discurso governista, insistem em classificar estas indústrias como um arranjo produtivo local calçadista. Nosso posicionamento é contrário pois compreendemos que um dos requisitos básicos para a formação de um APL, isto é, a interação constante entre seus agentes, estabelecendo padrões de comportamento, não é verificado nas indústrias da Região. Compreendemos ser o conceito de *sistema industrial localizado*, aquele que dá conta, de modo muito mais profícuo, da realidade cariense, por suas características socioeconômicas, culturais e espaciais de desenvolvimento, como já aqui ressaltado.

Por fim, uma grande indústria, a Grendene. Esta se mantém *isolada* do contexto cariense, como já o demonstramos, é a de maior relevância no contexto regional, sendo, também, destaque no âmbito estadual. Na região, a Grendene é responsável por empregar um grande número de trabalhadores, sem dúvida, vetor de aceleração da dinâmica da economia urbana. No contexto estadual, a unidade da Grendene do Crato é responsável por distribuir todas as placas de EVA e PVC para as outras unidades cearenses que utilizam estes compostos sintéticos como matéria-prima para sua produção.

A segunda característica das indústrias de calçados da Região do Cariri é o fato de ser constituída, em sua maioria, por capitais locais, o que permite a indagação acerca da existência de uma burguesia industrial local. Esta burguesia não se resume somente ao ramo calçadista, mas também ao setor industrial como um todo e reúne-se em sindicatos e federações, dentre outros.

A existência de um grupo industrial local, que detém parcela significativa de capitais e desenvolve ali seus negócios, particulariza o Cariri em relação a outras porções do território cearense que passapor um processo de industrialização

recente, atrelado às políticas públicas desenvolvimentistas do Estado. Nestes lugares, os capitais encontrados são, em sua maioria, exógenos (nacionais e internacionais) que migram para o Ceará, a fim de dar continuidade à reprodução ampliada de seus capitais.

Para compreender a formação desse grupo hegemônico, com feições burguesas, é necessário retroceder historicamente na formação da Região, o que buscamos fazer no primeiro capítulo. Ali ressaltamos a importância de atividades como a agricultura (sobretudo com a cana-de-açúcar e o algodão), o comércio, que extrapolava (e ainda hoje extrapola) os limites regionais alcançando outras localidades cearenses, bem como de outros estados, e o artesanato, que contribui para o desenvolvimento das atividades industriais. Com essa dinâmica, o Cariri tornou-se um “*porto seguro*” para os comerciantes e negociantes ainda em fins do século XIX e início do século XX, atraindo-os das mais diversas partes, quer do próprio Ceará, quer de outros estados, sobretudo de Pernambuco e da Paraíba.

Nos dias atuais a economia da região apresenta-se como a segunda mais importante do Estado, estando atrás somente da Região Metropolitana de Fortaleza, revelando a dinâmica do crescimento regional que ocorre por meio de atividades já consolidadas secularmente como o artesanato e o comércio, bem como com as atividades industriais e de serviços. Esta dinâmica não ocorre isoladamente encontrando-se, portanto, interdependente a outros lugares, nas mais diversas escalas do globo.

A terceira característica acerca das indústrias calçadistas concerne à forma de materialização e reprodução da sua força de trabalho. Há uma tradição secular na produção calçadista do Cariri. Daí percebermos a resistência da produção artesanal e, além disso, o “reconhecimento” das indústrias que ainda trabalham com os calçados produzidos a partir do couro acerca da qualidade da mão-de-obra artesanal. Nessas empresas a preferência é pelo artesão do calçado que, por algum motivo, abandonou sua oficina e viu-se forçado a vender sua força de trabalho (qualificada) para a indústria (que a desqualifica).

Nem todos são artesãos de calçados, no entanto, nem todos são sapateiros. Ao lado destes, é possível perceber *outro contingente* de mão de obra. São aqueles que, após serem (des)especializados por algum curso (des)capacitante, vão para as fábricas operar as máquinas, desenvolver alguma atividade do processo produtivo em busca de sua sobrevivência.

De acordo com levantamento do número de empregados formais (aqueles que possuem carteira assinada e que entram nas estatísticas oficiais) são 6.922 trabalhadores somente nas indústrias calçadistas, o que representa aproximadamente 25% da força de trabalho ocupada no setor secundário, que possui 27.538 trabalhadores.

Partindo dos dados há pouco citados, acreditamos ser possível (e necessário) a discussão acerca da existência ou não de uma classe trabalhadora na região do Cariri.

Isso porque, como discorreremos no capítulo 3, para Marx (2004) e Luckács (2003), a classe somente pode ser compreendida no momento em que os sujeitos que a compõem tomam consciência do fato, isto é, quando ocorre a consciência de classe. Ora, caso não haja tal consciência, como aqueles trabalhadores e trabalhadoras, que se encontram satisfeitos com seus empregos e assim vivem “dignamente” alimentando suas famílias e buscando cada vez mais “progredir”, como estes homens e mulheres darão o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade, percebendo o julgo a que têm sido submetidos e realizando a ruptura de tal processo?

Os trabalhadores das indústrias de calçados do Cariri são homens e mulheres; jovens, adultos e alguns idosos, sapateiros ou operários (ou sapateiros que se tornaram operários). Todos são agentes produtores do espaço: espaço disciplinar da fábrica, espaço de reprodução do capital, mas, também, espaço de reprodução da vida, espaço de resistência e sobrevivência. Agentes produtores do espaço regional caririense.

O espaço caririense, como totalidade, revela-se como produto e condição de suas práticas sociais; na qualidade de fração da totalidade-mundo, um lugar na lógica do desenvolvimento e da reestruturação do sistema capitalista que paulatinamente se submete aos seus ditames.

Ao pensarmos a industrialização da produção calçadista no Cariri, é possível observar essa dupla dinâmica: se de um lado novos elementos chegam objetivando modernizar a produção e acelerar seu ciclo de reprodução, de outra parte, vão buscar naquilo que há de mais tradicional no lugar, isto é, no calçado, no couro, no artesanato, as bases para sua efetivação. Deste modo se redefine uma série de componentes – políticos, econômicos e culturais – que agora estarão pautados em uma lógica racionalista e evidenciarão a reestruturação existente no lugar.

O lugar, porém, ao ser submetido a esta nova lógica, o faz não sem resistência. E nesse fenômeno em que um complexo de relações se desenvolve a reestruturação ao se materializar, não se materializa da mesma forma que em outros lugares. Como disse Santos (2005), muda o mundo e, ao mesmo tempo, muda o lugar, mas, é pelo lugar que o mundo é percebido empiricamente. Isso porque é no lugar em que convivem, dialeticamente, uma razão que é global e outra, que é local.

Essa reestruturação também se materializa em sua forma espacial. Embora a paisagem do Cariri não se assemelhe à das clássicas cidades industriais, com suas chaminés, vastos galpões, grandes armazéns e máquinas de funcionamento ininterrupto, a produção do seu espaço vai revelando uma organização espacial que modifica as antigas formas de ocupação e apropriação. Esta organização acontece em uma trama de articulações que busca dar conta da produção em grande escala, dos empregados, da distribuição da população e da concentração de capital em parcelas do espaço.

A cidade (em nosso caso, as cidades – Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), cada vez mais vai aparecendo como o *locus* dinâmico de atividades e pessoas. Também nas cidades do CRAJUBAR, as edificações se adensam cada vez mais, estáticas e diferenciadas; um aglomerado que busca acelerar o tempo e reduzir as distâncias entre produção e consumo.

A apropriação do espaço ocorre cada vez mais de forma desigual e combinada. A disparidade será apresentada, por exemplo, na habitação: as habitações mais ricas, localizadas em terrenos mais caros, com melhor infraestrutura, construídas em padrões arquitetônicos planejados; as habitações mais pobres, situadas nos cantos mais ermos, onde a infra-estrutura é precária ou inexistente. Se de um lado surgem residências mais portentosas do ponto de vista da forma, do outro surgem as favelas densas sob o prisma da vida.

O espaço vai sendo apropriado de forma diversa, por meio de uma sociedade que se divide em classes e que utiliza fragmentos desse espaço com fins produtivos ou improdutivos, mas que não o faz sem luta. Esta peleja vai fazendo dos homens e mulheres que trabalham nas indústrias de calçados do Cariri, quer artesãos, quer operários ou como queiram defini-los, produtores de sua existência, de sua humanidade.

Encerramos este trabalho certo de que há nele uma série de incompletudes, de possibilidades. Procuramos levantar questionamentos, aos quais,

em alguns casos conseguimos responder (parcial ou completamente), enquanto que, noutros, repousam inquietações para trabalhos futuros. Estaremos satisfeito (parcialmente) se com ele contribuirmos para a produção de uma Geografia das Indústrias, de uma Geografia do Ceará, de uma Geografia para a libertação da vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Neodesenvolvimentismo no Ceará: autonomia empresaria e política industrial. IN: **Revista Econômica do Nordeste**. V.25. Nº 3. Fortaleza: BNB, 1997.

\_\_\_\_\_. Classe, poder e administração pública no Ceará. IN: PARENTE, Josênio. ARRUDA, José Maria (Orgs.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

\_\_\_\_\_. Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro. IN: **Revista Políticas Públicas e Sociedade**. Ano 3. Nº 6. Fortaleza: UECE, 2003.

ALBAGLI, S. BRITO, J. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos locais e inovativos**. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST). Rio de Janeiro: 2003.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. A estrutura fundiária no Cariri de 1750 a 1822. IN: LIMA, Marinalva Vilar de. MARQUES, Roberto. **Estudos regionais: limites e possibilidades**. Crato: NERE / CERES, 2004.

AMARAL FILHO, Jair do. SOUZA, Dayane Lima Rabelo de. **Arranjo produtivo de calçados do Cariri, Ceará**. Fortaleza: SEPLAN/IPECE, 2003.

AMORA, Zenilde Baima. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1978.

\_\_\_\_\_. Aspectos Históricos da Industrialização do Ceará. IN: SOUZA, Simone (Coord). **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994.

\_\_\_\_\_. Indústria e Espaço no Ceará. IN: BORZACCHIELLO, José. CAVALCANTE, Tércia. DANTAS, Eustógio. (Orgs). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, Campinas; São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARAÚJO, Iara Maria de. **Os novos espaços produtivos**: relações sociais e vida econômica no Cariri cearense. Tese (Doutorado em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, UFC). Fortaleza: 2006.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? IN: AFFONSO, R. B. Álvares e SILVA, Pedro L. B. (Orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, Ed. UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva. IN: CASTRO, Iná Elias. MIRANDA, Mariana. EGLER, Cláudio A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre o desenvolvimento do Nordeste brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

BARROS, Haidine da Silva. **O Cariri cearense**: o quadro agrário e a vida urbana. Separata da Revista Brasileira de Geografia, Nº 4, Ano XXVI, out-dez de 1964. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

BONFIM, Washington Luís de S. Modernização, política e discurso regionalista no Nordeste do Brasil. IN: **Revista Econômica do Nordeste**. Vol. 28. Nº 2. Fortaleza: BNB, 1997.

\_\_\_\_\_. Industrialização, planejamento estatal e o paradoxo da economia cearense. IN: **Revista Políticas Públicas e Sociedade**. Ano I, Nº 2. Fortaleza: UECE, 2001.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço e indústria**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1990.

\_\_\_\_\_. **A (Re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1).

CASTRO, Iná Elias. MIRANDA, Mariana. EGLER, Cláudio A. G. (Orgs). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999.

CEARÁ, Governador (Tasso Jereissati). **Plano de desenvolvimento sustentável do ceará, 1995-1998**. Fortaleza: SEPLAN, 1995.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento sustentável, 1999-2002**. Fortaleza: SEPLAN, 2000.

CEARÁ, Governador (Lúcio Alcântara). **Ceará cidadania: crescimento com inclusão social, 2003-2006**. Fortaleza: SEPLAN, 2003.

CEARÁ, GOVERNO DO ESTADO. **Plano diretor de desenvolvimento urbano do município de Barbalha** (Relatório de questões / módulo conceito). Fortaleza: SEINFRA / PROURB, 2000.

\_\_\_\_\_. **Plano diretor de desenvolvimento urbano do município do Crato** (Relatório de questões / módulo conceito). Fortaleza: SEINFRA / PROURB, 2000.

\_\_\_\_\_. **Plano diretor de desenvolvimento urbano do município do Juazeiro do Norte**. (Relatório de questões / módulo conceito). Fortaleza: SEINFRA / PROURB, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COSTA, Liduína Farias Almeida da. **O sertão não virou mar: Nordeste, globalização e imagem pública da nova elite cearense**. São Paulo: Annablume: Fortaleza: EDUECE, 2005.

DEÁK, Csaba. SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, v.13).

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo: Salvador: EDUFBA, 1999.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido cearense. IN: ELIAS, Denise. FURTADO, José Levi. (Orgs) **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

FERREIRA, Assuero. A SUDENE e o Nordeste: sobre os primórdios de sua atuação. IN: **Revista de Ciências Sociais**. V. 30, Nº 1/2. Fortaleza: UFC, 1999.

FRANCESCONI, Léa. **Trabalho, tema da pesquisa geográfica**. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia no século XXI. Goiânia: AGB, 2004.

FUNDETEC. **Projeto de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável na área de proteção ambiental da Chapada do Araripe**. Crato: 1998.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GEORGE, Pierre. **Geografia do consumo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971 (Coleção Saber Atual).

\_\_\_\_\_. **Os métodos da geografia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972 (Coleção Saber Atual).

GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. A invenção da Região do Cariri entre o messianismo e a ética capitalista. IN: LIMA, Marinalva Vilar de. MARQUES, Roberto. (Orgs) **Estudos regionais: limites e possibilidades**. Crato: NERE / CERES, 2004.

GUGLIELMO, Raymond. Geografia Ativa da Indústria. IN: GEORGE, P. KAYSER, B. GUGLIELMO, R. LACOSTE, Yves. **A geografia ativa**. 5. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

GUNN, Philip. A Mídia na guerra dos lugares. IN: DEÁK, Csaba. SCHIFFER, Sueli Ramos (ORGS). **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 11. Ed. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado pra a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder:** o(caso) dos coronéis. São Paulo: Annablume, EUFC, 1995.

LUKACS, Georg. **História e consciência de classe:** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira e latino-america. IN: BECKER, B. et al. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os economistas).

\_\_\_\_\_. **A Crise do capital:** os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MARX, Karl. **O capital:** livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos planos de desenvolvimentos elaborados no Brasil após o II PND.** (Dissertação de Mestrado) Piracicaba: 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo; Unicamp, 2002.

MICHALET, Charles-Albert. **O que é mundialização?** Pequeno tratado para o uso dos que não sabem se devem ser a favor ou contra. São Paulo: Loyola, 2003.

MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste brasileiro:** uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOREIRA, Ruy. Repensando a geografia. IN: SANTOS, Milton (Org). **Novos rumos da geografia brasileira.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.

\_\_\_\_\_. O racional e o simbólico. IN: SOUZA, Maria Adélia de et al. (Orgs). **O novo mapa do mundo. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica.** São Paulo: HUCITEC: ANPUR; 1993.

\_\_\_\_\_. Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). IN: **Revista ciência geográfica.** Nº 6. Bauru: AGB, 1997.

\_\_\_\_\_. Realidade metafísica nas estruturas geográficas contemporâneas. IN: CASTRO, Iná Elias de et al. (Orgs). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. O paradigma e a ordem (genealogia e metamorfoses do espaço capitalista). IN: **Revista Ciência Geográfica.** Ano V, nº 13. Bauru: AGB, 1999.

\_\_\_\_\_. A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. IN: **Revista geographia.** Ano I, nº 1. Niterói: EDUFF, 1999.

\_\_\_\_\_. A pós-modernidade e o mundo globalizado do trabalho. IN: **Revista paranaense de geografia.** Nº 2, 2ª ed. Curitiba: AGB, 1999.

\_\_\_\_\_. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. IN: **Revista ciência geográfica**. Ano VI, Nº 2. Bauru: AGB, 2000.

\_\_\_\_\_. A globalização como modo de vida capitalista globalizado. IN: **Revista ciência geográfica**. Ano VII, nº 2. Bauru: AGB, 2001.

\_\_\_\_\_. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. IN: **Revista ciência geográfica**. Ano VII, nº 3. Bauru: AGB, 2001.

\_\_\_\_\_. Teses para uma geografia do trabalho. IN: **Revista ciência geográfica**. Ano VIII, nº 2. Bauru: AGB, 2002.

\_\_\_\_\_. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória? IN: **Revista Pegada Eletrônica**. Vol 4, nº 1. Presidente Prudente: UNESP/CEGET/CEMOSI, 2003.

\_\_\_\_\_. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação espacial brasileira. IN: Moreira, Ruy (Org). **A reestruturação industrial e espacial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: GERT/NEGET/GECCEL, 2003.

\_\_\_\_\_. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências da configuração do espaço brasileiro. IN: Limonad, Ester et al. (Orgs). **Brasil, século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas e agentes**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade e espaço (as formas de organização geográfica das sociedades na era da terceira revolução industrial – um estudo de tendências). In: **Revista agrária**. Nº 2. São Paulo:2005.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai o pensamento geográfico: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalhado e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais à reestruturação produtiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. NOBRE, Geraldo da Silva. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. 2. ed. Fortaleza, FIEC: 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE**, Nordeste. Planejamento e Conflitos Sociais. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PARENTE, Josênio C. O Ceará e a modernidade. IN: PARENTE, Josênio C. ARRUDA, José Maria (Orgs.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

PARENTE, Josênio C. ARRUDA, José Maria (Orgs.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano**: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE). Fortaleza: EDUECE, 2005.

\_\_\_\_\_. **Espaço, industrialização e acumulação capitalista**: uma abordagem para o Nordeste e para o Ceará. Mercator – Revista de Geografia da UFC. Ano 02, Nº 04. Fortaleza: EDUFC, 2003.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

RABELLO, Sílvio. **Os artesãos do Padre Cícero**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1967.

RAMOS, Francisco R. L. **O meio do mundo**: territórios do sagrado em Juazeiro do Padre Cícero. Tese de doutorado. Programa de estudos de pós-graduação em História. São Paulo: 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. IN: SOUZA, Simone de (Coord). **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** sociedade e território no século XXI. 5. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização no Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

SOARES, Francisco de Assis. ROCHA, Euripedys Embank. O Pioneirismo no Ceará em Programas de Industrialização. IN: **Revista Econômica do Nordeste.** V.20, Nº 3. Fortaleza: BNB, 1989.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas.** A reafirmação do espaço na teoria social-crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcos J. N. de. Moraes, Jader Onofre. LIMA, Luiz Cruz. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará.** Fortaleza: FUNECE, 2000.

SOUZA, Maria Adélia A. de. O II PND e a política urbana brasileira. IN: IN: DEÁK, Csaba. SCHIFFER, Sueli Ramos (ORGS). **O processo de urbanização do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2004.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. A “razão esclarecida” da FIEC. IN: **Propostas Alternativas.** Fortaleza: IMOPEC – ADUFC – CUT – CPT – CE, 1995.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da “leitura” geográfica. IN: **Revista pegada eletrônica.** Vol. 3, nº 1. Presidente Prudente: UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. Por uma geografia do trabalho. IN: **Revista pegada eletrônica.** Vol 3, nº especial. Presidente Prudente: UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. IN: **Revista pegada eletrônica**. Vol 4, nº 2. Presidente Prudente: UNESP, 2003.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Questionário síntese para entrevista realizada nas indústria calçadistas do Cariri – CE.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPQ  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG

**Empresa:**

---

**Histórico:**

---

---

**Produto fabricado:**

---

**Incentivos recebidos:**

Governo Federal: \_\_\_\_\_

Governo Estadual: \_\_\_\_\_

Governo Municipal: \_\_\_\_\_

**Aquisição de Matérias-primas (lugar de onde compram):**

---

---

**Venda de seus produtos (Estados ou Países para onde vendem):**

---

---

**Lugares de onde compram o maquinário do processo produtivo da empresa:**

---

---

**Transporte:**

---

---

**Composição da Mão-de-obra:**

Empregos diretos:

Chão-de-fábrica:

Escritório:

Empregos indiretos:

Terceirizados:

Requisitos básicos para a contratação da mão-de-obra do chão-de-fábrica:

1º grau completo

2º grau completo

Ter experiência no ramo

Ter cursos de capacitação

Formas de contratação da mão-de-obra:

SENAI

SINE

Indicação de empregados

A empresa emprega um maior número de:

Homens

Mulheres

**Aquisição de Maquinário:**

---

---

**Acidentes de Trabalho:**

---

---

A empresa participa de alguma forma do Arranjo Produtivo Local de Calçados da Região do Cariri? Caso a resposta seja SIM, por favor, indicar como participa.

---

---